

ISSN18078834

BNB *CONJUNTURA ECONÔMICA*
Números 06 e 07

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2005

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- Augusto Bezerra Cavalcanti Neto
- Francisco de Assis Germano Arruda
- João Emílio Gazzana
- Luis Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
- Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral
- Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Ambiente de Comunicação Social

— José Maurício de Lima da Silva

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste — Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenadoria de Estudos de Indústria e Serviços — CEIS)

Maria Odete Alves
(Coordenadoria de Estudos Rurais e Agroindustriais — COERG)

Equipe responsável

Autores: Assuéro Ferreira, Ádila Maria Barbosa Pinto, Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Bruno Alencar Firmo Barreira, Carlos Américo Leite Moreira, Francisco Raimundo Evangelista, Geraldo Magela Lima Barbosa, Jociany Monteiro Luz, Roberto Alves Gomes.

Estagiários: Ádila Maria Barbosa Pinto, Bruno Alencar Firmo Barreira, Janaína Saldanha de Carvalho, Jociany Monteiro Luz e Roberto Alves Gomes

Editor

Ademir da Silva Costa (Reg. 461/03/66-CE)

Revisão vernacular

Hermano José Pinho (Bibliotecário)

Normalização Bibliográfica

Rodrigo Leite Rebouças

Diagramação

Gigliola Sena

BNB/Etene

Av. Paranjana, 5700, Passaré - CEP 60.740-000
Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. – N. 6 e 7 (set.-dez. 2005)- . – Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 2005- .

n. il.

Bimestral.

ISSN

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (05)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE n. 6 e 7

Setembro-Dezembro 2005

SUMÁRIO

- 05 1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
 - 05 1.1 - BNB: recorde de aplicações
 - 06 1.2 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
 - 08 1.3 - Microfinanças
- 11 2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
- 17 3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
- 27 4 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL
 - 32 4.1 - Produção Industrial do Nordeste
- 37 5 - NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
- 43 6 - COMÉRCIO
- 47 7 - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
 - 47 7.1 - Agricultura
 - 51 7.2 - Pecuária
 - 54 7.3 - Agronegócio
 - 58 7.4 - Estimativa do Valor Bruto da Produção do Nordeste
- 61 8 - EMPREGO E RENDIMENTO
 - 61 8.1 - Níveis de Desemprego e Ocupação
 - 64 8.2 - Rendimento
 - 67 8.3 - Considerações adicionais sobre a criação de emprego formal

73	9 - SETOR EXTERNO
73	9.1 - Balança Comercial Brasileira
74	9.1.1 - Exportações
75	9.1.2 - Importações
77	9.2 - Balança Comercial Nordestina
85	10 - BALANÇOS DE PAGAMENTOS
89	11 - FINANÇAS PÚBLICAS
89	11.1 - Governo Federal
91	11.1.1 - Necessidades de Financiamento do Setor Público
92	11.2 - Estados e Municípios
92	11.2.1 - Arrecadação de ICMS
94	11.2.2 - Transferências Voluntárias
96	11.2.3 - Transferências Constitucionais

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - BNB: recorde de aplicações

*Geraldo Majela Lima Barbosa*¹

O desempenho operacional do Banco do Nordeste do Brasil no triênio 2003-2005 foi dos mais auspiciosos para a economia regional. Através do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE), sua maior fonte de recursos, investiu na economia regional, a preços de dezembro de 2005, R\$ 8,73 bilhões ou 30,9% de tudo que se aplicou do Fundo desde seu surgimento, em 1989. Ressalte-se ainda que o total aplicado em 2005 (R\$ 4.173,9 milhões) representa um crescimento de 1.540,4% em relação a 2002 (R\$ 254,4 milhões).

Com esse volume de aplicações, o estoque de recursos disponíveis do FNE foi praticamente liquidado, ou seja, foi quase todo aplicado em favor das atividades produtivas da Região, retratando o cumprimento de sua missão enquanto banco de desenvolvimento.

Em termos globais, somente em 2005, o BNB contratou R\$ 6,03 bilhões em financiamentos, valor que representa um crescimento de 33,1% em relação aos R\$ 4,53 bilhões realizados em 2004.

Desses recursos, R\$ 4,27 bilhões foram voltados para créditos de longo prazo, que compreendem financiamentos rurais, industriais, agroindustriais, de infra-estrutura, comércio e

serviços. As operações de curto prazo (microcrédito, desconto, câmbio e conta garantida) totalizaram R\$ 1,75 bilhão.

O setor rural permaneceu como o principal beneficiário dos créditos de longo prazo administrados pelo BNB, com 53,82% de participação e um crescimento no volume de operações contratadas de 26,5% em relação a 2004. Em seguida, ficou o setor industrial, com 22,97% de participação, seguido do de infra-estrutura, com 12,87%, e o de comércio e serviços, com 10,32%.

No âmbito do Pronaf, o BNB também atingiu recorde histórico, aplicando R\$ 1,05 bilhão em 2005, com a contratação de 519 mil operações. Em termos de valor, esses resultados representam um crescimento de 51,1% em relação ao ano 2004 (R\$ 695,7 milhões).

Se considerarmos o Plano Safra 2005/2006, apenas no período julho-dezembro/2005, foram desembolsados R\$ 665,3 milhões, distribuídos em 324 mil operações com agricultores familiares.

No último triênio, merece destaque o aumento de 781 para 1.925 na quantidade de municípios efetivamente beneficiados pelo Pronaf, o que representa uma expansão na Cobertura municipal de 40,1% para 98,7% em re-

¹ Analista de Negócios do BNB-ETENE. Economista

lação ao total (1950) passíveis de atendimento por este Programa.

O desempenho do CrediAmigo também se mostrou significativo em 2005. Foram cerca de 596 mil empréstimos, no montante de R\$ 548,2 milhões, o que significa um incremento de 17,3% na quantidade de empréstimos e de 24,3% em relação ao montante contratado em 2004, respectivamente, 508 mil empréstimos e R\$ 440,9 milhões.

Constituindo-se no maior programa de microcrédito produtivo orientado do Brasil, objetiva permitir fácil acesso ao crédito a segmentos da população marginalizada do sistema financeiro formal, assegurando capital de trabalho com prazos adequados ao ciclo de atividade do cliente.

Finalmente, de acordo com o atual presidente do Banco, Dr. Roberto Smith, "os números bastante positivos refletem resultados jamais alcançados pelo Banco e são fruto do extremo esforço de todo o corpo de funcionários, dentro de um contexto de concatenação dos trabalhos, voltado para metas amplamente discutidas durante todo o ano". Ressalte-se que estes resultados não são apenas de ordem quantitativa, mas espelham so-

breto crescimento qualitativo das aplicações. "Não adianta mostrar a enorme expansão conquistada pelo Banco, se não houver também melhorias na qualidade do crédito", afirma.

O presidente destaca os resultados alcançados na recuperação de créditos, que marcam uma mudança cultural na empresa e são evidências das políticas implementadas para melhorar a qualidade do crédito ofertado: "o índice de inadimplência, nos últimos três anos, ficou apenas em 1,6%, valor muito inferior à taxa média do sistema bancário nacional, segundo dados da Febraban". A propósito, na atual gestão (2003 a 2005), foram recuperados recursos da ordem de R\$ 2,45 bilhões, sendo R\$ 661 milhões somente em 2005.

Em 2006, o BNB espera aplicar mais R\$ 4 bilhões do FNE e captar novas fontes de recursos, visando elevar a participação do BNB no financiamento de longo prazo da região bem como incrementar as suas ações na área comercial, especialmente, a partir da reativação da marca "Conterrâneo", cujos produtos mais conhecidos são o cheque especial, a conta empresarial, capital de giro, câmbio, CDC, desconto de cheques e duplicatas.

1.2 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

Airton Saboya Valente Junior

Técnico do BNB/ETENE

Mestre em Desenvolvimento Internacional

Desde sua regulamentação, em 1989, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) tem se constituído em instrumento fundamental para a dinamização do desenvolvimento regional, configurando-se como importante fonte de financiamentos de médio e longo prazos para os setores produtivos da região Nordeste, norte de Minas Gerais (além do Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri), e, mais recentemente, norte do Espírito Santo.

Os recursos do Fundo são provenientes de 1,8% do produto de arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. O Banco do Nordeste (BNB) é a instituição responsável pela gestão do FNE. Assim, é interesse prioritário do BNB buscar, de forma continuada, a melhoria na qualidade dos ativos do Fundo, por intermédio da sustentabilidade da carteira de empreendimentos financiados.

Nesse sentido, a gestão do Fundo Constitucional requer ações sistemáticas e permanentes de monitoração e avaliação dos resultados dos projetos do Banco, em articulação com a sociedade. Conseqüentemente, o BNB definiu uma série de princípios e diretrizes destinados a direcionar a operacionalização dos programas de fomento do FNE, a saber:

- a) fornecer assistência financeira continuada, em condições adequadas de custo, prazo e oportunidade, aos empreendimentos regionais considerados prioritários;
- b) possibilitar o surgimento e a expansão de atividades econômicas nas áreas mais carentes da Região;
- c) financiar o desenvolvimento e a adoção de soluções adequadas à zona semi-árida do Nordeste;
- d) contribuir para a redução do déficit de empregos na economia nordestina;
- e) possibilitar o desenvolvimento tecnológico e gerencial dos empreendimentos financiados;
- f) contribuir para a melhoria da competitividade das empresas;
- g) democratizar o acesso aos recursos do Fundo, através de ampla divulgação das oportunidades de investimento e financiamento;
- h) fiscalizar as atividades financiadas;
- i) adotar metodologias modernas de análise de projetos e de avaliação contínua dos resultados financeiros, econômicos e sociais alcançados.

Com base nessas diretrizes, o BNB investiu, na atual gestão que corresponde ao período 2003 a 2005, o montante de R\$ 8,4 bilhões em recursos do FNE, o que representa aproximadamente um terço de todos os recursos aplicados do Fundo desde seu surgimento, em 1989. Em termos setoriais, os recursos do Fundo foram distribuídos da seguinte forma: R\$ 3,9 bilhões absorvidos por atividades relacionadas com o meio rural, enquanto que o setor de in-

dústria e turismo ficou com R\$ 2,0 bilhões. O setor de infra-estrutura foi beneficiado com R\$ 1,3 bilhão, o segmento de comércio e serviços recebeu R\$ 1,0 bilhão, e o setor agroindustrial, R\$ 208,5 milhões.

As contratações no semi-árido, por sua vez, totalizaram, no período 2003 a 2005, R\$ 2,5 bilhões. Os mini e pequenos empreendedores receberam recursos da ordem de R\$ 2,5 bilhões. A agricultura familiar, por meio do Pronaf, foi beneficiada com recursos do Fundo no total de R\$ 1,6 bilhão.

Para 2006, o BNB planeja injetar, por meio do FNE, R\$ 4,0 bilhões adicionais na economia do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Além disso, o Banco deverá priorizar os territórios com menores níveis de desenvolvimento socioeconômico, visando minimizar as desigualdades intra-regionais.

Para isso, o Banco utilizará a tipologia estabelecida pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a qual classifica as microrregiões do País em quatro tipos – baixa renda, estagnada de média renda, dinâmica de média renda e alta renda.

O reflexo imediato desta política será a alteração no percentual de participação dos recursos do Fundo nos empreendimentos. Antes definidos em função do programa e do porte do cliente, os percentuais passarão a ser determinados pelo porte do cliente, pela tipologia do município na PNDR e pela localização no semi-árido.

Dessa forma, o BNB devolve ao FNE sua representatividade no fomento ao desenvolvimento do Nordeste. É importante ressaltar que a estratégia de ação do BNB considera que desenvolvimento implica não somente crescimento econômico, mas, principalmente, progresso da sociedade. Portanto, desenvolvimento significa equidade de oportunidades, justa distribui-

ção de renda e riquezas, ampliação do acesso à infra-estrutura, serviços básicos e financiamentos, geração de empregos, além da redução das

desigualdades sociais e regionais, em um ambiente de fortalecimento da democracia e de sustentabilidade ambiental.

1.3 - Microfinanças

Viviane Queiroz Cerqueira

Técnica do BNB/ETENE

Especialista em Avaliação de Políticas Públicas

O conceito de microfinanças é amplo e engloba o microcrédito, além da prestação de outros serviços financeiros para a população de baixa renda por meio de produtos, processos e gestão diferenciados. As entidades microfinanceiras podem ser organizações não-governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), sociedades de crédito ao microempreendedor (SCM), cooperativas de crédito, bancos privados e públicos e fundos institucionais. O microcrédito diz respeito especificamente à concessão de financiamento a pequenos empreendimentos, especialmente aqueles pertencentes ao setor informal da economia.

O sistema financeiro é parte integrante do aparato institucional necessário para o bom funcionamento da economia de um país. A inclusão nos mercados bancários contribui para aumentar a renda dos indivíduos, além de proporcionar incremento da produtividade das empresas. Assim, o acesso de grupos menos favorecidos ao crédito e aos produtos bancários é de grande importância para o desenvolvimento econômico e a própria inclusão social.

Contudo, a disponibilidade de tais serviços ainda é limitada no Brasil. As variáveis renda e localização geográfica determinam, em grande medida, a utilização desses serviços. Assim, estima-se que cerca de dois terços da população brasileira não possuem contas bancárias, parti-

cularmente os grupos de baixa renda. Em termos espaciais, um total de 1.661 municípios (aproximadamente 30% dos municípios do País) não possuem agências bancárias, especialmente aqueles localizados em áreas rurais.

No Nordeste, aproximadamente 822 municípios não possuem bancos. Os grupos não atendidos por serviços bancários são, via de regra, pobres e/ou habitantes de áreas não urbanas, remotas ou esparsamente povoadas. Ampliar o acesso aos bancos tradicionais para esses grupos pode ser inviável em função da carência de informações, riscos e elevado custo unitário por operação bancária. Assim, uma das alternativas para ampliar esses serviços pode residir na disseminação das microfinanças.

O Banco do Nordeste (BNB) opera no segmento de microcrédito produtivo orientado desde 1998, com uma área especializada e com marca própria – Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste – CrediAmigo. Tornou-se, assim, o primeiro banco público de primeiro piso do Brasil a ter um modelo de atuação voltado para o microcrédito.

Como forte instrumento de fortalecimento da cidadania e de redução das desigualdades sociais na região Nordeste do Brasil, o CrediAmigo tem proporcionado a inserção competitiva dos microempreendedores no mercado, contribuindo para fortalecer e ampliar suas atividades, aumentar seus ganhos financeiros e

melhorar a qualidade de vida de suas famílias, além de possibilitar a criação de novas oportunidades de ocupação produtiva nos microempreendimentos financiados.

O CrediAmigo oferece oportunidades e facilidades que diferenciam seus empréstimos dos demais oferecidos no setor financeiro formal:

- a) acesso ao crédito através de grupos solidários, em substituição às garantias tradicionais;
- b) atendimento personalizado, realizado por Assessores no próprio estabelecimento produtivo;
- c) empréstimos rápidos e sucessivos, com o transcurso de, no máximo, sete dias para liberação dos recursos.

A despeito da sua relevância social, o CrediAmigo é um programa sustentável, remunerando os capitais investidos segundo regras de mercado e cobrindo os custos de sua operacionalização.

Como estratégia coerente com o desenvolvimento sustentável, que requer uma visão de longo prazo, exigindo considerações sociais, ambientais e econômicas integradas, o CrediAmigo oferece serviços de assessoria empresarial aos seus clientes. Referida assessoria passa por orientações sobre

técnicas de gestão empresarial, de comercialização da produção e de cuidados ambientais.

A capacidade operacional do CrediAmigo vem apresentando crescimento contínuo com o aumento de operações realizadas. Tamanho desempenho consolida o CrediAmigo como o maior programa de microcrédito por produto orientado do Brasil, além de ser considerado a única iniciativa brasileira de larga escala a empregar a metodologia de grupos solidários.

Assim, o CrediAmigo possui carteira ativa de 195,4 mil clientes e R\$ 136,2 milhões aplicados. Desde o início de suas operações, em abril de 1998, já contratou 2,5 milhões de operações, em montante superior a R\$ 2,0 bilhões, sendo mais de 65,0% desse valor (R\$ 1,3 bilhão) contratados no período 2003 a 2005.

É com essa visão que os assessores de crédito do Programa CrediAmigo vêm acompanhando os seus clientes, orientando-os na condução dos seus negócios. As visitas aos grupos são freqüentes e imbuídas de um sentimento de cooperação nas quais o assessor, associado à imagem do Banco, é visto como um parceiro. ●

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

As expectativas de mercado elaboradas pelo Banco Central, levantadas no início de dezembro de 2005, apontam para uma desaceleração do ritmo de crescimento das atividades econômicas. Na realidade, as projeções de fim de ano com relação ao crescimento da economia revelam-se bem mais tímidas do que as existentes no início do período. Essas expectativas foram formadas a partir da percepção dos agentes econômicos quanto ao custo elevado da política de estabilização dos preços, cuja estratégia vem apoiada fortemente na adoção de uma política monetária restritiva, ancorada na elevação da taxa de juros reais desde o segundo semestre de 2004. E isso, naturalmente, tem um desdobramento do lado real da economia, cujo comportamento varia de modo simétrico ao nível dos ju-

ros. Assim é que, dado o fraco desempenho do PIB e a queda acentuada da produção industrial no terceiro trimestre, bem como o desempenho frustrante nos meses seguintes, antecipa-se para 2005 um crescimento do produto interno bruto em torno de 2,4%, abaixo, portanto, do que se esperava ao final de novembro (2,7%). Já com relação à produção industrial, o mercado prevê um crescimento de 3,15%, menor do que foi previsto há trinta dias (3,51%).

Para 2006, a sinalização é de uma taxa de crescimento de 3,5%. Com relação à indústria, a comparação com as perspectivas de um mês atrás revela um quadro menos otimista (crescimento de 4,05%, inferior ao 4,50% de quatro semanas atrás) (Gráfico 01).

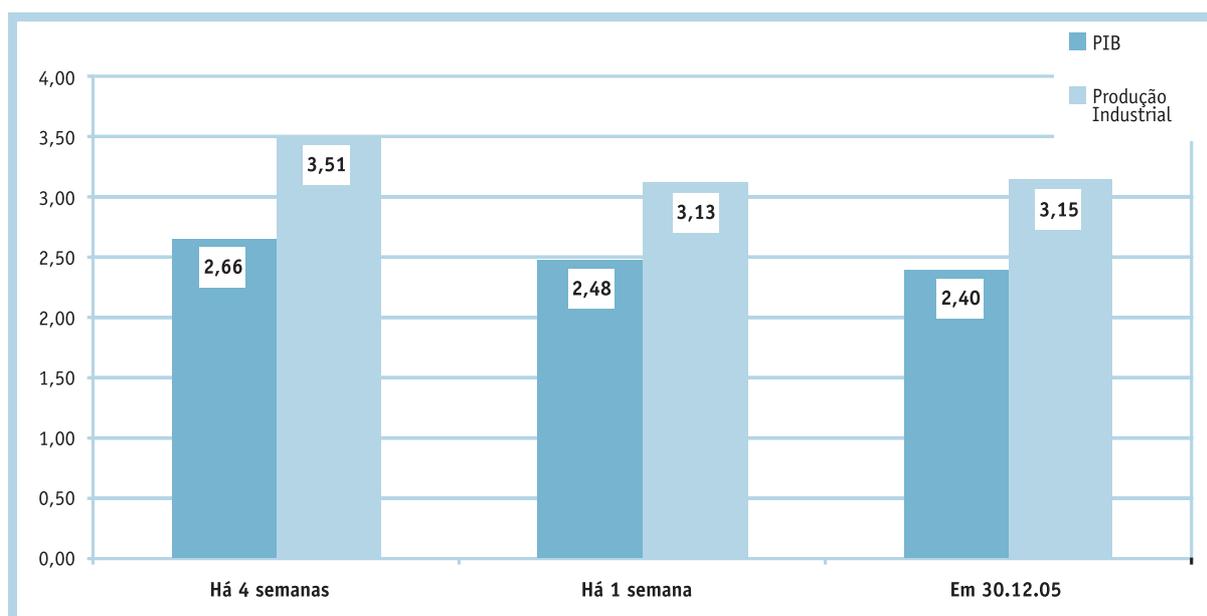


Gráfico 01 – Brasil: expectativas de mercado com relação às taxas de crescimento anual do PIB e da produção industrial para 2005. Mediana do agregado. Percentagem.

Fonte: BACEN-GERIN: Relatório de Mercado, de 30.12.05.

Contudo, estas expectativas podem ser reavaliadas diante de várias sinalizações positivas na economia. A primeira está relacionada às projeções da indústria manufatureira de aumentar os investimentos na ampliação da capacidade instalada.

Com relação ao Nordeste, a expectativa da Equipe de Conjuntura Econômica do BNB é que a região deverá registrar uma taxa de crescimento, em 2005, maior que a do país, devendo ficar em torno de 2,5%. Para 2006, as projeções apontam um incremento de 3,4% no PIB do Nordeste. Entre os Estados nordestinos, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte devem registrar um crescimento maior do que a Região em 2005 com 3,9%, 3,6% e 3,0% respectivamente (Tabela 01).

Segundo a Pesquisa de Quesito Especial da Sondagem Conjuntural do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)², o acréscimo médio de capacidade instalada ficou em 8% em 2006, acima dos 7,0% de 2005 e igual à de 2004.

A sondagem também constatou que 43% de 1.003 empresas industriais consultadas consideraram a carga tributária como principal fator limitante do crescimento sustentado da economia brasileira, seguida pelas taxas de juros (33%), a infra-estrutura (17%) e o ambiente político interno (7%).

Setorialmente, o segmento de bens de capital foi destaque com a maior previsão de investimento em ampliação da capacidade instalada (11%). Já o setor de bens de consumo tem estimativa de expandir sua capacidade em 9%, acima dos 7% registrados em 2005. Os segmentos de bens intermediários mantêm estabilidade de 7% enquanto o de material de construção tem projeção de 4%, inferior aos 7% do ano anterior.

Com relação ao setor de material de construção, o anúncio, pelo governo, de um conjunto de medidas para incentivar o setor de construção civil, facilitando a compra de imóveis por meio da redução de impostos e o aumento da oferta de crédito para os compradores, pode reverter esse cenário desfavorável. Entre as medidas previstas, destacam-se:

- a) a liberação por bancos públicos e privados de recursos no total de R\$ 18,7 bilhões para habitação e saneamento neste ano, sendo R\$ 8,7 bilhões provenientes de recursos da caderneta de poupança (R\$ 2 bilhões da Caixa Econômica Federal e R\$ 6,7 bilhões dos bancos privados);
- b) a decisão de zerar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 13 itens de uma cesta básica da construção civil e reduzir para 5% o IPI de outros 28 produtos que tinham alíquota

Tabela 01 – Região Nordeste: projeções dos PIB estaduais R\$ milhões: preços de 2004

Estados/Região	Projeções				Incrementos Previstos (%)		
	2003	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Maranhão	15.207,02	15.742,17	16.113,89	16.666,40	3,52	2,36	2,90
Piauí	7.926,56	8.157,31	8.275,36	8.495,61	2,91	1,45	2,14
Ceará	30.761,94	31.985,22	32.591,80	33.607,65	3,98	1,90	2,59
Rio Grande do Norte	14.679,97	15.384,39	15.846,95	16.541,46	4,80	3,01	3,85
Paraíba	14.768,97	15.122,02	15.361,59	15.941,77	2,39	1,58	3,25
Pernambuco	45.664,98	46.510,95	46.837,07	47.975,23	1,85	0,70	1,91
Alagoas	11.234,49	11.568,11	11.769,94	12.043,78	2,97	1,74	1,81
Sergipe	12.820,27	13.500,10	13.986,11	14.767,38	5,30	3,60	4,56
Bahia	78.494,66	83.004,16	86.241,32	90.703,17	5,74	3,90	4,75
Nordeste	231.560,00	240.974,43	247.024,02	256.742,46	4,07	2,51	3,41

Fonte: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

² IBRE. *Pesquisa de quesito especial da sondagem conjuntural*. ano 39, n. 157. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Acesso em 22 nov. 2006.

igual ou superior a 10%. Já o imposto de importação do cimento foi zerado;

c) perspectiva de ampliação dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, criado no final de 2005 para financiar habitações populares.

A expectativa é que essas medidas estimulem a expansão da capacidade de produção do setor de material de construção, além de beneficiar o financiamento de famílias mais modestas e da classe média.

Com relação aos indicadores financeiros, percebe-se um razoável otimismo do mercado, especialmente quando se considera a queda do risco país, que atingiu 308 pontos no início de dezembro, situando-se no mais baixo nível desde que este indicador passou a ser divulgado (1994).

Adicionalmente, as perspectivas de uma política fiscal mais expansionista em 2006 certamente contribuirão para o incremento do PIB e da produção industrial. A tendência do governo é de gastos mais uniformes ao longo de 2006, com o superávit primário ficando próximo da meta oficial de 4,25% do Produto Interno Bruto, depois de ter realizado um superávit primário de 4,84% em 2005.

Certamente, o cenário externo favorável contribuiu substancialmente para a solidez da economia brasileira. Esse resulta em parte da decisão do governo de quitar a dívida com o Fundo Monetário Internacional e do anúncio recente do programa de recompra antecipada de até US\$ 20 bilhões da dívida externa. A redução da dívida bruta permitirá uma melhora dos indicadores de solvência externa, representando um grande passo para a elevação da nota de crédito brasileira.

Adicionalmente, os elevados ingressos de capitais associados à obtenção de superávit em transações correntes têm sido decisivos para

manter em boas condições o financiamento do balanço de pagamentos. O superávit em conta corrente ocorre apesar do crescimento das remessas líquidas enviadas ao exterior. O fator que mais contribuiu para essa performance foi o crescimento extraordinário das exportações líquidas em 2005.

Pode-se creditar esse resultado ao aumento de pouco mais de 10% dos preços das nossas exportações, quando a expectativa inicial era de estabilidade desses preços. As importações, por sua vez, apresentaram em termos de *quantum* um desempenho mais modesto do que as exportações. Na realidade, esse bom desempenho da balança comercial ocorreu devido ao aumento da demanda mundial por uma série de bens e produtos oferecidos pela indústria e pelo setor agropecuário brasileiro. Vários produtos subiram de preços em dólares no mercado internacional, como foi o caso do café, açúcar, álcool combustível, *commodities* minerais e derivados de petróleo. Em contraste, alguns produtos agrícolas, como soja e milho, que no passado sustentaram a balança comercial, ao lado de alguns setores industriais, como têxteis e de brinquedos, vêm enfrentando dificuldades com a atual política cambial.

Para 2006, as expectativas de mercado são de redução tanto do superávit da balança comercial como das transações correntes em função, principalmente, da manutenção de um câmbio apreciado. A geração de saldos comerciais positivos, a redução do estoque de endividamento externo, o crescimento dos fluxos líquidos de investimentos estrangeiros diretos e de portfólio e a permanência das reservas internacionais em níveis elevados serão cruciais para reduzir de forma substancial a vulnerabilidade externa brasileira, contribuindo, ao mesmo tempo, para apreciar a moeda nacional. A expectativa do mercado para a taxa de câmbio – fim de período é de R\$ 2,40/US\$ (Gráfico 02).

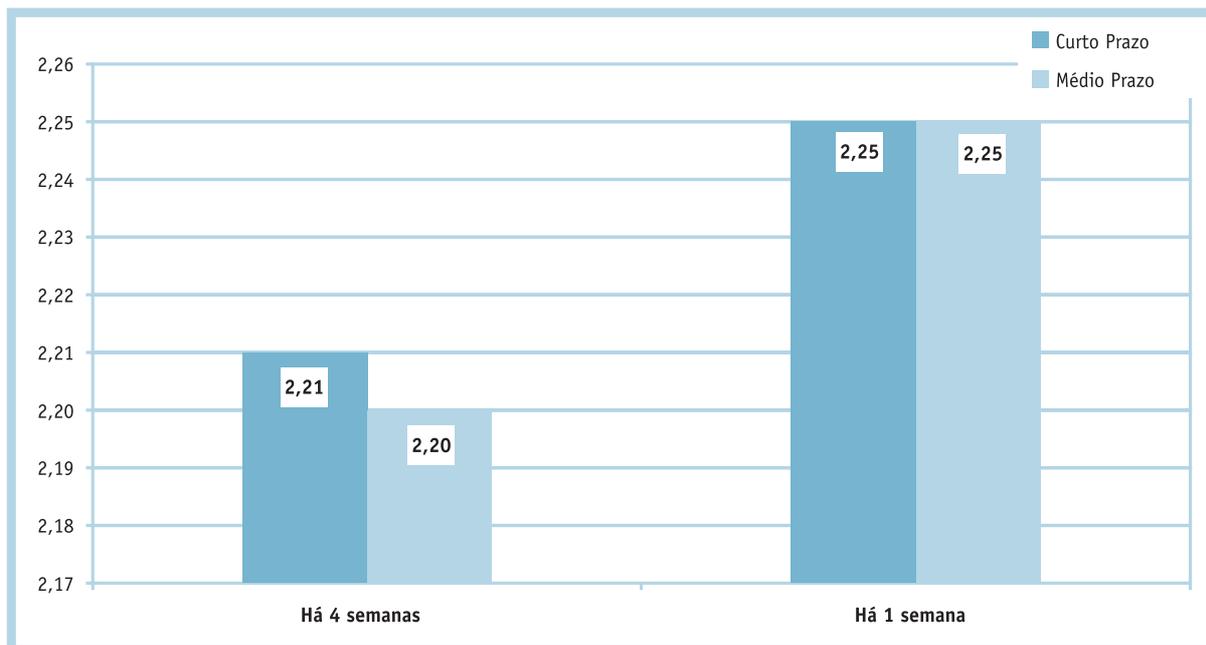


Gráfico 02 – Brasil. Expectativa de mercado de curto e médio prazos, com relação à taxa de câmbio, para 2005. Fim de período. Média Top 5. R\$/ US\$.

Fonte: BACEN-GERIN: Relatório de Mercado, de 30.12.05.

Um outro elemento que poderia influenciar na diminuição das exportações líquidas estaria vinculado ao incremento das importações que deverão ser estimuladas pela expansão da demanda doméstica. Teríamos, portanto, a combinação da manutenção de um cenário externo favorável associado à expansão da demanda doméstica.

Isso é possível de se afirmar dada a percepção dominante entre os agentes de que a inflação permanecerá sob controle e a taxa Selic seguirá a atual trajetória descendente, em função de fatores externos vinculados ao diferencial de juros, à moeda nacional valorizada e à redução progressiva da percepção de risco macroeconômico e ao próprio controle da inflação. Como a atividade econômica é bastante sensível à trajetória dos juros, prevê-se uma retomada dos investimentos e do consumo, fato que, certamente, vai proporcionar uma taxa maior de crescimento da economia.

Essa queda nos juros e o maior crescimento esperado para 2006 sinalizam perspectivas favoráveis para a expansão do crédito tanto no

segmento de pessoas físicas como no segmento de pessoas jurídicas. Vale mencionar que o percentual de crescimento do volume financeiro foi de 21,5% em 2005, alcançando R\$ 606,9 bilhões. Em decorrência, a relação total de empréstimos com o PIB ficou em 31,3% ante 27,0% em dezembro de 2004.

Finalmente, vale destacar o avanço na contratação por parte de empresas, reflexo do crescimento econômico verificado nos últimos dois anos, que estimulou o mercado de trabalho e fez diminuir a informalidade, e a recuperação dos níveis de rendimento.

As projeções do mercado com relação à evolução dos preços indicam que a economia deverá encerrar o ano com uma taxa de inflação, medida pelo IPCA, em torno de 5,68%, mantendo-se praticamente na mesma faixa de expectativa do mês de novembro (5,63%). Naturalmente, essas projeções refletem o padrão de referência dos agentes com respeito à evolução da taxa de câmbio e taxa Selic, cuja evolução é determinante para previsão de inflação. Mas o

fato é que ao longo do ano, o comportamento da inflação sempre vinha surpreendendo o mercado, pois as projeções dos agentes para o IPCA oscilaram bastante, tendo subido até metade do ano para perto de 6,5%, recuado nos meses seguintes para muito próximo da meta de 5,1% e voltado agora para esse nível mencionado. Esse comportamento do índice de preços revela uma certa resistência à queda da inflação, que se mostrou mais susceptível à redução sob condições de câmbio muito apreciado e juros bastante elevados. E isso constitui o maior ônus que a sociedade paga para manter a atual polí-

tica antiinflacionária, mas ao mesmo tempo impõe, aos *policy makers*, o desafio de compatibilizar o controle da inflação com taxas de juros substancialmente mais baixas.

A expectativa para 2006 é de um IPCA de 4,50%, atingindo a meta definida pelo governo para este ano. O choque mínimo de tarifas em 2006 em função do comportamento do IGP-M, que mantém a trajetória de declínio iniciada em abril de 2005, será particularmente decisivo para garantir a continuidade da trajetória de queda da inflação (Gráfico 03). ●

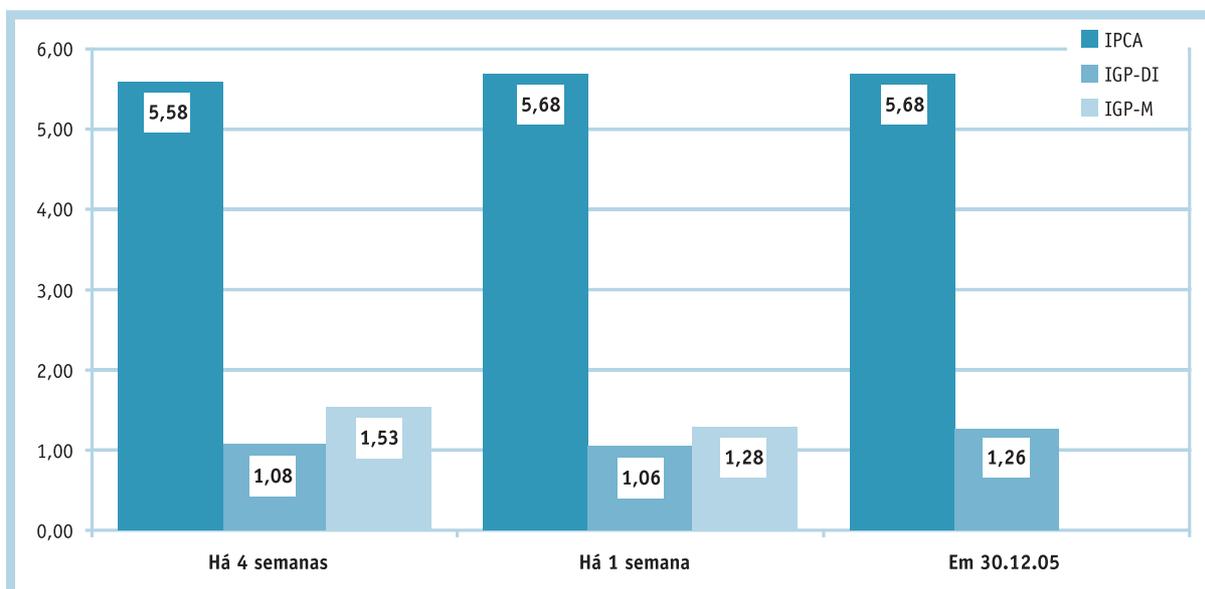


Gráfico 03 – Brasil. Expectativas de mercado de curto prazo, para 2005, de variações acumuladas de índices de preços. Média Top 5. Percentagem.

Fonte: BACEN-GERIN: Relatório de Mercado, de 30.12.05.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

A economia brasileira registrou queda de 1,2% da atividade no terceiro trimestre em relação ao trimestre anterior, interrompendo uma série de nove trimestres consecutivos de resultados positivos nessa base de comparação.

Vale salientar que esse resultado ocorreu após variações de 0,2% no primeiro trimestre de 2005 e de 1,1% no segundo trimestre, reflexo do impulso positivo da demanda interna, decorrente da expansão do crédito, do aumento da renda e do emprego e do extraordinário dinamismo das exportações (Tabela 02).

O arrefecimento da atividade econômica pode ser atribuído, em parte, às ações de política monetária implementadas no sentido de evitar o recrudescimento da inflação a partir de setembro do ano passado. A taxa de juro Selic permaneceu em 19,75% em média no segundo e terceiro trimestres de 2005 – nível superado somente pela taxa, de 22,00% no terceiro trimestre de 2003.

Adicionalmente, essa desaceleração do crescimento está relacionada ao descompasso entre

a trajetória da produção industrial e o consumo das famílias. Os estoques acumulados pela indústria no segundo trimestre contribuíram para o decréscimo da atividade econômica, já que influenciaram fortemente o resultado negativo da produção industrial no terceiro trimestre. Vale salientar que os estoques cresceram 1,7%, o dobro do aumento do consumo das famílias no segundo trimestre (Gráfico 04).

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,0%, após um incremento de 4,0% no segundo trimestre nessa mesma base de comparação. No acumulado do ano em relação a igual período de 2004, a expansão foi de 2,6%, inferior ao resultado obtido em 2004 também na mesma base de comparação.

Setorialmente, a retração do PIB está vinculada, sobretudo, ao desempenho negativo do setor agropecuário que apresentou uma queda de 3,4% em relação ao trimestre imediatamente anterior, a primeira contração comparativamente em quatro trimestres. Em relação ao mesmo

Tabela 02 – Brasil: variações trimestrais do PIB a preços de mercado (%)

Tipo de Variação	2004-III	2004-IV	2005-I	2005-II	2005-III
Acumulado ao Longo do Ano/ Mesmo Período do Ano Anterior	5,0	4,9	2,8	3,4	2,6
Trimestre/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior	5,9	4,7	2,8	4,0	1,0
Trimestre/ Trimestre Imediatamente Anterior (com ajuste sazonal)	1,4	0,8	0,2	1,1	-1,2

Fonte: IBGE. *Contas nacionais trimestrais*: indicadores de volume (jul.-set. 2005). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. p. 5.

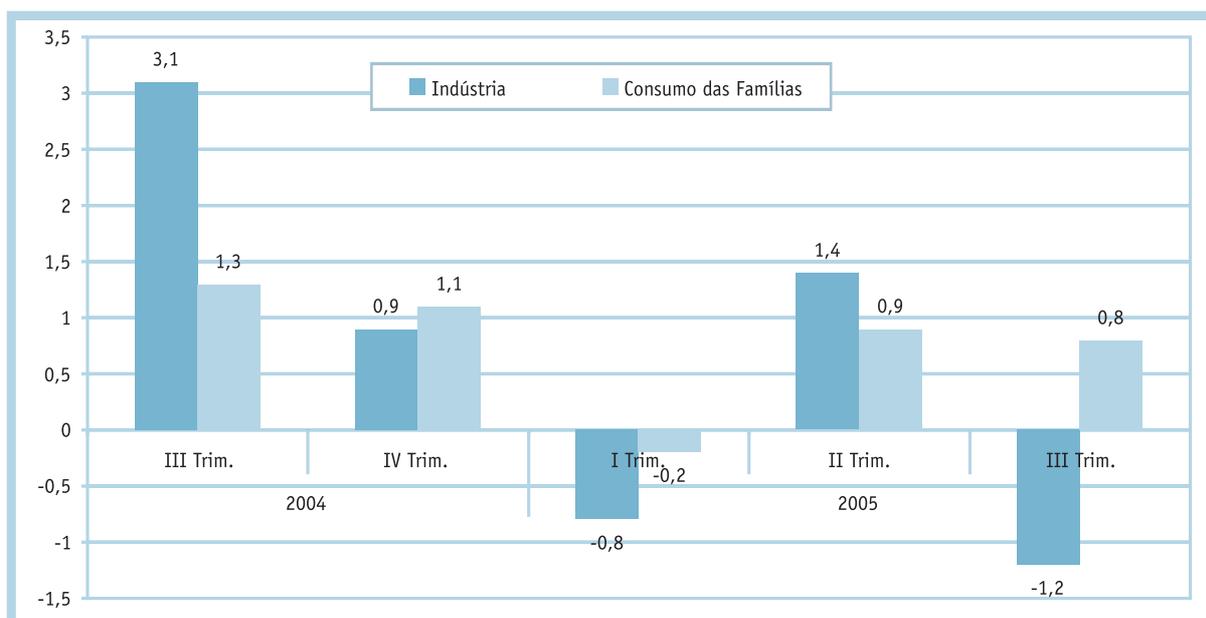


Gráfico 04 – Evolução da produção e do consumo no PIB - Em %

Fonte: IBGE. Contas nacionais trimestrais. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 jan. 2006.

período de 2004, a agropecuária também registrou retração de 1,9%. Esse decréscimo reflete, sobretudo, a menor produção de trigo, café e laranja, culturas cujas safras são relevantes no terceiro trimestre. No acumulado do ano, constatou-se um crescimento de 1,5%.

A performance da produção agropecuária em 2005 foi bastante afetada pelas condições climáticas adversas. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)³ do IBGE, a produção nacional de grãos foi de 112,7 milhões de toneladas – 5,8% inferior à obtida em 2004. (Ver seção Produção Agropecuária).

Além da retração na produção, a deterioração dos preços internacionais em função do excesso de oferta mundial também teve efeito negativo na performance da agricultura brasileira. A valorização cambial afetou a competitividade da produção nacional e reduziu os preços recebidos pelos produtores.

Entretanto, o segundo prognóstico de informações realizado pelo IBGE⁴ para a safra 2006 revela que a produção de grãos deverá atingir o patamar recorde de 127,6 milhões de toneladas, com variação positiva de 13,2% em relação a 2005. Vale salientar que a confirmação desse valor garantiria a maior safra de grãos da história (Gráfico 05).

Já as estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)⁵ para a safra 2005/2006 indicam uma produção nacional de grãos entre 122,7 e 124,9 milhões de toneladas, que representa 9,2 a 11,4 milhões de toneladas a mais, em relação a safra anterior – aumento que varia entre 8,1% e 10,0%.

Além da agropecuária, a indústria teve contribuição decisiva para a queda do PIB, com redução de 1,2% no terceiro trimestre ante o período imediatamente anterior. Além das altas taxas de juros, a desaceleração da produção in-

³ IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 06 dez. 2005.

⁴ IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola: segundo prognóstico da produção agrícola nacional*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 dez. 2005.

⁵ CONAB. *Notícias*. Disponível em: <www.conab.gov.br/centro.asp?apag=52&anoticiã=302>. Acesso em: 06 dez. 2005.

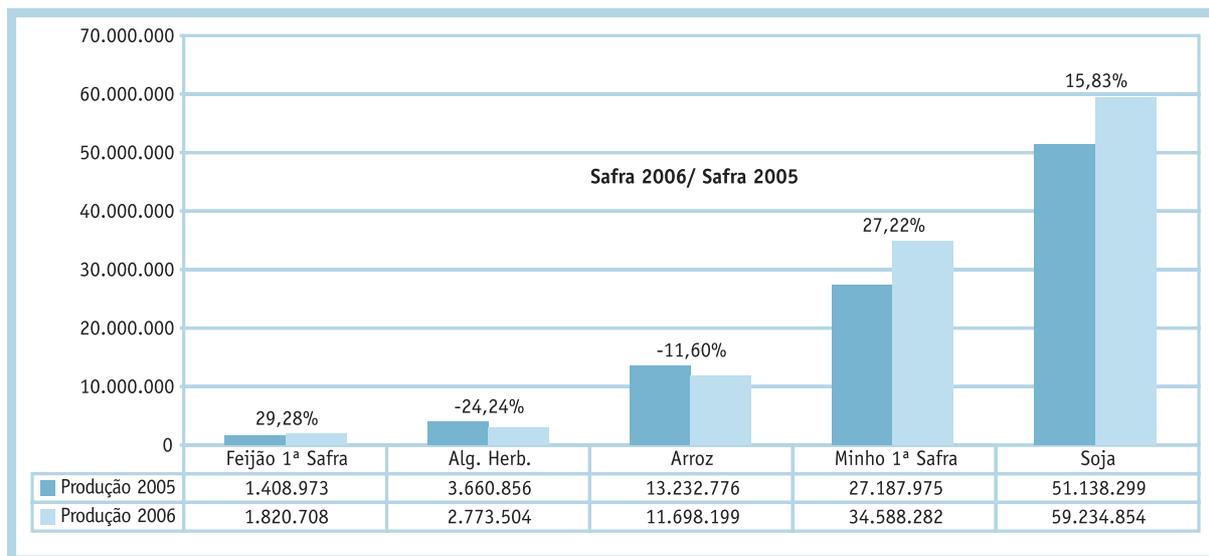


Gráfico 05 – 2º prognóstico da produção agrícola nacional, para 2006, dos principais produtos agrícolas

Fonte: IBGE. Levantamento sistemático da produção agrícola. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 09 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

dustrial refletiu um ajuste de estoques após um crescimento substancial no trimestre anterior.

Na comparação do terceiro trimestre de 2005 com o mesmo período de 2004, o setor industrial registra taxa de crescimento positiva de 0,4%, com destaque para o forte crescimento da extrativa mineral (10,3%), seguido pelos serviços de utilidade pública (3,3%). Vale mencionar que nesse indicador a indústria de transformação assinalou uma retração da taxa de crescimento, resultado esperado diante da base de comparação elevada (Tabela 03).

A atividade industrial incrementou suas atividades em 2,9% nos nove primeiros meses do ano, em relação ao mesmo período do ano passado, apresentando taxas positivas em todos os subsetores. A indústria de transformação teve um aumento de 2,2% e os serviços industriais de utilidade pública, 3,7%, nessa base de comparação (Gráfico 06). O destaque ficou por conta da indústria extrativa que aumentou 10,5% no período janeiro/setembro em função da expansão na produção de petróleo e gás natural líquido (LGN). Contribuiu para essa performan-

ce a produção de petróleo e gás natural que, segundo a Agência Nacional do Petróleo⁶, cresceu 9,3% e 29,0%, respectivamente, nos onze primeiros meses do ano.

A construção civil registrou uma queda de 1,9% no terceiro trimestre de 2005, comparativamente ao mesmo período de 2004, após cinco trimestres consecutivos de crescimento. O baixo desempenho pode ser resultado da alta base de comparação, já que o setor teve um incremento de 11,6% no terceiro trimestre de 2004.

A retração de 2,0% na produção de insumos para o setor da Construção Civil na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior influenciou significativamente o resultado da construção civil. Em outubro, a queda foi de 1,6% tanto na comparação com setembro como em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado janeiro-outubro, a produção de insumos típicos da construção civil teve alta de apenas 0,4%.

Essa contração da produção de insumos foi influenciada principalmente pela queda da produção de aço em 2005. Entre janeiro e novembro, a produção de aço plano teve uma queda de

⁶ AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Dados estatísticos*. Disponível em: <www.onp.prg.br>. Acesso em: 26 jan. 2006.

Tabela 03 – Brasil. Variação do PIB em volume, por setores econômicos. Variação trimestral (%)

Setor de Atividade	Variação em Volume em Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior (%)				
	2004 - III	2004-IV	2005-I	2005-II	2005 - III
Agropecuária	5,9	3,0	2,6	3,2	-1,9
Indústria	7,0	5,9	3,1	5,5	0,4
Extrativa Mineral	2,0	-8,0	3,7	17,5	10,3
Transformação	6,6	8,3	3,6	4,1	-0,9
Construção Civil	11,6	5,2	0,6	3,7	-1,9
Serviços Industriais de Utilidade Pública	5,2	5,8	3,3	4,6	3,3
Serviços	4,1	3,6	2,2	2,6	1,5
Comércio	10,5	7,3	4,2	3,9	2,3
Transporte	0,4	3,6	3,9	4,0	3,2
Comunicações	-1,4	0,1	-2,8	-0,3	0,8
Instituições Financeiras	5,2	5,0	2,8	3,4	1,5
Outros Serviços	7,1	6,2	2,2	0,8	0,8
Aluguel de Imóveis	2,2	2,1	3,7	2,8	2,1
Administração Pública	1,3	0,9	0,6	3,4	1,2

Fonte: IBGE. *Contas nacionais trimestrais*: indicadores de volume (jul.-set. 2005). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

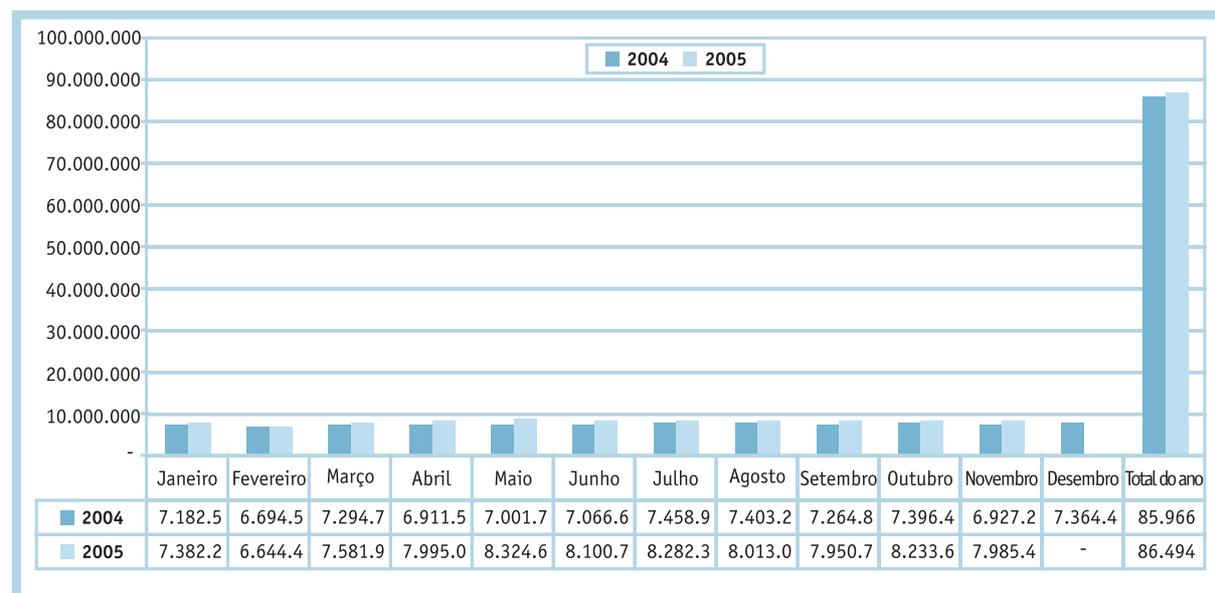


Gráfico 06 – Produção nacional de petróleo e LGN (metros cúbicos)

Fonte: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. Boletim mensal de produção submetido à ANP. Disponível em: <www.anp.org.br>. Acesso em: 26 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

7,0%. Vale salientar que em 2004, a produção desse insumo cresceu de forma significativa devido à forte demanda causada pelo receio de aumentos de preços. Esse fato acarretou um acúmulo de estoques por parte das empresas. Como o crescimento de 2005 está abaixo do esperado, as empresas estão procurando utilizar seus estoques ao invés de comprar mais aço.

Já no acumulado dos dez primeiros meses do ano, o incremento de 0,7% da construção civil possibilitou uma expansão de 5,4% no emprego formal, segundo informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)⁷. Em outubro de 2005, o número de empregados formais da construção civil já atingia 1,4 milhão.

⁷ BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. *Cadastro geral de empregados e desempregados*. Disponível em: <www.mte.gov.br/Empregador/CAGED/Estatistica/Textos/2005/Outubro/Analise.asp>. Acesso em: 15 jan. 2006.

A projeção de crescimento para 2006 realizada pelo Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCom-SP)⁸ é de 1,0%. O baixo nível de investimento público em infra-estrutura afetou significativamente o desempenho do setor.

Já as projeções de crescimento da construção civil para 2006 realizadas pelo SindusCom-SP⁹ são da ordem de 5,1% em função das expectativas favoráveis quanto à elevação dos recursos da poupança e do maior crescimento dos investimentos públicos, principalmente no segmento viário e de energia.

O desempenho modesto da construção civil ocorre num momento de ampliação da disponibilidade de recursos para financiamento imobiliário. Dados da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP)¹⁰ revelam que o crédito imobiliário nos últimos doze meses até novembro atingiu 4,5 bilhões, contra 3,1 bilhões em 2004.

Somente no mês de novembro, considerado o melhor mês da história do sistema brasileiro de poupança e empréstimo (SBPE), os empréstimos atingiram R\$ 618,4 bilhões, com incremento de 79,5% em relação a novembro de 2004. Desse total, 458,0 bilhões foram destinados à construção de novas unidades, contribuindo para reduzir o desemprego e o déficit habitacional. Até o fim do ano, há previsão de que o total de financiamentos com recursos da poupança deve crescer 50,0% comparativamente a 2004.

A proposta recente do executivo de recuperar 26.500 quilômetros de rodovias, em 26 Estados, no prazo de seis meses, a um custo de R\$ 440 milhões servirá de estímulo à construção

civil, sobretudo na utilização de seus insumos típicos. Vale salientar que o IBGE projeta um crescimento de 3,0% no Índice de Produção de Insumos Típicos da Construção (ICC) em 2006.

Adicionalmente, medidas recentes divulgadas pelo governo, como a retirada da cobrança do imposto de renda (IR) na venda de imóvel para aquisição de outro quando essa operação ocorrer em até seis meses, tenderá a incrementar a demanda por imóveis novos e estimular a utilização de insumos e a contratação de mão-de-obra para sua execução.

O setor serviços manteve-se estável no terceiro trimestre em relação ao trimestre anterior (variação de 0,0%). Na comparação com o mesmo período de 2004, a taxa de crescimento do setor foi de 1,5%, inferior ao desempenho observado nos dois primeiros trimestres nessa mesma base de comparação. Todos os segmentos apresentaram variação positiva, com destaque para transporte (3,2%) e comércio (2,3%).

No acumulado do ano, observou-se uma expansão de 2,1% dos serviços em relação ao mesmo período de 2004, resultado vinculado, sobretudo, ao desempenho favorável dos segmentos transporte e comércio que registraram incrementos respectivos de 3,7% e 3,4%.

O desempenho positivo do comércio no terceiro trimestre resulta principalmente das vendas de semiduráveis e não duráveis vinculados, principalmente, à expansão da renda real dos consumidores – caso dos hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumos. Por outro lado, as vendas do setor de bens de consumo duráveis, mais dependentes da expansão do crédito, registraram uma desaceleração no segundo trimestre, porém

⁸ CONAB. *Notícias*. Disponível em: <www.conab.gov.br/centro.asp?apag=52&anoticia=302>. Acesso em: 06 dez. 2005.

⁹ SINDUSCOM SÃO PAULO. *Construção está menos pessimista em 2006*. Disponível em: <www.sinduscomsp.org.br>. Acesso em: 03 jan. 2006.

¹⁰ ABECIP. *Em 11 meses crédito imobilizado atinge 4,2 bilhões*. Disponível em: <www.abecip.org.br>. Acesso em: 03 jan. 2006.

mantendo-se em patamares historicamente elevados. (Ver seção Comércio).

Pela ótica dos respectivos componentes de demanda, constatou-se que as exportações de bens e serviços cresceram 1,8%, mantendo a trajetória de crescimento iniciada no segundo trimestre de 2003. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a progressão das exportações foi de 12,3%.

Dados do Ministério da Indústria e do Comércio¹¹ para 2005 revelam que, apesar da valorização do real frente ao dólar, a balança comercial alcançou recordes históricos em todas as variantes. As vendas internacionais totalizaram US\$ 118,3 bilhões, com incremento de 22,6% e as importações alcançaram 73,5 bilhões com elevação de 17,1%. Esses resultados recorde propiciaram um saldo comercial de 44,7 bilhões, valor 32,8% superior ao superávit obtido em 2004 (Gráfico 07). (Ver seção Setor Externo).

A categoria dos manufaturados foi a que mais contribuiu para o crescimento das exportações, com evolução de 23,0% sobre o mesmo

período de 2004. Vale destacar que as manufaturas já respondem por 55,1% da pauta de exportação brasileira. Grande parte desse desempenho resulta do crescimento da quantidade embarcada em detrimento da elevação de preços. Os principais destaques nessa categoria foram celulares (99,6%), veículos de carga (50,4%) e automóveis (31,6%).

Contudo, é importante salientar que a valorização do real prejudicou o desempenho das exportações de manufaturados no segundo semestre, que cresceram sobre o mesmo período de 2004, perto da metade do aumento do primeiro semestre (17,4% e 30,4%, respectivamente).

Já os produtos básicos e semi-manufaturados tiveram incrementos de 22,2% e 19,3% em comparação com 2004. Dados da Funcex¹² revelam que o crescimento das exportações dessas categorias está relacionado, sobretudo, ao comportamento dos preços internacionais. Em 2005, constatou-se uma variação de 12,0% nos preços dos básicos e semi-manufaturados, enquanto que a expansão das quantidades embarcadas foi de 6,3% e 6,0%, respectivamente.

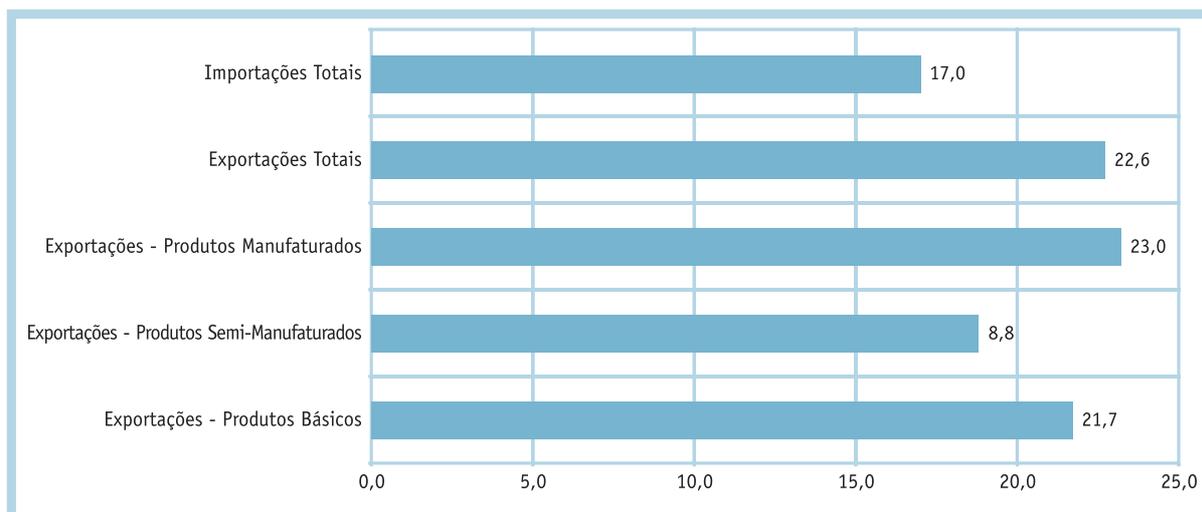


Gráfico 07 – Balança comercial brasileira: variação (%) sobre igual período de 2004

Fonte: MDIC. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹¹ BRASIL. Ministério da Indústria e do Comércio. *Balança comercial encerra 2005 com resultados históricos*. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2006.

¹² FUNCEX. *Boletim Funcex de Comércio Exterior*. Brasília, ano IX, n. 12, dez. 2005. Disponível em: <www.funcex.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

A expansão das importações foi estimulada principalmente pelo câmbio valorizado. O real subiu 9,3% frente ao dólar em 2004 e mais 14,5% em 2005. O efeito da valorização do real foi mais importante nas importações de bens de consumo. As compras externas de bens de consumo duráveis e não duráveis aumentaram, respectivamente, 24,5% e 23,7% em 2005. Apesar do arrefecimento da produção industrial no segundo semestre, as importações de matérias-primas e bens intermediários cresceram 13,1%.

O consumo das famílias atingiu a taxa positiva de 2,8% no terceiro trimestre de 2005 em relação ao mesmo período de 2004, confirmando a trajetória positiva iniciada no quarto trimestre de 2003. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, o crescimento foi de apenas 0,8%.

O aumento do consumo das famílias no terceiro trimestre está, em grande parte, relacionado com o aumento de 4,7% da massa salarial no terceiro trimestre em função do aumento do pessoal ocupado e do rendimento médio efetivamente recebido que cresceram 2,3% e 2,3%, respectivamente, na comparação com igual período de 2004, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME)¹³.

Estudo realizado pelo Instituto de Economia e Desenvolvimento Industrial (IEDI)¹⁴ com relação ao emprego e ao rendimento urbano, com base na pesquisa mensal de emprego do IBGE para as seis regiões metropolitanas investigadas, revela que, considerando como base o ano de 2002 (último ano do governo anterior), o pessoal ocupado nos grandes centros urbanos teve um incremento de 11,7% nos três anos do atual governo, ou seja, uma média de quase 4,0% ao ano, significando a criação de 2,07 milhões de novos postos de trabalho no período. Adicionalmente, o IEDI projetava

em 1,7% a variação do rendimento em 2005, superior à queda observada no ano anterior (-1,2%) (Gráfico 08). (Ver seção Emprego e Rendimento).

Outro fator importante foi a manutenção das operações de crédito em patamares elevados, apesar da desaceleração do ritmo de crescimento observada no terceiro trimestre. Em novembro, a evolução das operações de crédito do sistema financeiro reflete os aspectos sazonais relacionados com o maior volume de transações mercantis típicas de fim de ano.

Segundo o Banco Central¹⁵, as operações de crédito do sistema financeiro somaram R\$ 589,8 bilhões em novembro – incremento de 2,4% no mês e de 19,5% no período de doze meses. Desse total, 66,9% estão relacionados aos empréstimos concedidos com recursos livres. Somente esse tipo de empréstimo para pessoas físicas atingiu R\$ 155,6 bilhões – expansão de 2,7%. O resultado refletiu, principalmente o aumento do crédito pessoal e dos financiamentos para aquisição de bens, que assinalaram expansão de 49,1% e de 35,3%, respectivamente, nos últimos doze meses.

Com relação aos empréstimos com desconto em folha, a tendência é que essa modalidade de crédito permaneça em alta, porém numa velocidade menor de seu ritmo expansivo. Os empréstimos com desconto em folha cresceram 2,7% no mês de novembro e 103% em doze meses.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no terceiro trimestre de 2005 registrou uma retração de 0,9% em relação ao trimestre anterior, após o incremento de 4,7% no segundo trimestre deste ano. Na comparação com o mesmo período de 2004, constatou-se também uma queda de 2,1%, interrompendo uma trajetória

¹³ IBGE. *Contas nacionais (jul.-set. 05)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso: 05 jan. 2006.

¹⁴ IEDI. *Massa de rendimento e câmbio. Carta IEDI*, n. 188. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

¹⁵ BANCO CENTRAL. *Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro*. Disponível em: <www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>. Acesso em: 15 jan. 2006.

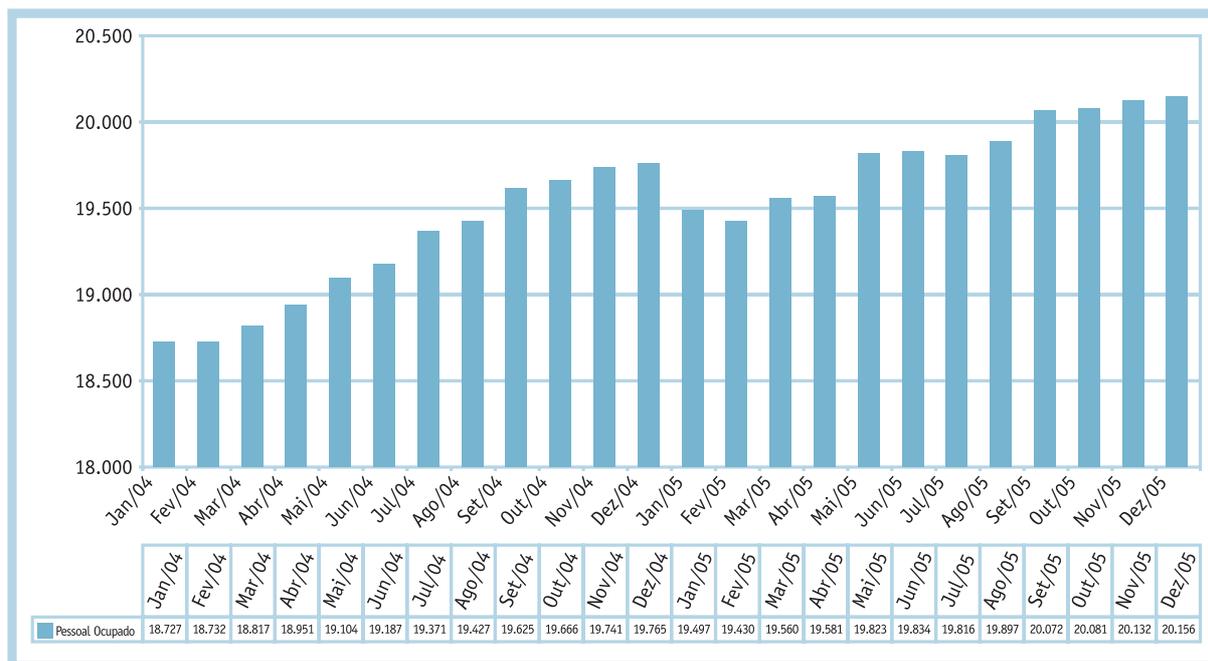


Gráfico 08 – Pessoal ocupado (mil pessoas)

Fonte: IEDI. Massa de rendimento e câmbio. Carta IEDI, n. 188. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

de seis trimestres de resultados positivos. A alta base de comparação do terceiro trimestre de 2004 influenciou substancialmente esse resultado. Já no acumulado do ano, a FBCF assinalou uma taxa positiva de 1,2% (Tabela 4)¹⁶.

A retração da FBCF no terceiro trimestre decorreu, sobretudo, da variação negativa da construção civil (-1,9%). Com relação à demanda de máquinas, observa-se que o arre-

fecimento no incremento do consumo aparente foi devido sobretudo à baixa taxa de crescimento da produção local de bens de capital no terceiro trimestre (2,1%). No que se refere ao comércio exterior, a expansão das exportações (30,8%) está sendo compensada pelo bom desempenho das importações (30,2%).

O diferencial de taxa de crescimento entre a produção local e as exportações prejudicou a

Tabela 04 – Brasil. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) (em %)

	Trim./ Mesmo Trim. do Ano Anterior				Acumulado em 2004	Trim./ Mesmo Trim. do Ano Anterior		
	2004					2005		
	I	II	III	IV		I	II	III
FBCF	1,8	13,4	19,3	9,3	10,9	2,3	4,0	-2,1
Construção	0,7	7,0	11,3	3,9	5,7	0,6	3,5	-1,9
Máquinas e Equipamentos	5	14,9	16,3	-17,6	3,7	0,5	6,7	1,5
Absorção Nacional^a	5,2	11,9	14,1	-24,6	1,1	-8,8	-1,8	-9,2
Produção	20,1	24,9	24,5	11,5	19,9	5,7	8,6	2,1
Exportações	63,6	60,2	53,2	98	71,1	42,8	33,1	30,8
Importações	2,8	21,5	21,3	-0,6	10,2	28,3	30,0	30,2
FBCF - Var. Dessaz.	3,0	3,4	5,5	-2,8	-	-3,1	4,7	-0,9

Fonte: IPEA. Boletim de Conjuntura / 71 / Dezembro 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>.

^aProdução - exportações

¹⁶ IPEA. Boletim de Conjuntura, n. 71, dez. 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

absorção de bens de investimentos destinados ao aumento da produção doméstica. No terceiro trimestre, a absorção nacional de máquinas e equipamentos decresceu 9,2%.

O consumo do governo registrou variação negativa de -0,4% no terceiro trimestre. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o acréscimo foi de apenas 1,3% e no acumulado do ano, de 1,8%.

O fato do setor público ter encerrado o ano com um superávit fiscal de 4,9% do Produto Interno Bruto, o segundo maior desde que o Banco Central começou a apurar a série histórica em 1991, acabou influenciando no resultado do consumo do governo. Considerando o acumulado de janeiro a novembro de 2005, o superávit caiu de 5,5% em novembro para 4,9% em dezembro. O ajuste fiscal maior do que esperado foi justificado pela equipe econômica em função da interrupção da queda na relação entre a dívida pública e o PIB entre o fim de 2004 e o início de 2005. (Ver seção Finanças Públicas).

Por outro lado, o Ministério do Planejamento constatou que as despesas empenhadas para executar o que faltava do orçamento de 2006 atingiram R\$ 18,4 bilhões – crescimento de 60% em relação a 2004 (R\$ 11,2 bilhões) e quase o triplo do executado em 2003 (R\$ 6,5 bilhões).

Segundo o Ministério do Planejamento¹⁷, o governo terá capacidade de pagar entre R\$ 14 bilhões e R\$ 15 bilhões dos investimentos em 2006, superior ao volume de investimento efetivamente pago em 2005 (R\$ 11,5 bilhões).

Os investimentos estratégicos vinculados ao Projeto Piloto de Investimentos (PPI), que ficam fora do cálculo do superávit primário, atingiram R\$ 3,5 bilhões em 2005, representando 100% do que foi empenhado. Vale salientar

que esses investimentos são basicamente em infra-estrutura.

Somente os investimentos diretos em rodovias totalizaram R\$ 4,5 bilhões, valor superior a média de R\$ 1,5 bilhão dos últimos cinco anos. No setor de ferrovias, o Ministério do Planejamento acredita que as ferrovias de grande porte, como a Transnordestina e a Ferrovia Norte-Sul, terão trechos prontos em 2006.

Além do crescimento dos investimentos federais, vale destacar o crescimento extraordinário das linhas de crédito de longo prazo disponíveis em instituições como o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

No caso do BNDES, entre janeiro e novembro de 2005, os desembolsos alcançaram R\$ 40 bilhões, valor próximo da meta (revisada) de R\$ 50 bilhões. Esse valor representa um acréscimo de 12,0% em relação ao mesmo período de 2004.

De fato, as liberações de recursos efetuadas pela instituição apontaram desaceleração no mês de setembro e outubro, porém os dados referentes a novembro revelam uma recuperação importante nos desembolsos, o que pode ser um sinal de que a economia voltou a crescer no último trimestre.

Setorialmente, constata-se que a indústria recebeu o maior aporte de recursos. No acumulado do ano, foram liberados R\$ 19,8 bilhões para a indústria de transformação, com destaque para os segmentos de material de transporte (R\$ 8,9 bilhões), mecânica (R\$ 2,6 bilhões) e agroindústria (R\$ 2,0 bilhões).

No setor de infra-estrutura, os desembolsos chegam a R\$ 14,2 bilhões, concentrados, sobretudo, na área de transportes ter-

¹⁷ BRASIL. Ministério do Planejamento. *Investimento em 2005 bate recorde e chega a 18,4 bilhões*. Disponível em: <www.planejamento.gov.br>. Acesso em 11 jan. 2006.

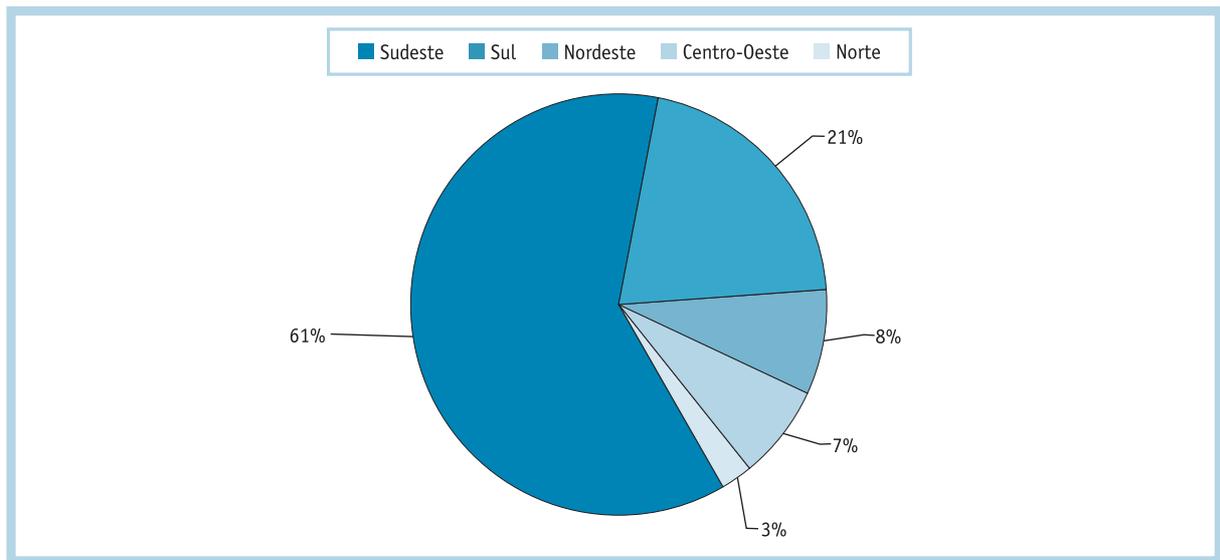


Gráfico 09 – Desembolsos do BNDES segundo a região (jan.-nov./05)

Fonte: BNDES. Boletim de Conjuntura do BNDES. nov. 2005. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

restres (R\$ 5,3 bilhões), energia elétrica (R\$ 4,0 bilhões) e telecomunicações (R\$ 1,6 bilhões). A agropecuária foi contemplada com R\$ 3,5 bilhões e o setor de comércio e serviços ficou com R\$ 2,1 bilhões.

A região Sudeste foi a principal beneficiária, com R\$ 24,5 bilhões, seguida pelas regiões Sul (R\$ 8,1 bilhões) e Nordeste (R\$ 3,1 bilhões) (Gráfico 09).

A participação do Banco do Nordeste tem sido determinante para a retomada dos investimentos na Região. Nos últimos três anos, as aplicações do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) somaram mais de R\$ 8,7 bilhões, ou seja, 30% do total aplicado desse fundo constitucional desde seu surgimento em 1989.

Somente o total aplicado em 2005 representa um acréscimo de 1.540,4% em relação a 2002 (R\$ 254,4 milhões). Para 2006, o Banco espera aplicar mais R\$ 4 bilhões do Fundo e captar novas fontes de recursos como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo da Marinha Mercante.

Adicionalmente, vale salientar que as contratações do Banco do Nordeste em toda sua área de atuação chegaram a R\$ 6,02 bilhões – crescimento de 32,9% em relação a 2004 (R\$ 4,53 bilhões). Desse total, R\$ 4,27 bilhões foram voltados para créditos de longo prazo, que compreendem financiamentos rurais, industriais, agroindustriais, de infra-estrutura, comércio e serviços. Já as operações de curto prazo (microcrédito, desconto, câmbio e conta garantida) aumentaram 87,3%, totalizando R\$ 1,75 bilhão.

O principal beneficiário dos recursos de longo prazo administrados pelo BNB foi o Setor Rural (53,8% de participação), seguido pelo Setor Industrial (22,9%), de Infra-estrutura (12,8%), e de Comércio e Serviços (10,3%).

Com relação ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o BNB alcançou recorde histórico, aplicando R\$ 1,05 bilhão no ano passado, com a contratação de 518,7 mil operações. Em termos de valor, esses resultados representam um incremento de 51,1% em relação ao mesmo período de 2004 (R\$ 695,7 milhões). ●

4 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Na série com ajuste sazonal, a produção industrial apresentou no mês de novembro incremento de 0,6% comparativamente ao mês anterior, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF)¹⁸, do IBGE.

No confronto com igual mês do ano passado, ocorreu também um incremento de apenas 0,6% da atividade industrial. O indicador acumulado no período janeiro-novembro, frente ao mesmo período do ano anterior, atingiu 3,1%. Ao longo dos últimos doze meses, a taxa de crescimento foi de 3,5% (Gráfico 10).

Analisando por categoria de uso, somente o setor de bens de capital registrou crescimento na

passagem de outubro para novembro (2,0%), após a retração de 4,2% no mês anterior. Os setores de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis e de bens intermediários registraram acréscimos de, respectivamente, 0,5% e 0,2%.

O destaque negativo ficou por conta do setor de bens de consumo duráveis que assinalou queda de -1,4 %, após ter crescido 2,7% em outubro. Esse segmento, que vinha registrando resultados favoráveis no primeiro semestre, desacelerou no segundo semestre em função principalmente de um processo de ajuste de estoques. Um dos fatores de dinamismo desse se-

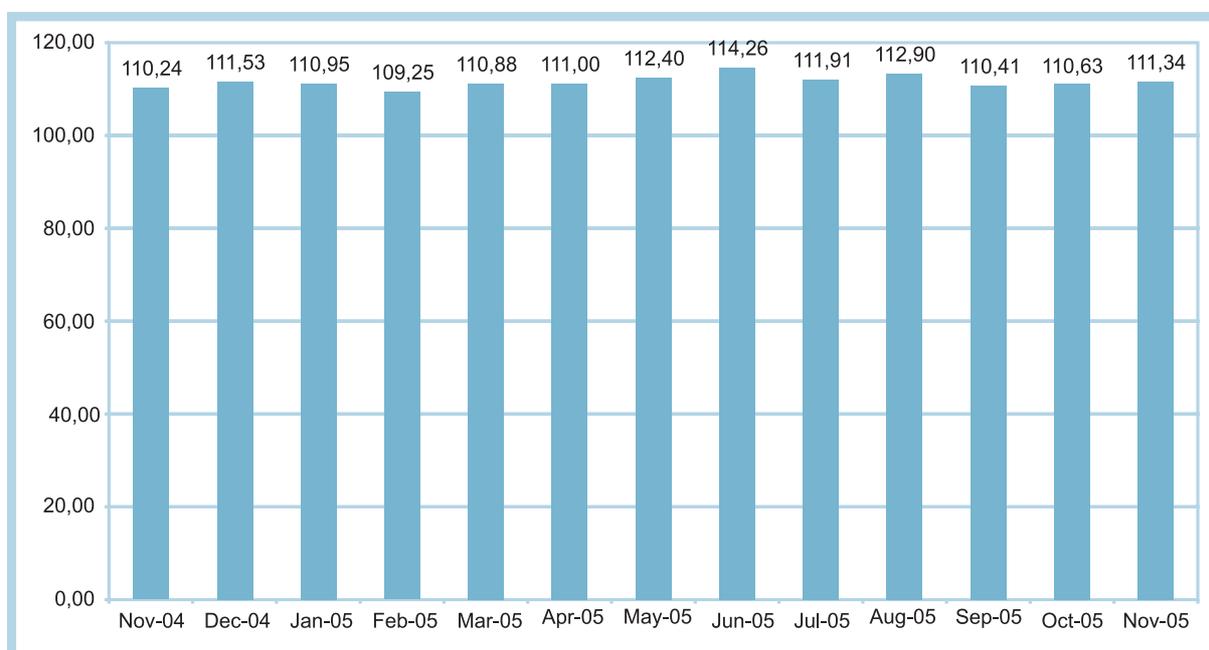


Gráfico 10 – Brasil: evolução da produção industrial (nov. 04-nov. 05)

Fonte: IBGE. Pesquisa industrial mensal (PIM-PF): índice base fixa mensal com ajuste sazonal (base: média de 2002 = 100). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

¹⁸ IBGE. *Pesquisa industrial mensal (PIM-PF)*: índice base fixa mensal com ajuste sazonal (base: média de 2002 = 100). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

tor no primeiro semestre estava vinculado à intensa reativação do crédito ao consumidor. O impacto positivo do crédito consignado e as facilidades de financiamento das cadeias de varejo foram determinantes para a ampliação desse tipo de consumo. Entretanto, os sinais de aumento da inadimplência das famílias, ocasionando um maior controle e seleção do crédito, assim como a maior cautela dos consumidores diante do aumento de suas dívidas provocaram uma estabilização do crédito nos últimos meses.

Na comparação com novembro de 2004, o destaque ficou por conta do segmento de bens de capital que registrou um incremento de 4,0%, o quarto resultado positivo consecutivo. No ano, o acréscimo de 3,2% na produção de bens de capital sinaliza perspectivas favoráveis

no que se refere ao incremento do investimento produtivo na economia brasileira (Tabela 04).

Essa boa performance nos onze primeiros meses do ano resulta, principalmente, do aumento da produção de bens de capital para construção (30,5%) e bens de capital para o setor de energia elétrica (26,1%). Em contrapartida, observou-se uma queda acentuada no segmento de peças agrícolas (-69,1%) e no setor de bens de capital agrícolas (-37,2%) (Tabela 06).

Vale mencionar que a indústria de tratores, máquinas e implementos agrícolas vinha apresentando um desempenho importante nos últimos anos em função da forte expansão do agronegócio e de condições creditícias favoráveis à renovação do maquinário agrícola. Porém, em 2005, adversidades relacionadas com a

Tabela 05 – Brasil: indicadores da produção industrial por categoria de uso (nov. 05)

Categorias de Uso	Variação (%)			
	Nov.2005/ Out. 2005*	Nov.2005/ Nov.2004	Acumulado	
			No Ano	12 Meses
Bens de Capital	2,2	4,0	3,2	3,9
Bens Intermediários	0,2	-0,1	1,0	1,5
Bens de Consumo	0,4	1,1	6,0	6,3
Duráveis	-1,4	-0,1	11,2	11,6
Semiduráveis e Não	0,5	1,4	4,6	4,8
Indústria Geral	0,6	0,6	3,1	3,5

Fonte: IBGE. *PIM-PF Brasil (nov./05)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

Nota: *Série com Ajuste Sazonal.

Tabela 06 – Produção física. Brasil: índices especiais de bens de capital

Segmentos	Mensal			Acumulado		
	Set.	Out.	Nov.	Jan.- Set.	Jan.- Out.	Jan.- Nov.
Bens de Capital para Fins Industriais	102,2	87,9	92,5	101,9	100,4	99,6
Bens de Capital para Fins Industriais Seriadados	99,0	86,4	91,1	100,4	98,8	98,1
Bens de Capital para Fins Industriais Não-Seriados	124,6	98,5	102,3	112,6	111,1	110,2
Bens de Capital Agrícolas	56,0	57,8	66,5	63,0	62,4	62,8
Bens de Capital Peças Agrícolas	39,0	56,8	33,4	28,4	30,8	30,9
Bens de Capital para Construção	133,7	134,7	132,7	129,7	130,5	130,5
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	135,5	152,2	156,4	119,7	126,1	126,1
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	104,2	103,0	99,0	108,7	108,0	107,1
Bens de Capital de Uso Misto	109,1	101,2	103,9	103,0	102,8	102,9

Fonte: IBGE. *Índices conjunturais da indústria: Brasil (nov. 2005)*. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

queda do preço de determinadas *commodities* agrícolas e problemas climáticos em importantes regiões produtoras afetaram fortemente o desempenho da agroindústria que não vem acompanhando a evolução da indústria global.

Em contrapartida, constata-se que as vendas externas do segmento tiveram um desempenho favorável no acumulado do ano em função, sobretudo, da expansão das exportações de tratores e de cultivadores motorizados. Este fato tem amenizado as perdas decorrentes da contração das vendas internas.

A ligeira queda de 0,1% do setor de bens de consumo duráveis na comparação com novembro de 2004 resulta do decréscimo da produção de telefones celulares (-23,4%) e eletrodomésticos (-4,5%), em função, sobretudo, do recuo na linha branca (-9,7%). Vale salientar que esse resultado negativo interrompe uma série de vinte e sete meses de expansão nessa base de comparação.

Por outro lado, o desempenho da indústria geral no acumulado do ano continua sendo

sustentado principalmente pelo segmento de bens duráveis, o qual registrou uma expansão de 11,2% em relação ao mesmo período de 2004, reflexo do dinamismo das exportações e da oferta de crédito ao consumidor. Os produtos que mais contribuíram para a performance do setor foram automóveis e telefones celulares.

De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea)¹⁹, as montadoras produziram 2,45 milhões de unidades em 2005 – incremento de 10,7% em relação a 2004. Esse resultado foi obtido em função do crescimento de 25,9% das exportações e de 7,2% das vendas internas (Tabela 07).

A performance das montadoras refletiu-se positivamente na produção das empresas de autopeças. Pesquisa realizada pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (SINDIPEÇAS)²⁰, com 52 empresas em vários Estados brasileiros, projeta um aumento de 6,6% no faturamento de autopeças no período janeiro-novembro, comparativamente a igual período do ano anterior.

Tabela 07 – Indústria automobilística: produção, vendas e exportações

Em Unidades	2005	2004	Variações Percentuais		
	Jan.- Dez.	Jan.- Dez.	Dez.05/ Nov.05	Dez.05/ Dez.04	Jan.- Dez.05/ Jan.- Dez.04
PRODUÇÃO					
Total	2.447.636	2.210.741	-6,0	6,0	10,7
Veículos Leves	2.296.288	2.074.945	-4,5	6,8	10,7
Caminhões	116.104	107.038	-26,7	-8,5	8,5
Ônibus	35.244	28.758	-35,5	-4,5	22,6
LICENCIAMENTO DE AUTOVEÍCULOS NOVOS - NACIONAIS					
Total	1.626.518	1.517.053	14,9	0,9	7,2
Veículos Leves	1.533.794	1.418.537	15,2	2,0	8,1
Caminhões	77.328	80.870	8,4	-17,4	-4,4
Ônibus	15.396	17.646	12,9	-14,4	-12,8
EXPORTAÇÕES					
Total	817.575	649.568	4,0	16,3	25,9
Veículos Leves	761.603	611.255	6,4	15,5	24,6
Caminhões	37.030	25.369	-23,2	74,6	46,0
Ônibus	18.942	12.944	-15,8	-21,1	46,3

Fonte: ANFAVEA. Carta ANFAVEA, São Paulo, n. 236, jan. 2006. Disponível em: <www.anfavea.org.br>. Acesso em: 16 jan. 2006.
Elaboração: Equipe BNB Conjuntura Econômica.

¹⁹ ANFAVEA. Carta ANFAVEA, São Paulo, n. 236, jan. 2006. Disponível em: <www.anfavea.org.br>. Acesso em: 16 jan. 2006.

²⁰ SINDIPEÇAS. Informativo Sindipeças. Dez. 2005. Disponível em: <www.sindipeças.org.br/noticias/informativo.asp>. Acesso: 16 jan. 2006.

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)²¹, foram registrados 16.745.067 novos assinantes à telefonia móvel – crescimento de 25,5% em relação ao mesmo período de 2004. Já a teledensidade móvel (número de telefones celulares em serviço para cada grupo de 100 habitantes) passou de 44,0 em outubro para 44,5 em novembro.

No acumulado dos últimos onze meses, a região Nordeste apresenta um crescimento de 37,7% na teledensidade – superando as demais regiões do País. Esse fato permitiu uma recuperação da densidade na região Nordeste que era de 21,3 em 2004 e chegou a 28,9 em novembro. O Estado do Piauí, com 43,7%, lidera o crescimento da teledensidade em 2005, seguido da Paraíba (38,7%), da Bahia (37,8%) e do Rio Grande do Norte (37,6%). Apesar desse

avanço, o Nordeste continua registrando a menor teledensidade entre as regiões brasileiras.

A produção de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis apresentou expansão de 1,4% comparativamente a novembro do ano anterior. Já no acumulado janeiro-novembro, o setor registra o segundo melhor desempenho entre as categorias de uso, com acréscimo de 4,6%. A recuperação progressiva da massa salarial devido à expansão do emprego e o controle da inflação foram determinantes para a maior importância relativa dessa categoria na composição da produção industrial.

Bebidas e perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza foram as atividades que se sobressaíram nesse segmento. Em contrapartida, os destaques negativos ficaram por conta de calçados e artigos de couro e têxtil (Gráfico 11).

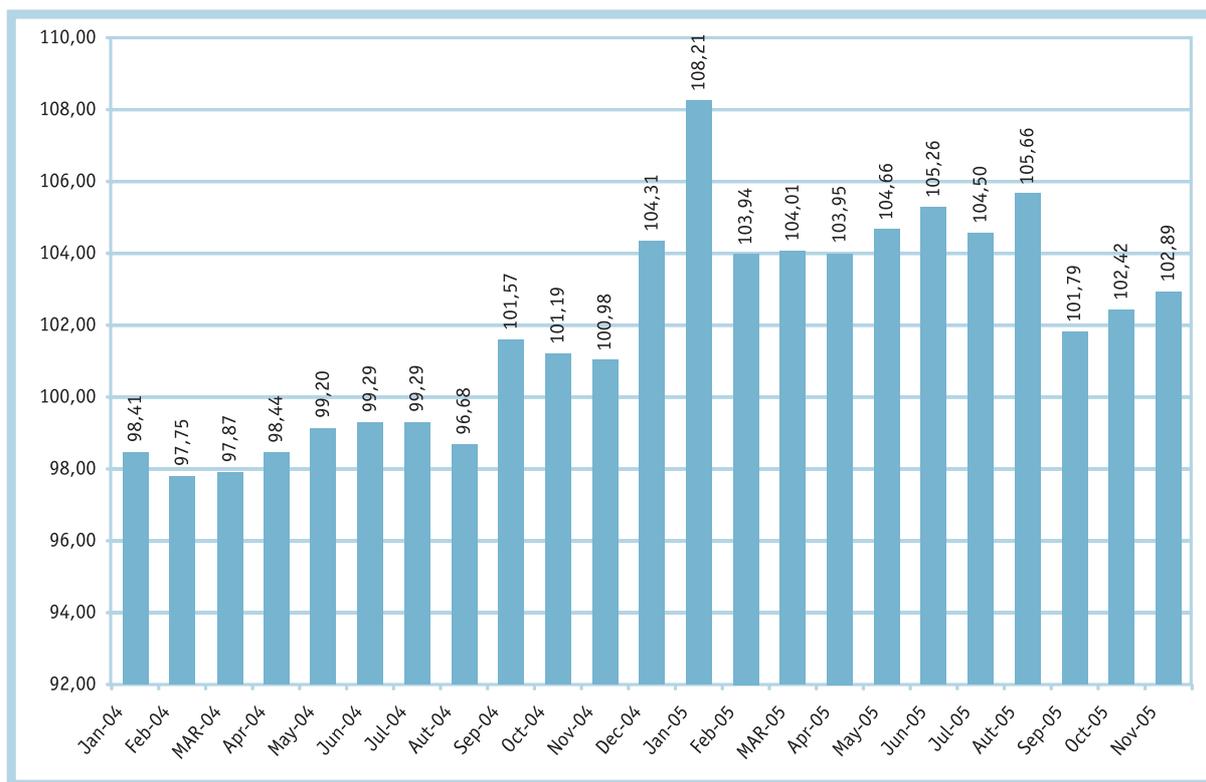


Gráfico 11 – Produção industrial: bens de consumo semi e não-duráveis (jan.04-nov./05)

Fonte: IBGE. Pesquisa industrial mensal (PIM-PF): índice base fixa mensal com ajuste sazonal (base: média de 2002 = 100). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

²¹ ANATEL. 163,7 milhões de brasileiros têm cobertura de telefonia celular e podem obter acesso como usuários. Disponível em: <www.anatel.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2006.

A queda da produção da indústria de calçados resulta principalmente da redução significativa das exportações. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados²²), o volume de embarques passou de 212 milhões de pares em 2004, para 189 milhões em 2005, ou seja, 23 milhões de pares de sapatos deixaram de ser enviados ao exterior, significando uma retração proporcional de 10,9%.

Apesar da queda, o faturamento de US\$ 1,88 bilhão com as exportações de calçados – considerado o maior desde 1993 – foi 4,0% superior ao registrado em 2004 (US\$ 1,80 bilhão). De acordo com a Abicalçados, o incremento das divisas está relacionado ao crescimento de 17,0% do preço do calçado exportado, resultado de transformações de processos, de tecnologia e de *design*, ao longo do ano.

Para 2006, espera-se uma recuperação do setor, já que algumas medidas sugeridas ao governo federal por representantes da cadeia coureiro-calçadista, no final de dezembro, já estão em andamento. Entre essas medidas, destacam-se:

- a) a criação de uma força-tarefa da Receita Federal para agilizar a restituição de créditos do PIS, Confis e IPI para as empresas do setor;
- b) a implantação de uma política de financiamento de capital de giro para as indústrias exportadoras pelo BNDES;
- c) o comprometimento pelo BNDES em estudar uma forma de financiar o pré-embarque das exportações;
- d) a proposta de redução em um por cento do *spread* bancário do BNDES, estendendo a diminuição para os bancos privados que tomam recursos daquele banco federal.

O setor de bens intermediários assinalou retração de 0,1% no mês de novembro em relação ao mesmo período de 2004. No ano, o incremento de 1,0% na produção de bens intermediários foi inferior à média da indústria geral. Registraram decréscimos na produção atividades como metalurgia básica e outros produtos químicos. Por outro lado, cabe destacar a importância do crescimento de refino de petróleo e álcool para o desempenho do setor.

A análise segmentada por gêneros mostra que dezessete das vinte e sete atividades pesquisadas evidenciaram expansão na produção no acumulado do ano. Os maiores impactos sobre o índice geral estão relacionados com os segmentos mais dependentes da expansão do crédito e das exportações, como veículos automotores (6,9%), material eletrônico e equipamentos de comunicação (14,7%) e máquinas para escritório e equipamentos de informática (6,9%). Vale destacar também o bom desempenho da indústria extrativa (10,3%) e de alguns segmentos dependentes da evolução da renda pessoal, como bebidas (6,5%) e perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (3,8%). Em contrapartida, os destaques negativos ficaram por conta de metalurgia básica (2,4%), calçados e artigos de couro (2,9%) e têxtil (2,3%) (Gráfico 12).

Apesar da diminuição do dinamismo industrial nos últimos meses, a perspectiva para 2006 é de um padrão de crescimento superior ao de 2005 em função do impacto favorável da aceleração do corte da taxa básica de juros sobre as condições de crédito, do ajustamento dos estoques industriais e da realização dos investimentos em infra-estrutura programados para 2006.

²² ABICALÇADOS. *Ministro Furlan anuncia medidas para o setor durante abertura da Couromoda*. Disponível em: <www.abicalcados.com.br/index.php?page=noticias&id=535>. Acesso em: 17 set. 2005.

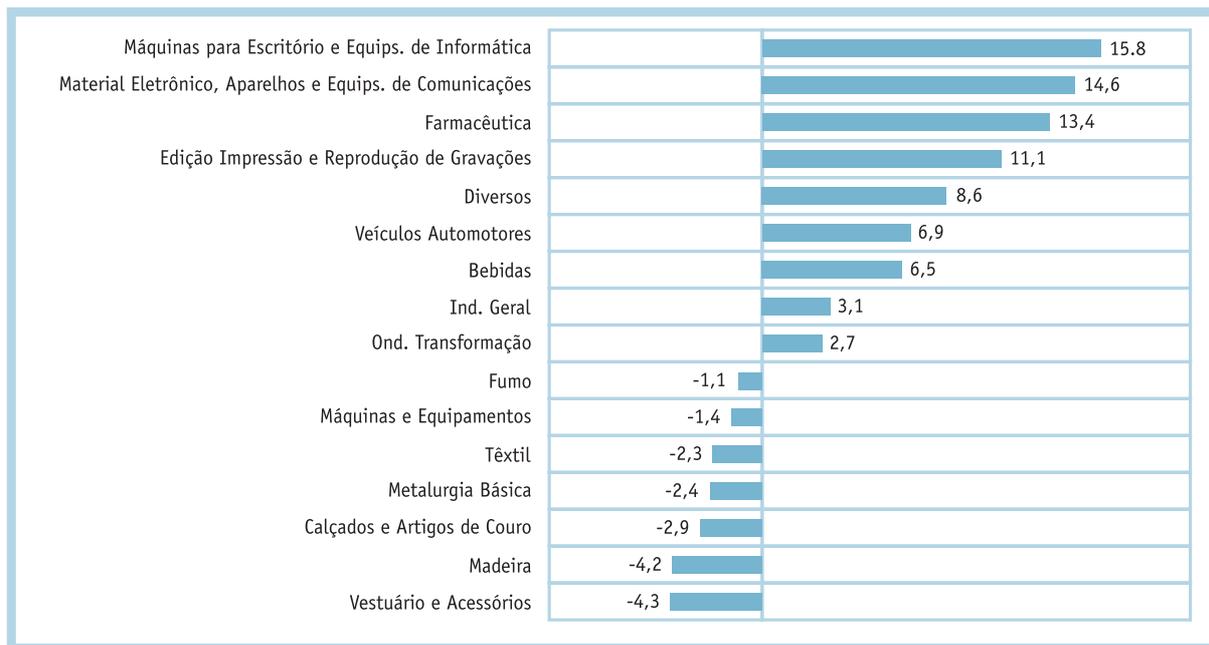


Gráfico 12 – Classes e gêneros selecionados da indústria de transformação (nov. 05): variação acumulada no ano (%)

Fonte: IBGE. PIM-PF Brasil (nov./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

4.1 - Produção Industrial do Nordeste

A região Nordeste apresentou no mês de novembro, na comparação com o mesmo período de 2004, incremento na produção industrial de 0,5%, após dois meses consecutivos de resultados negativos. Nesse indicador, a indústria nordestina registra taxa de crescimento inferior à média nacional.

No acumulado dos últimos onze meses, ocorreu expansão de 2,3% – incremento inferior à média nacional (3,1%). E nos últimos doze meses a indústria regional cresceu 2,9%. O ligeiro crescimento da indústria nordestina no mês de novembro decorre dos resultados positivos de cinco dos onze segmentos pesquisados. As atividades que registraram maiores aumentos foram alimentos e bebidas (8,4%), celulose e papel (55,3%) e metalurgia básica (7,9%). As principais quedas se concen-

taram em refino de petróleo e álcool (-8,3%) e produtos químicos (-8,4%).

No acumulado do ano, os segmentos que registraram maiores expansões foram minerais não-metálicos (14,5%), alimentos e bebidas (4,1%) e refino de petróleo e produção de álcool (3,8%). Por outro lado, a indústria extrativa (-3,8%) e o segmento têxtil (-3,4%) apresentaram as maiores taxas negativas do período.

Dos Estados nordestinos pesquisados pelo IBGE, a produção industrial registrou crescimento em novembro em Pernambuco (12,3%) e Bahia (1,1%). Vale registrar que o Estado de Pernambuco assinalou o maior incremento da produção industrial entre os Estados investigados no País, nessa base de comparação. Em contrapartida, o Estado do Ceará apresentou uma

queda expressiva de -6,2%, o segundo maior recuo entre as regiões investigadas, dando continuidade ao processo de decréscimo da produção industrial iniciada em julho de 2005 (Gráfico 13).

No ano, o destaque fica com a Bahia (3,5%) – com expansão superior aos 3,1% da média nacional, seguido de Pernambuco (2,3%). O Estado do Ceará, que já havia registrado decréscimo de 0,5% no acumulado janeiro-outubro, volta a apresentar queda de 1,1% no acumulado janeiro-novembro.

A trajetória das taxas acumuladas nos últimos doze meses mostra claramente que as indústrias dos Estados nordestinos pesquisados desaceleraram o ritmo de sua produção ao longo de 2005, principalmente a partir do segundo semestre. Os dados revelam que no Estado do Ceará a desaceleração do crescimento industrial foi ainda mais acentuada (Gráfico 14).

No caso cearense, a queda de 6,2% no mês de novembro na comparação com novembro de 2004, resultou do decréscimo de quatro das dez

atividades investigadas. As maiores retrações estão vinculadas com a indústria têxtil (-18,9%) e calçados e artigos de couro (-21,4%). Esses dois setores ainda não conseguiram obter resultados positivos no segundo semestre nessa base de comparação. Em contrapartida, apresentaram incrementos relevantes as atividades de refino de petróleo e produção de álcool (78,6%) e de produtos químicos (6,2%) (Gráfico 15).

No acumulado dos últimos onze meses, a indústria cearense assinalou uma queda de 1,1%, com quatro das dez atividades investigadas apresentando taxas negativas. Os segmentos que registraram as maiores quedas foram calçados e artigos de couros (-7,8%) e alimentos e bebidas (-3,7%). Por outro lado, as atividades que se destacaram foram minerais não-metálicos (23,2%) e refino de petróleo e produção de álcool (11,9%) (Tabela 08).

Na indústria pernambucana a expansão de 12,3% da produção no mês de novembro decorreu do incremento de seis das onze atividades industriais pesquisadas. Esse resultado deve-se,

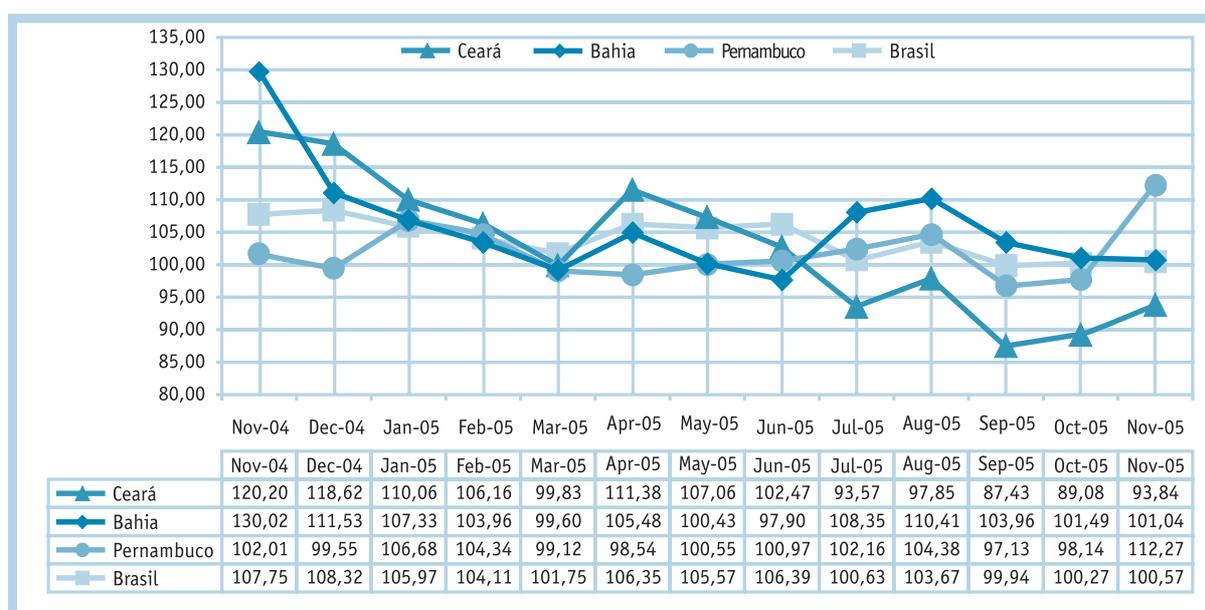


Gráfico 13 – Evolução da produção industrial. Brasil, Bahia, Pernambuco e Ceará. Índice mensal (nov.04-nov.05)

Fonte: IBGE. Produção física regional: base: igual mês do ano anterior = 100. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

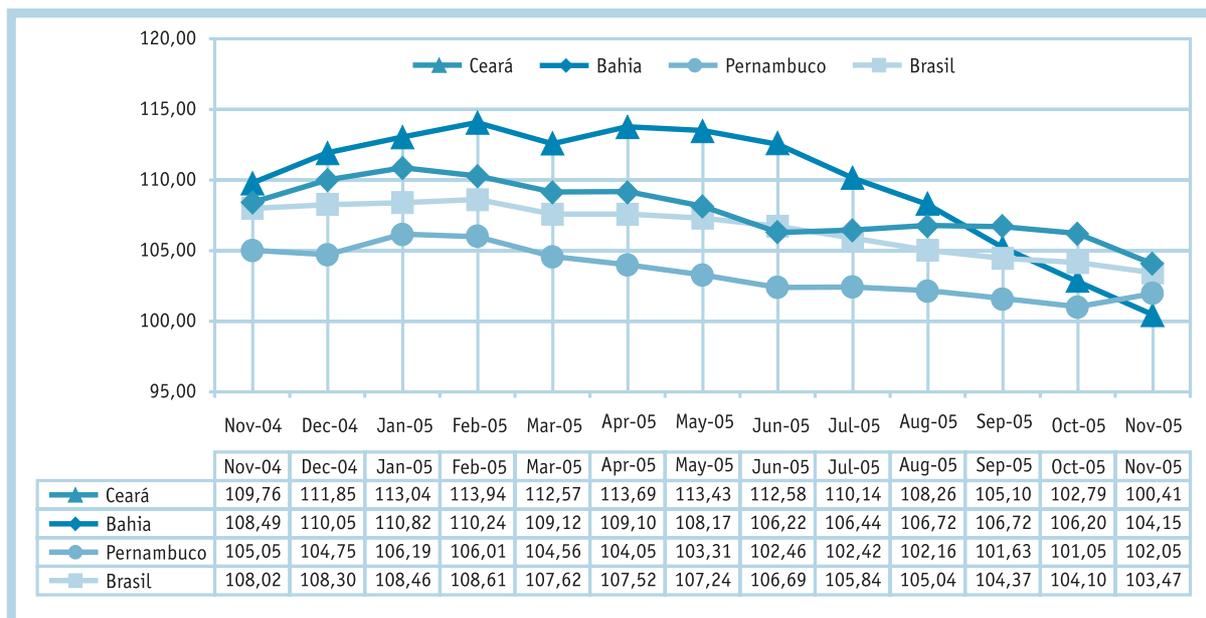


Gráfico 14 – Evolução da produção industrial: Brasil, Bahia, Pernambuco e Ceará: índice acumulado de 12 meses (nov.04-nov.05)

Fonte: IBGE. Produção física regional: base: últimos 12 meses anteriores = 100. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

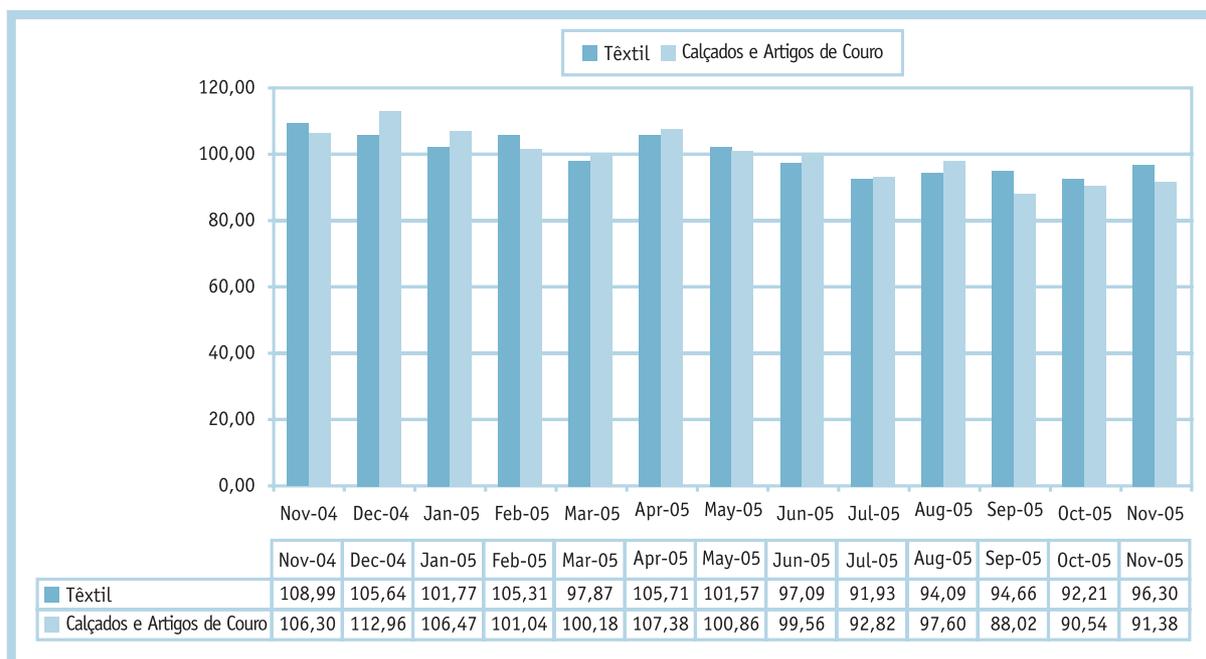


Gráfico 15 – Produção física industrial das indústrias têxtil e de calçados e artigos de couro: índice mensal (nov.04-nov.05)

Fonte: IBGE. Produção industrial mensal (PIM-PF): base: igual mês do ano anterior. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

sobretudo, ao bom desempenho de alimentos e bebidas (18,6%) e metalurgia básica (30,3%). Em contraposição, os ramos de produtos de metal (-12,9%) e produtos químicos (-3,4%) apresentaram as maiores quedas na produção.

No acumulado do ano, seis dos onze setores investigados assinalaram taxas positivas de crescimento. As atividades que mais se expandiram foram máquinas, aparelhos e materiais elétricos (19,3%) e produtos químicos

Tabela 08 – Taxa de crescimento acumulado da indústria (jan./nov. 2005) e principais contribuições positivas e negativas

Estado	Principais Contribuições Positivas	Principais Contribuições Negativas	Taxa de Crescimento
Nordeste (2,3%)	Alimentos e bebidas (4,1%) Minerais não-metálicos (14,5%) Refino de petróleo e produção de álcool (3,8%)	Indústria extrativa (-3,8%) Têxtil (-3,4%)	0,023
Ceará (-1,1%)	Minerais não-metálicos (23,2%) Refino de petróleo e produção de álcool (11,9%) Alimentos e bebidas (3,1%)	Calçados e artigos de couro (-7,8%) Alimentos e bebidas (-3,7%) Produtos de metal (-13,5%)	-0,011
Pernambuco (2,3%)	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (19,3%) Produtos químicos (5,9%)	Têxtil (-18,8%)	0,023
Bahia (3,5%)	Celulose e papel (15,7%) Refino de petróleo e produção de álcool (4,2%)	Produtos químicos (-0,8%) Minerais não-metálicos (14,5%)	0,035

Fonte: IBGE. *PIM-PF Regional*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

(5,9%). Em contrapartida, os ramos produtos de metal (-13,5%) e de têxtil (-18,8%) registraram as maiores quedas.

Na indústria baiana, seis dos nove setores pesquisados registraram crescimento no mês de novembro, frente ao mesmo período do ano anterior, com ênfase para celulose e papel (77,9%) e alimentos e bebidas (8,7%). As maiores baixas estão vinculadas a produtos químicos (-8,8%) e refino de petróleo e produção de álcool (-10,4%).

No período janeiro-novembro, a taxa de crescimento da produção industrial baiana foi de 3,5%, com incremento em seis das nove atividades pesquisadas. Os destaques positivos foram observados no segmento de celulose e papel (15,7%) e alimentos e bebidas (8,3%). Em sentido contrário, as principais contribuições negativas foram registradas no segmento de refino de petróleo e produção de álcool (-10,4%) e produtos químicos (-8,8%). ●

5 - NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação²³ no mês de outubro sugere uma situação de melhoria do ambiente empresarial na comparação com a pesquisa anterior (julho de 2005), após dois trimestres consecutivos de diminuição da avaliação dos empresários e de deterioração das expectativas relativas ao ambiente econômico.

O levantamento indica que as percepções dos empresários em relação ao ambiente de negócios melhoraram sensivelmente. De um total de 904 empresas consultadas, 23% estão avaliando como boa a situação atual dos negócios, enquanto 18% acreditam que a situação é fraca. A diferença de 5 pontos percentuais entre os dois extremos é o melhor desde janeiro de 2005. As reduções sistemáticas da taxa de juros Selic, iniciadas no segundo semestre de 2005, estão certamente influenciando positivamente as avaliações dos empresários.

No que se refere ao nível de demanda, 14% consideram o nível atual forte e 21% fraco. A diferença negativa de 7 pontos percentuais é inferior ao saldo negativo de 12 pontos percentuais de julho passado. Descontando os efeitos da sazonalidade, essa queda revela uma estabilidade nesse quesito.

A pesquisa assinalou também uma estabilidade do número de empresas que consideram a demanda insuficiente como principal obstáculo

do aumento das atividades produtivas — 25% das empresas entrevistadas em outubro contra 24% em julho. Por outro lado, aumentou de 52% para 54% do total a proporção de empresas que estão crescendo sem problemas.

A Sondagem Conjuntural também constatou uma diminuição de 7% em julho para 1% em outubro das reclamações quanto às taxas de juros como obstáculo à expansão da produção industrial.

No que tange ao emprego industrial, a diferença de 4 pontos percentuais entre as empresas que planejam contratar e as que pretendem diminuir o número de empregados está acima da média histórica recente para os meses de outubro.

Com relação ao nível de estoque industrial, observou-se um aumento na avaliação das indústrias entre outubro de 2004 e julho de 2005. Nesse período, o número de empresas que consideravam o nível de estoques excessivo passou de 5% para 14% do total. Em contraposição, caiu de 5% para 2% a parcela de empresas com estoques insuficientes. Em outubro de 2005, ocorreu uma diminuição de 12% do primeiro grupo e uma estabilização do segundo grupo.

Finalmente, a confiança dos empresários em relação aos próximos seis meses, que vinha caindo nas últimas três sondagens, se estabilizou em outubro. Para 44% dos entrevistados, a situação dos negócios será melhor entre outubro de 2005 e março de 2006, percentual idêntico

²³ FGV. *Sondagem conjuntural da indústria de transformação*. ano 39, n. 157, out. 2005. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Acesso em: 15 dez. 2005.

ao de julho, enquanto 18% acreditam que a situação dos negócios vai piorar.

Sem ajuste sazonal, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) alcançou 85,3%. Para essa época do ano, o nível atual é o segundo maior desde 1986, sendo ultrapassado unicamente pelo nível de outubro do ano passado (86,1%).

Apesar da desaceleração da produção industrial no terceiro trimestre, o nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) com ajuste sazonal manteve-se estável em outubro de 2005, atingindo 84,5% no terceiro trimestre, ante 84,6% no trimestre anterior.

Analisando por categoria de uso, constata-se que o NUCI do setor produtor de bens de consumo registrou estabilidade no mês de outubro, passando de 81,8% para 81,1%. Enquanto a acomodação do crédito tem exercido impacto negativo sobre a evolução do segmento de bens de consumo duráveis, o crescimento da massa de rendimento real atua como contratendência ao favorecer o setor de bens de consumo não-duráveis e semiduráveis.

No caso do setor de bens intermediários, o NUCI atingiu 87,1% no mês de outubro – o mesmo nível observado no mês de junho, após três semestres consecutivos de redução do nível de utilização. O crescimento da produção de bens intermediários em 2005, inferior à média da indústria, pode estar revelando a substituição da oferta interna por importações em alguns setores específicos, aproveitando-se da condição cambial favorável (Tabela 09).

Já o segmento de bens de capital atingiu o valor de 81,8%, abaixo dos 82,5% do mês de julho. Considerando que todos os segmentos da produção de bens de capital vêm registrando desempenho positivo, à exceção dos relacionados à agricultura, a redução no nível de utilização resulta dos investimentos em ampliação da capacidade e crescimento da produtividade realizados em 2004 e no primeiro semestre de 2005. Essa redução também se verificou no nível de utilização da capacidade instalada do setor de material de construção, que caiu de 81,2% para 79,7%.

Tabela 09 – Brasil: nível de utilização da capacidade (NUCI)*. Percentuais

	2004				2005			
	Jan	Abr	Jul	Out	Jan	Abr	Jul	Out
DADOS ORIGINAIS								
Indústria de Transformação	80,8	81,9	84,5	86,1	83,8	84,2	84,7	85,3
Bens de Consumo	75,1	75,7	80,4	82,2	76,2	79,5	82,3	82,7
Bens de Capital	75,1	79,1	81,8	81,2	83,2	82,5	82,4	82,0
Material de Construção	80,5	81,9	80,5	86,4	84,5	83,6	80,2	79,8
Bens Intermediários	85,7	87,2	87,4	88,9	87,9	87,5	87,2	87,5
DADOS COM AJUSTE SAZONAL								
Indústria de Transformação	81,7	81,9	84,4	85,3	84,7	84,2	84,6	84,5
Bens de Consumo	76,8	75,7	80,1	80,7	78	79,6	81,8	81,1
Bens de Capital	75,5	78,8	82,0	80,9	83,6	82,2	82,5	81,8
Material de Construção	80,1	81,5	81,4	86,3	84,0	83,2	81,2	79,7
Bens Intermediários	86,1	87,2	87,3	88,5	88,3	87,5	87,1	87,1
GÊNEROS COM MAIOR NUCI EM OUTUBRO DE 2005								
Borracha	90,4	90,8	93,2	96,9	96,2	93,5	95,2	95,9
Perfumaria, Sabões, Detergentes, Glicerinas e Velas	80,8	94,4	91,6	94,3	91,1	93,5	93,2	93,8
Celulose, Papel e Papelão	92,6	92,0	94,7	92,2	93,0	91,6	91,6	93,3
Metalurgia	90,4	89,8	92,0	92,2	93,0	92,9	88,9	90,9
GÊNEROS COM MENOR NUCI EM OUTUBRO DE 2005								
Couros e Peles	76,8	80,3	79,5	77,4	74,3	76,0	69,9	70,5
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	58,8	62,3	62,2	63,9	55,6	62,8	68,9	70,1

Fonte: FGV. *Sondagem conjuntural da indústria de transformação*. ano 39, n. 157, out. 2005. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Acesso em: 15 dez. 2005. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

A Sondagem Especial²⁴ – investimentos na indústria brasileira, da CNI, registrou que os principais objetivos dos investimentos planejados para 2006 são o aumento da produção e a melhoria da qualidade dos produtos. Em relação ao levantamento realizado em outubro de 2004, o número de grandes empresas que manifestam intenção de aumentar a produção em 2006 teve uma queda importante de 56,7% para 44,0%. Já nas pequenas empresas, esse percentual passou de 61,8% para 49,2%.

Por outro lado, constatou-se uma estabilização na proporção de grandes empresas que planejam melhorar a qualidade dos produtos e um crescimento nas que desejam aumentar a eficiência no uso de insumos e redução de custos. Para as pequenas e médias empresas, observa-se um aumento nos três quesitos (Tabela 10).

Percebe-se que essa menor intenção de investir para aumentar a produção se concentra, sobretudo, nos setores mais fortemente afetados pela apreciação do real, nos casos de madeira, couro e peles, vestuários e calçados e têxtil (Tabela 11).

Certamente, o cenário de juros elevados e câmbio valorizado afetou esse resultado. Vale

mencionar também que o nível de utilização, embora ainda em patamares elevados, encontra-se abaixo do observado em outubro de 2004. Entretanto, a redução gradual da taxa de juros e o ajustamento dos estoques industriais podem ser determinantes para a reversão das expectativas dos empresários para 2006.

Para os Estados do Nordeste, os indicadores industriais²⁵ da Confederação Nacional da Indústria (CNI) revelam que a Bahia registrou o maior nível de utilização da capacidade instalada entre os Estados nordestinos (80,7%). O NUCI de novembro foi 1,4% superior ao do mês anterior, porém 4,6% inferior ao do mesmo período do ano passado.

Já o NUCI de Pernambuco decresceu 2,8% em relação a outubro de 2005 e 2,3% no confronto com novembro de 2004. Contatou-se um acréscimo de 4,0% do NUCI do Estado do Ceará em relação a outubro. Em relação a novembro de 2004, a queda foi de 0,6%.

A desaceleração da produção industrial no setor de bens intermediários em 2005, setor importante na indústria de transformação nordestina, associada à realização de investimentos em

Tabela 10 – Principais objetivos dos investimentos planejados no próximo ano (%)

	Pequenas e Médias em Outubro de		Grandes em Outubro de	
	2004*	2005	2004*	2005
Aumentar a produção	56,7	44,0	61,8	49,2
Melhorar a qualidade dos produtos	41,1	44,3	46,2	46,1
Lançar um novo produto	28,0	30,2	20,4	22,3
Aumentar a eficiência no uso de insumos	15,6	19,6	26,9	27,5
Reduzir custos com mão-de-obra	24,5	25,2	13,4	17,6
Reduzir outros custos	15,6	18,6	15,1	24,4
Outros	1,8	3,5	4,3	5,7

Fonte: CNI. Sondagem especial da Confederação Nacional da Indústria. ano 3, n. 3, nov. 2005. Disponível em: <www.cni.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2005.

Nota: A soma das proporções pode ser superior a 100% devido à possibilidade de múltiplas assinalações.

²⁴ CNI. *Sondagem especial da Confederação Nacional da Indústria*. ano 3, n. 3, nov. 2005. Disponível em: <www.cni.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2005.

²⁵ CNI. *Indicadores industriais*. Disponível em: <www.cni.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2005.

Tabela 11 – Expectativa de compra de máquinas e equipamentos^(a)

	2004 ^(b)	2005
Porte		
Pequena e Média	56,3	50,0
Grande	57,2	48,9
Gêneros Industriais		
Minerais Não-Metálicos	54,7	47,6
Metalurgia	59,5	48,8
Mecânica	56,8	52,0
Material Elétrico	55,4	52,5
Material Transporte	58,5	49,6
Madeira	49,4	33,8
Mobiliário	53,1	47,8
Papel e Papelão	56,3	55,4
Borracha	54,4	47,5
Couros e Peles	55,2	43,5
Química	60,9	53,3
Produtos Farmacêuticos	67,4	66,4
Material Plástico	55,6	54,5
Têxtil	59,1	49,0
Vestuário e Calçados	55,0	46,8
Produtos Alimentares	56,5	50,2
Bebidas	58,0	48,4

Fonte: CNI. Sondagem especial da Confederação Nacional da Indústria. ano 3, n. 3, nov. 2005. Disponível em: <www.cni.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2005.

Nota: (a) Índice de expectativa das compras de máquinas e equipamentos para o próximo ano. Os índices variam de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam capacidade mais que adequada ou expectativa de aumento nas compras.

(b) Fonte: CNI. Sondagem especial da Confederação Nacional da Indústria. ano 2, n. 3, out. 2004. Disponível em: <www.cni.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2005.

ampliação de capacidade e o incremento da produtividade da indústria explicam o decréscimo do NUCI na região em 2005 em relação a 2004.

Pesquisa recente realizada pelo MDIC²⁶ sobre as intenções de execução de projetos de investimento no Brasil assim como o levantamento realizado pelo jornal Valor Econômico²⁷, de 20 de dezembro de 2004, identificam investimentos importantes, sobretudo no setor de bens intermediários e bens de consumo não duráveis, na região Nordeste.

Nessa região, o principal destaque é o Estado da Bahia que vem apresentando projetos em vários municípios e em vários setores, confirmando o processo de ampliação e diversificação da sua base produtiva. O Estado tem programado investimentos nos segmentos químicos e de produtos de borracha e plástico, alimentos, têxteis e calçados. Na região metropolitana de Salvador, os investimentos estão concentrados principalmente na cadeia automobilística, como as novas unidades de pneus, da

²⁶ MDIC. **Investimentos no Brasil**. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2006.

²⁷ VALOR ECONÔMICO. São Paulo, 20 dez. 2004.

Bridgestone-Firestone e da Continental, e no segmento têxtil, com a instalação das unidades de Viniartefatos e da Indorama (Tabela 12).

No Estado do Ceará, o destaque fica por conta da implantação de uma usina siderúrgica, no porto do Pecém. Outros investimentos impor-

tantes no segmento têxtil, calçados e de alimentos e na área de turismo estão previstos ou em andamento no Estado.

Em Pernambuco, a parceria entre as têxteis – Vicunha têxtil, Polventa e Companhia Brasileira de Fibras (Cobafi) – a Petrobras e a italiana

Tabela 12 – Projetos de investimentos na Região Nordeste (2004-2010)

Estado	Municípios	Valor (Mil US\$)	Setores
Alagoas	Marechal Deodoro	33.962,30	Químico
	Abaíra	3.030,00	Alimentos
	Alagoínhas	5.178,00	Produtos de Minerais não-Metálicos
	Camacan	12.931,00	Produtos Têxteis
	Camaçari	691.886,40	Alimentos, Borracha e Plástico, Outros Equipamentos de Transporte, Prods. Químicos, Produtos Têxteis, Veículos Automotivos, Reciclagem
	Candeias	600.000,00	Alimentos
	Castro Alves	2.752,00	Couro
	Feira de Santana	43.558,00	Borracha e Plástico/Prods. Químicos
	Ilhéus	1.018,00	Máquinas p/ escritório
	Ituaçu	119.205,00	Produtos de Minerais não-Metálicos
Bahia	Jacobina	3.300,00	Couro
	Juazeiro	1.620,00	Alimentos
	Lauro de Freitas	3.691,00	Máquinas e Equipamentos, Máquinas p/ Escritório, Material Eletrônico, Prods. Químicos
	Mata de S. João	1.833,00	Material Eletrônico
	Nazaré	783,00	Máquinas e Materiais Elétricos
	Ribeira do Pombal	3.156,00	Alimentos
	Salvador	12.176,00	Borracha e Plástico, Outros Equipamentos de Transporte, Prods. Químicos, Produtos Têxteis
	São Francisco do Conde	597,00	Couro
	Simões Filho	71.861,00	Borracha e Plástico, Máquinas e Materiais Elétricos, Móveis, Prods. Químicos, Produtos Têxteis, Metalurgia
	Teixeira de Freitas	10.989,00	Couro
Vitória da Conquista	1.091,00	Alimentos	
Total BA		1.590.655,00	-
Ceará	Amontada	990,00	Alimentos
	Aquiraz	3.401,00	Alimentos
	Pacajus	6.410,30	Alimentos
	Outros	704.000,00	Prods. Químicos, Metalurgia
Total CE		714.801,30	-
Maranhão	São Luís	3.009.678,00	Alimentos/ Metalurgia/ Prods. Químicos
Paraíba	Cabedelo	108.000,00	Alimentos
Pernambuco	Ipojuca	275.610,00	Alimentos/ Outros Equipamentos de Transporte
	Recife	301.601,00	Coque/ Borracha e Plástico
Total PE		577.211,60	-
Piauí	Floriano	4.000,00	Alimentos
Sergipe	São José	200.000,00	Prods. do Fumo
	Laranjeiras	2.721,00	Prods. De Minerais não Metálicos
Total SE		202.721,00	-
Total Nordeste		6.241.029,00	-

Fonte: IEDI. Para onde vai a indústria brasileira? Carta IEDI. n. 166. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

Mossi & Ghisolfi (M&G) para a implantação de um complexo de poliéster é um dos principais projetos de investimentos do Estado. A expectativa é que o faturamento total do complexo atinja US\$ 8 bilhões no período de seis a oito anos. Segundo declarações do presidente da Associação Brasileira de Fibras Artificiais e Sintéticas (Abrafas), o projeto tem como objetivo fabricar poliéster texturizado a preços internacionais e estimular a tecelagem, malharia e confecções de poliéster no Brasil. A capacidade de produção será de 180 mil toneladas de fios de poliéster por ano. O projeto terá financiamento do BNDES e do Banco do Nordeste. Vale salientar que esse setor foi amplamente atingido pelo incremento das importações asiáticas, principalmente da China.

Além do “pólo de poliéster”, outro grande investimento em Pernambuco é a construção de uma refi-

naria de petróleo, fruto da parceria entre a Petrobras e a PDVSA, estatal petrolífera venezuelana. Esse projeto prevê investimentos de US\$ 2,5 bilhões e a geração de 230 mil postos de trabalho.

A expansão dos investimentos na região vai certamente produzir efeitos sobre a demanda final, em função do crescimento da renda e do emprego, e efeitos de encadeamento para trás e para frente no processo produtivo, criando demanda de insumos domésticos pela indústria e demanda por serviços, como transportes, comunicações, financiamentos, etc. Essa dinâmica proporcionará o fortalecimento da estrutura industrial da região em momentos posteriores à implementação do empreendimento, além de contribuir para evitar o esgotamento da capacidade produtiva nos próximos anos, principalmente no setor de bens intermediários. ●

6 - COMÉRCIO

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)²⁸, do IBGE, apurou que o volume de vendas do comércio varejista subiu em novembro de 2005, com variação de 4,87% sobre novembro/2004. Esse crescimento revela uma expansão das atividades do setor ao final do ano, depois de um período oscilando entre queda e estabilidade. No acumulado do ano, até novembro, verifica-se um crescimento de 4,82% no volume das vendas varejistas, influenciado, principalmente, pela expansão das vendas nos setores de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (crescimento de 59,40%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (16,32%) e Móveis e eletrodomésticos (14,47%). Essa variação positiva do segmento de Móveis e eletrodomésticos se deve principalmente à disponibilidade de crédito, que ainda permanece elevada, relativamente ao ano passado, o que vem repercutindo positivamente, também, em outro segmento sensível ao crédito ao consumidor, o de Outros artigos de uso pessoal e doméstico, cuja atividade concentra lojas de departamentos, óticas, artigos esportivos, brinquedos etc. Com relação ao ramo de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, essa elevada taxa de crescimento é mais uma vez explicada principalmente pela sobrevalorização do real, que vem tornando os produtos de informática (*hardware* e *software*) relativamente mais baratos (Tabela 13).

Os demais segmentos também experimentaram movimentos de expansão das atividades em novembro de 2005, relativamente ao mesmo mês do ano passado, como foi o caso dos ramos de Tecidos, vestuário e calçados (crescimento de 8,02%), influenciado pelos resultados iniciais positivos das vendas da nova coleção primavera-verão; Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (10,95%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (2,40%), com o resultado desse último segmento revelando uma ligeira elevação no ritmo de crescimento das atividades relativamente à taxa de outubro (1,42% de variação), muito embora em nível inferior à média mensal do terceiro trimestre do ano, de 3,96%. Isso, de certo modo, está em consonância com o comportamento anualizado do rendimento médio real do trabalho, cujas taxas diminuíram entre agosto e outubro, de 3,7% para 1,8%, voltando a se elevar em novembro (2,1%), conforme a Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE)²⁹. O único ramo a registrar queda no volume de vendas foi o de Combustíveis e Lubrificantes (-8,53%) que, pelo décimo primeiro mês consecutivo, apresentou variação negativa de suas vendas, devido, principalmente, ao desestímulo ao consumo em função da elevação dos preços bem acima da média.

O desempenho do comércio varejista nas unidades da Federação também foi positivo em

²⁸ IBGE. *Pesquisa mensal de comércio (nov. 05)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

²⁹ IBGE. *Pesquisa mensal de comércio (nov. 05)*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

Tabela 13 – Brasil: indicadores de desempenho do comércio varejista segundo grupos de atividades PMC - (nov./05)

Atividades	Volume de Vendas		
	Indicador Mensal	Acumulado	
	Taxa de Variação	Taxa de Variação	
	Nov.05/Nov.04	No Ano	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA*	4,87	4,82	5,53
1. Combustíveis e Lubrificantes	-8,53	-7,36	-6,48
2. Hiper, Supermercados, Prods. Alimentícios, Bebidas e Fumo	2,40	3,25	4,15
3. Tecidos, Vest. e Calçados	8,02	5,36	5,27
4. Móveis e Eletrodomésticos	14,47	17,13	17,92
5. Artigos Farmacêuticos, Med., Ort. e de Perfumaria	10,95	5,83	-
6. Equip.e Mat.para Escritório Informática e Comunicação	59,40	48,50	-
7. Livros, Jornais, Rev. e Papelaria	3,44	2,08	-
8. Outros Arts.de Uso Pessoal e Doméstico	13,32	14,55	-
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO**	3,55	3,09	-
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	2,74	1,64	3,06
10. Material de Construção	-4,34	-6,09	-

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de comércio. nov. 2005. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

Notas: (*) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.

(**) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

novembro, com relação ao mesmo mês de 2004, uma vez que quase todos os estados apresentaram resultados mensais positivos no volume de vendas, à exceção apenas do Paraná (-2,70%) e Rio Grande do Sul (-4,23%). No Nordeste, todos os estados tiveram variação positiva no acumulado do ano, até novembro, com uma taxa média de expansão das vendas de 19,7% sobre igual período do ano anterior. As maiores variações no volume de vendas varejistas no Nordeste foram observadas nos estados da Paraíba (28,83% de janeiro a novembro de 2005 relativamente ao mesmo período de 2004), Sergipe (26,98%) e Rio Grande do Norte (22,71%). O Estado da Bahia foi o que apresentou o desempenho mais modesto no período, com uma taxa de expansão das vendas varejistas de apenas 7,26% no acumulado de 2005 (Tabela 14).

Analisando o desempenho das diversas atividades por Estado, observa-se que as empresas localizadas na região metropolitana dos esta-

dos do Ceará e Pernambuco contribuíram de forma significativa para a formação da taxa de crescimento das vendas do comércio varejista nacional, que atingiu o patamar de 4,82% até novembro, relativamente ao mesmo período do ano anterior. De fato, no acumulado do ano, a expansão das transações no comércio varejista do Ceará alcançou 16,83%, enquanto em Pernambuco o crescimento das vendas foi de 14,65%. A Bahia apresentou uma elevação do volume de transações equivalente a 7,26% nesse período (Tabela 15).

Esse bom desempenho das vendas do comércio de empresas localizadas na região metropolitana de Fortaleza foi influenciado pelas expressivas expansões das vendas detectadas nos ramos de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (crescimento de 175,80% até novembro de 2005, quando comparado com o mesmo período do ano anterior), móveis e eletrodomésticos

Tabela 14 – Variação de volume de vendas no comércio varejista ampliado*, por unidade de Federação (nov./2005)

Unidade de Federação	Variação		
	Mensal Nov.05/Nov.04	Acumulado (*)	
		No ano	12 Meses
BRASIL	4,8	4,8	5,5
Maranhão	34,7	22,6	21,8
Piauí	27,6	20,6	18,4
Ceará	19,6	16,8	16,3
Rio G. Norte	30,2	22,7	21,5
Paraíba	26,6	28,8	27,1
Pernambuco	10,5	14,6	14,7
Alagoas	7,6	16,8	16,3
Sergipe	38,9	27,9	24,5
Bahia	3,3	7,2	7,7

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de comércio (nov./05). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 jan. 2006.

Notas: * Base do ano: Igual período do ano anterior = 100.

* Base 12 meses: 12 meses imediatamente anteriores aos 12 últimos meses = 100.

Tabela 15 – Nordeste: variação de volume de vendas no comércio varejista, por atividade nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Salvador e Recife (nov./05)

Atividades	Jan.- Nov.05 / Jan.- Nov.04 *			Nov./2005 Nov./2004**		
	Fortaleza	Recife	Salvador	Fortaleza	Recife	Salvador
Comércio Varejista	16,83	14,65	7,26	19,66	10,51	3,33
Combustíveis e Lubrificantes	7,05	13,79	-13,08	11,90	19,56	-16,63
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	15,62	15,31	7,58	19,65	8,51	3,80
Tecidos, Vestuários e Calçados	13,65	8,88	9,62	10,28	5,77	15,83
Móveis e Eletrodomésticos	33,46	35,44	43,04	32,79	21,35	22,23
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	5,04	3,06	11,25	10,75	7,85	14,60
Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	17,11	12,55	1,12	4,23	21,66	18,43
Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	175,80	119,30	66,25	247,13	190,96	77,87
Novos Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	18,16	1,16	11,30	16,39	-3,08	17,07

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de comércio (nov/05). Disponível em : <www.ibge.gov.br>Acesso em: 15 jan. 2006.

Notas: * Base: Igual mês do ano anterior = 100.

**Base no ano: Igual Período do ano anterior = 100.

(33,46%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (18,16%) e livros, jornais, revistas e papelaria (17,11%). Os demais segmentos do comércio varejista do Estado também experimentaram variações líquidas positivas.

Já o comércio varejista da região metropolitana de Recife sobressaiu-se com um crescimento acumulado de 14,65% de janeiro a novembro de 2005 sobre igual período de 2004. To-

dos os segmentos tiveram expansão de vendas no período, sendo as maiores contribuições provenientes dos segmentos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (taxa de expansão de 119,30%), móveis e eletrodomésticos (35,44%), hiper-mercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (15,31%) e combustíveis e lubrificantes (13,79%).

Na região metropolitana de Salvador, observa-se uma menor taxa de crescimento (7,26%) influenciada pela redução das vendas ocorridas no setor de combustíveis e lubrificantes (-13,08%) e, também, pelo inexpressivo desempenho do segmento de livros, jornais, revistas e papelaria, que registrou crescimento de apenas 1,12% no período. Em compensação, outros ramos, como o de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (crescimento de 66,25%), móveis e eletrodomésticos (43,04%) e tecidos, vestuário e calçados (17,51%), contribuíram positivamente para o desempenho do setor.

Em termos de faturamento, observa-se que o comércio varejista nacional obteve uma taxa de crescimento da receita nominal de 8,78% em novembro de 2005, sobre igual mês de 2004 e de 10,51% no acumulado do ano, até outubro. Os maiores acréscimos de receita nominal de vendas em novembro de 2005 foram registrados nas atividades de equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (43,44%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (22,26%), móveis e eletrodomésti-

cos (17,44%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (17,40%). O ramo de Combustíveis e lubrificantes, no entanto, registrou uma forte desaceleração em termos de expansão de seu faturamento no mês de novembro de 2005, com um crescimento de 2,13% em novembro de 2005, sobre novembro do ano anterior, bem abaixo do crescimento observado em outubro de 2005 (4,20%) (Tabela 16).

Como os resultados para o ano todo ainda não foram divulgados pelo IBGE, espera-se que a tendência para o último mês do ano seja de intensificação do ritmo de negócios no setor varejista, por conta dos movimentos decorrentes das festas natalinas, fato que, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS)³⁰, deverá ampliar em cerca de 10% a 12% as vendas do comércio, em relação ao ano anterior. Tradicionalmente, o Natal representa de 12 a 15% das vendas do ano para as empresas varejistas, mas o desafio dos empresários é reverter o cenário de desaceleração das vendas que se vem constatando basicamente desde abril de 2005. ●

Tabela 16 – Brasil: receita nominal de vendas do comércio varejista ampliado segundo grupos de atividades PMC - 2005

Atividades	Volume de Vendas		
	Indicador Mensal	Acumulado	
	Taxa de Variação	Taxa de Variação	
	Nov.05/Nov.04	No Ano	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA*	8,78	10,51	11,38
1. Combustíveis e Lubrificantes	2,13	6,38	7,65
2. Hiper, Supermercados, Prods. Alimentícios, Bebidas e Fumo	3,96	5,80	6,76
3. Tecidos, Vest. e Calçados	15,19	14,76	14,81
4. Móveis e Eletrodomésticos	17,44	23,14	23,97
5. Artigos Farmacêuticos, Med., Ort. e de Perfumaria	17,40	12,06	-
6. Equip.e Mat.para Escritório Informática e Comunicação	43,44	42,74	-
7. Livros, Jornais, Rev. e Papelaria	8,47	8,75	-
8. Novos Arts. de Uso Pessoal e Doméstico	22,26	22,63	-
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO**	7,63	10,01	-
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	6,67	10,22	12,38
10. Material de Construção	2,55	4,82	-

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de comércio (nov./05). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 jan. 2006.

Notas: (*) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.

Notas: (**) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

³⁰ ABRAS. Supermercados vêem boas perspectivas de vendas em dezembro. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 23 out. 2005.

7 - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

7.1 - Agricultura

A CONAB³¹ divulgou no mês de novembro de 2005 o “Segundo Levantamento de Intenção de Plantio” para a safra 2005/2006. Prevê-se um aumento aproximado de 9,1% na produção de grãos, que significa uma safra de 123,8 milhões de toneladas e um acréscimo em relação à safra 2004/2005 de 10,3 milhões de toneladas (Tabela 15). Esses números poderão variar entre 8,1 e 10% e entre 9,2 e 11,4 milhões de toneladas adicionais, se considerarmos os limites inferior e superior da previsão (122,7 e 124,9 milhões de toneladas).

Espera-se que nove dos quatorze tipos de grãos pesquisados apresentem variação positiva na produção. As maiores variações percentuais esperadas são de produtos de pouca expressividade na agricultura nacional (centeio, triticale e aveia, que conjuntamente representariam somente 0,6% da safra estimada). Mas cabe destacar a expectativa positiva para o milho (crescimento de 18,3% ou 6,4 milhões de toneladas adicionais) e para a soja (crescimento de quase 13,4% ou 6,8 milhões de toneladas). Esses dois produtos representaram 76% da safra brasileira de grãos em 2004/05 e representariam 80% da safra estimada (Tabela 16).

Esse aumento da produção será influenciado especialmente pela recuperação da produtividade

das principais culturas, haja vista que as expectativas são de uma diminuição da área plantada em 4,5% ou 2,2 milhões de hectares (Tabela 17).

Tal redução tem como causas os preços elevados dos insumos, a desvalorização cambial, a descapitalização dos produtores e a necessidade de rotação de culturas. Pode parecer contraditório falar-se em recuperação da produtividade e, ao mesmo tempo, destacar os preços elevados dos insumos – os quais induzem à não observância integral das recomendações técnicas cuja consequência é uma menor produtividade. Mas, conforme se verá adiante, um fator que também influencia as expectativas de produtividade são as condições climáticas, que prejudicaram bastante a safra passada, comportamento que não é esperado que se repita na safra 2005/2006.

O algodão (com uma redução de 32,6% na área plantada), a mamona (com -19,7%) e o arroz (com -15,4%) são os produtos com maior perda de área. Pelo lado positivo, o destaque é o milho (após aquelas culturas de baixa participação na safra – centeio, triticale e aveia), cuja área plantada deverá crescer quase 4% (465,1 mil hectares).

Acredita-se que o milho deverá ocupar uma parte da área da soja e que não venha a sofrer

³¹ CONAB. *Segundo levantamento de intenção de plantio safra 2005/2006 (nov.05)*. 2. ed. mod. Disponível em: <www.conab.gov.br/safas>. Acesso em: 28 nov. 2005.

Tabela 17 – Brasil: estimativa da produção de grãos. Safras 2004/2005 e 2005/2006 (Mil toneladas)

Produto	Safr a		Variação	
	4/mai (a)	5/jun Pto.Médio (b) (3)	Percentual (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão-caroco (1)	2.128,90	1.515,00	-28,8	-613,9
Algodão-pluma	1.298,70	950,7	-26,8	-348,1
Amendoim Total	301,7	257,6	-14,6	-44,2
Amendoim 1a safra	244,4	200	-18,2	-44,5
Amendoim 2a safra	57,3	57,6	0,5	0,3
Arroz	13.227,30	11.590,80	-12,4	-1.636,60
Aveia	433,3	516,5	19,2	83,2
Centeio	3,4	6,6	94,1	3,2
Cevada	386,7	399,4	3,3	12,7
Feijão Total	3.044,40	3.258,10	7	213,7
Feijão 1a safra	1.101,20	1.415,70	28,6	314,5
Feijão 2a safra	984,5	1.010,70	2,7	26,2
Feijão 3a safra	958,7	831,7	-13,2	-127
Girassol	62,5	65,7	5,1	3,2
Mamona	209,8	137,1	-34,7	-72,7
Milho Total	34.976,90	41.370,00	18,3	6.393,10
Milho 1a safra	27.272,40	32.574,10	19,4	5.301,70
Milho 2a safra	7.704,50	8.795,90	14,2	1.091,40
Soja	51.090,10	57.942,10	13,4	6.852,00
Sorgo	1.567,70	1.685,80	7,5	118,1
Trigo	5.845,90	4.724,00	-19,2	-1.121,90
Triticale	220,5	306,3	38,9	85,8
Brasil (2)	113.499,10	123.774,80	9,1	10.275,70

Fonte: CONAB. Segundo levantamento de intenção de plantio safra 2005/2006 (nov.05). 2. ed. mod. Disponível em: <www.conab.gov.br/safras>. Acesso em: 28 nov. 2005.

Notas: (1) Produção de caroço de algodão.

(2) Exclui a produção de algodão em pluma.

(3) A CONAB divulgou um intervalo de produção para as culturas, com seus limites inferiores e superiores.

Tabela 18 – Brasil: estimativa da área plantada de grãos. Safras 2004/2005 e 2005/2006 (mil hectares)

Produto	Safr a		Variação	
	4/mai (a)	5/jun Pto.Médio (b) (1)	Percentual (b/a)	Absoluta (b-a)
Centeio	2,6	4,3	65,4	1,7
Triticale	105,6	131,1	24,1	25,5
Aveia	326,2	356,8	9,4	30,6
Milho Total	12.025,70	12.490,80	3,9	465,1
Cevada	140	142,9	2,1	2,9
Feijão Total	3.947,80	4.028,70	2	80,9
Sorgo	788,5	799,1	1,3	10,6
Girassol	44	44	0	0
Soja	23.301,10	21.920,70	-5,9	-1.380,50
Amendoim Total	129,5	115,5	-10,8	-14,1
Trigo	2.756,30	2.360,00	-14,4	-396,3
Arroz	3.916,30	3.312,50	-15,4	-603,8
Mamona	215,1	172,8	-19,7	-42,4
Algodão	1.179,40	795	-32,6	-384,4
Brasil	48.878,10	46.674,00	-4,5	-2.204,10

Fonte: CONAB. Segundo levantamento de intenção de plantio safra 2005/2006 (nov.05). 2. ed. mod. Disponível em: <www.conab.gov.br/safras>. Acesso em: 28 nov. 2005.

Notas: (1) A CONAB divulgou um intervalo de área para as culturas, com seus limites inferiores e superiores.

os problemas climáticos da safra passada (que atingiram especialmente a região Sul), melhorando sua produtividade. Seu menor custo de produção é um estímulo para o aumento da área plantada, num cenário de preços baixos para a soja. Esta, por sua vez, mesmo perdendo área para o milho, tenderá a crescer pela recuperação da produtividade, se não se repetir a falta de chuvas do período anterior na região Sul e no Mato Grosso do Sul. A Conab³² destaca que a área de soja, na safra 2005/2006, registrará a sua primeira redução, após oito anos de crescimento.

Dentre os produtos para os quais se espera uma redução da produção, destacam-se o trigo e o arroz, pela sua expressividade na safra de grãos. A produção de trigo deve diminuir em 1,1 milhão de toneladas (-19,2%) e a de arroz em 1,6 milhão de toneladas (-12,4%). As intenções de plantio de arroz para a próxima safra foram influenciadas negativamente pela queda dos preços e por dificuldades na comercialização, verificadas nos principais Estados produtores. Quanto ao trigo, atribui-se a falta de entusiasmo em relação à cultura ao fraco desempenho comercial de 2004/2005 e à descapitalização dos produtores.

Analisando-se as expectativas da Conab para as regiões, podemos destacar o seguinte, no que diz respeito à área plantada:

a) estima-se que todas as regiões brasileiras diminuam consideravelmente a área plantada com algodão, levando o País a utilizar somente 2/3 da área da safra 2004/2005; entretanto, a menor redução regional deverá dar-se no Nordeste (somente -5,7%), em função do avanço da cotonicultura no oeste baiano. Aquela sub-região apresenta uma série de vantagens (topografia plana, clima favorável, custos de produção mais baixos, demanda regional pelo caroço

de algodão, preferência das indústrias pelo produto estadual e menor distância entre as regiões de produção e de consumo) que vêm atraindo os produtores;

b) o Nordeste deverá ser a única região brasileira a ter a área plantada com feijão reduzida, ainda que levemente (-1,0%). As demais regiões ampliarão as áreas, resultando num crescimento de 2,0% para o País;

c) não obstante o estímulo do governo no âmbito do programa do biodiesel, espera-se uma redução na área dedicada à mamona (-19,7%), especialmente porque o levantamento da Conab realizado na Bahia aponta uma retração, naquele Estado, de 25,0%. Tal comportamento pode estar relacionado com a queda dos preços da mamona, decorrente de aumento da produção nacional e da Índia, na safra passada;

d) todas as regiões brasileiras ampliarão a área de milho, mas o avanço territorial dessa cultura no Nordeste está previsto para apenas 0,7%;

e) a redução da área de soja deverá ocorrer em todas as regiões, mas os menores percentuais deverão ser registrados nas regiões Norte (-4,0%), Sul (-4,8%) e Nordeste (-5,1%).

Já com relação à produção, o panorama regional é o seguinte:

a) do mesmo modo que a área, as produções de pluma e caroço de algodão reduzir-se-ão em percentuais baixos (-2,8% e -4,2%, respectivamente), contra quedas da ordem de 43% na região Sul e de 27% para a pluma e 29% para o caroço de algodão, para o País como um todo;

b) a produção de amendoim deverá aumentar no Nordeste (10,1%) e no Sul (37,3%), permanecendo praticamente estável no Centro-Oeste (1,7%) e diminuir no Sudeste (-20,4%), resultando numa produção nacional 14,6% menor que a da safra anterior;

³² CONAB. *Segundo levantamento de intenção de plantio safra 2005/2006 (nov.05)*. 2. ed. mod. Disponível em: <www.conab.gov.br/safas>. Acesso em: 28 nov. 2005.

c) os aumentos de produção de arroz nos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe compensarão as reduções nos Estados do Piauí, Ceará e Bahia, deixando estável a produção nordestina. Esse comportamento destoará das demais regiões, com retrações que vão de -1,7% no Sul a -43,2% no Centro-Oeste;

d) as regiões Norte e Sudeste contribuirão negativamente para produção de feijão na safra 2005/2006, mas a produção aumentará no Nordeste (2,1%), no Centro-Oeste (1,0%) e no Sul (28,1%);

e) de acordo com a Conab, a produção de mamona deverá crescer somente na região Sul (45,5%). No Nordeste, a queda de produção será de quase 36%;

f) todas as regiões do País, exceto o Norte e o Nordeste aumentarão suas produções de milho, com destaque para a região Sul (45,2%);

g) já no caso da soja, espera-se redução em todas as regiões, exceto nas regiões Centro-Oeste (1,0%) e Sul (56,2%). Cabe destacar, mais uma vez, que os números da região Sul estão influ-

enciados pela base reduzida da safra 2004/2005, prejudicada pela seca.

Uma outra importante fonte de informações sobre o comportamento da produção agrícola é o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE. Diferentemente da metodologia da Conab, o IBGE trabalha com o ano civil, pelo que não cabe comparar as informações a seguir com aquelas da Conab. O último LSPA disponível refere-se ao mês de dezembro/2005.

No Gráfico 16, apresentamos as variações previstas para 2005 sobre a produção de 2004, para vinte e sete produtos comuns à pauta de produção brasileira e nordestina (os produtos que têm mais de uma safra no ano – como o amendoim, a batata-inglesa, o feijão e o milho – foram consolidados em um só item; não constam as informações sobre aveia, centeio, cevada, juta, maçã, malva e trigo, não registradas pelo IBGE para o Nordeste).

As culturas cujas produções em 2005 mais caíram, no âmbito nacional, foram o sorgo (-28,0%), o café (-13,1%) e a cebola (-6,4%) (o guaraná, o algodão arbóreo e a castanha-de-caju, que tam-

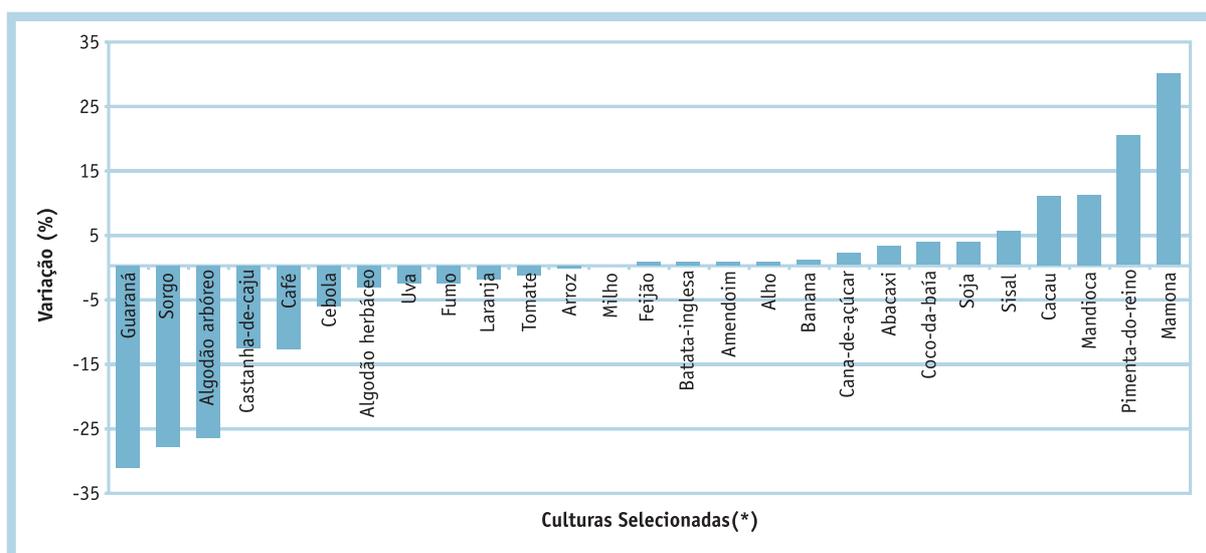


Gráfico 16 – Brasil: variação da produção agrícola entre as safras 2004 e 2005

Fonte: IBGE. Levantamento sistemático da produção agrícola. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/default>. Acesso em: 13 jan. 2006.
Nota: (*) Foram selecionadas apenas as culturas comuns ao Brasil e ao Nordeste.

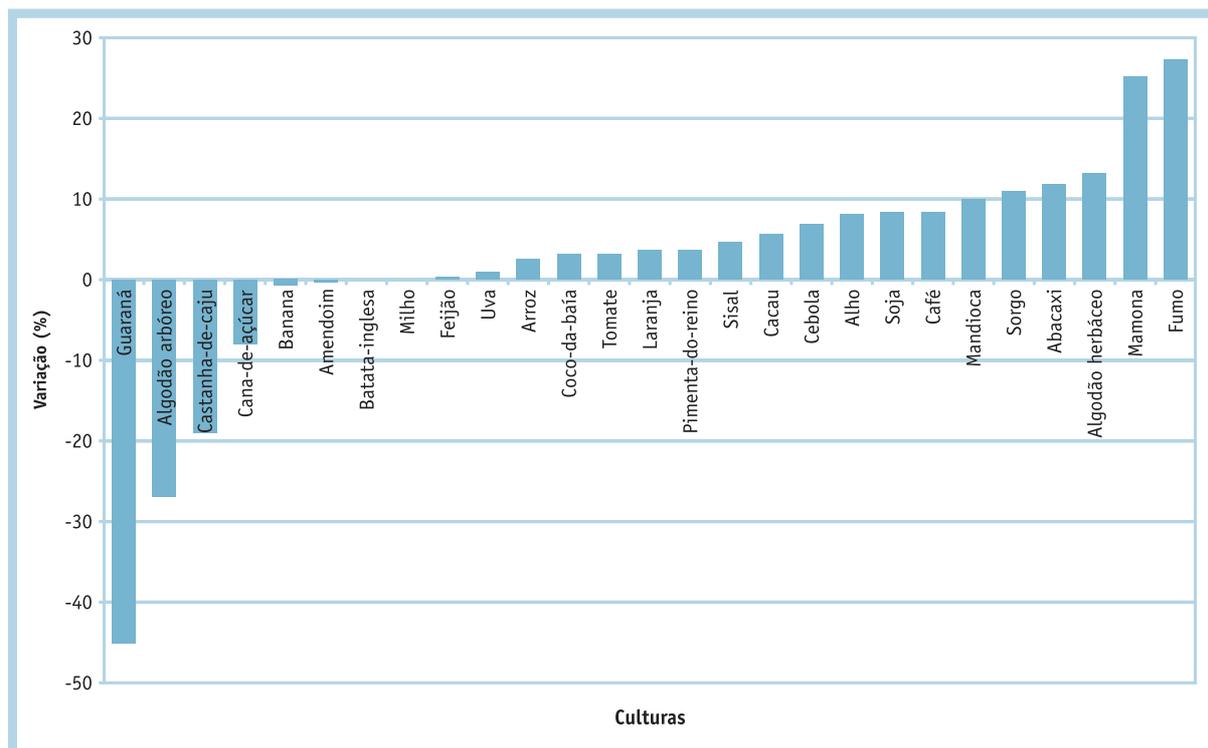


Gráfico 17 – Nordeste: variação da produção agrícola entre as safras 2004 e 2005

Fonte: IBGE. Levantamento sistemático da produção agrícola. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/default>. Acesso em: 13 jan. 2006.

bém apresentaram quedas elevadas – de 31,4%, 26,7% e 18,9% respectivamente – são culturas marcadamente regionais). As maiores variações positivas ficaram por conta da mamona (29,4%), pimenta-do-reino (19,8%) e mandioca (10,7%) (o cacau, com um crescimento de 10,4%, também é uma cultura regional).

Já no âmbito nordestino, os destaques negativos foram as culturas do guaraná (-45,0% – produto da região sul da Bahia), do algodão arbóreo (-26,7%) e da castanha-de-caju (-18,9%) Os destaques positivos foram o fumo (27,1%), a mamona (24,9%), o algodão herbáceo (13,0%) e o abacaxi (11,7%) (Gráfico 17).

7.2 - Pecuária

O destaque da pecuária brasileira, no último trimestre do ano foi, lamentavelmente, a detecção de dois focos de febre aftosa, um no Estado do Mato Grosso do Sul, em 10 de outubro de 2005, e outro no Estado do Paraná, este último confirmado pelo Ministério da Agricultura em 06 de dezembro de 2005.

A divulgação dessas notícias demonstrou cabalmente a validade do conceito de “agronegócio”

como unidade de análise: o problema configurou-se numa crise que afetou não apenas a atividade pecuária mas também atividades industriais, de serviços e ainda as integrantes dos ambientes organizacional e institucional, como o governo e os bancos.

No segmento da produção, municípios do Mato Grosso do Sul e do Paraná foram considerados áreas de risco e produtores foram obrigados a sacrificar seus animais. Somente nos mu-

nicípios sul-mato-grossenses de Japorã e Eldorado foram abatidos 9.198 animais³³, mas, no início da crise, a expectativa era de que fosse necessário abater 20 mil animais³⁴.

Frigoríficos do Mato Grosso do Sul e de São Paulo suspenderam parte de suas atividades e demitiram 1.600 pessoas³⁵. Além disso, alguns tiveram que reorientar a sua produção, destinando unidades próximas aos focos de aftosa para a produção voltada ao mercado interno e outras, mais distantes, dedicando-se ao mercado externo³⁶.

Quarenta e nove países decretaram embargo à carne brasileira³⁷, o que repercutiu no porto de Santos, prejudicando os embarques de várias formas: sobra de contêineres frigorificados; retorno de contêineres de carne bovina que haviam sido remetidos para a Europa e redução no preço do frete³⁸.

Apesar dessa intensa repercussão, a Confederação Nacional da Agricultura – CNA³⁹, em novembro, acreditava que a queda nas exportações de carne em 2005 seria da ordem de US\$ 200 milhões; mas isso não comprometeria a meta de US\$ 3 bilhões de exportações⁴⁰, porque no final do ano os embarques brasileiros para a Rússia – um dos nossos grandes compradores – diminuem

devido ao fechamento dos portos russos em virtude do inverno. Os prejuízos só se configurarão se o embargo russo não for revogado até janeiro⁴¹.

O mercado futuro foi afetado pelo problema. Contratos com entrega para dezembro cotavam a arroba a R\$ 48,96 na Bolsa de Mercadorias & Futuros e desde outubro os preços naquela Bolsa tinham caído 17,9%⁴².

O episódio foi marcado ainda pelo desentendimento entre as autoridades federais (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e estaduais (do Paraná) quanto à ocorrência ou não da doença naquele Estado⁴³. O Paraná teve o seu primeiro foco de aftosa confirmado em 12 anos, o que pode trazer sérias conseqüências não só para aquele Estado como para seus vizinhos, mas não aceitou os resultados dos exames do Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro). Um acordo sanitário do Brasil com a Rússia pode levar ao embargo da carne dos Estados de São Paulo e Santa Catarina (este o único Estado brasileiro livre da doença sem vacinação) por um ano⁴⁴, pelo fato de o vizinho Paraná ter um foco de aftosa identificado.

Conforme Nogueira Filho⁴⁵, “a ocorrência da febre aftosa causa prejuízos diretos e indiretos

³³ QUINTÃO, C. Febre aftosa: abate no MS cai 76% em outubro. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 17 nov. 2005. Agronegócio. p. B-12.

³⁴ LOIOLA, C. Embargos à carne derrubam embarque e fretes em Santos. *Valor*, São Paulo, 07 nov. 2005. Agronegócio. p. B-11.

³⁵ LOIOLA, C. Embargos à carne derrubam embarque e fretes em Santos. *Valor*, São Paulo, 07 nov. 2005. Agronegócio. p. B-11.

³⁶ QUINTÃO, C. Reabertura de SP anima abatedouros. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 19 nov. 2005. Agronegócio. p. B-12. QUINTÃO, C. Reabertura de SP anima abatedouros. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 20 nov. 2005. Agronegócio. p. B-12.

³⁷ STAVISKI, N.; KASSAI, L. Paraná está livre de aftosa, diz Abiec. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 10 nov. 2005. Agronegócio. p. B-12.

³⁸ LOIOLA, C. Embargos à carne derrubam embarque e fretes em Santos. *Valor*, São Paulo, 07 nov. 2005. Agronegócios. p. B-11.

³⁹ CNA. *Indicadores rurais (nov./dez. 05)*. Disponível em: <http://www.cna.org.br/cna/publicacao/down_anexo.wsp?tmp.arquivo=E22_7866IndicadoresRurais65novDez.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006.

⁴⁰ COSSULINO, S. Meta de exportação de carne será atingida. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 17 nov. 2005. Agronegócio. p. B-12.

⁴¹ QUINTÃO, C. Rússia amplia embargo à carne do País. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 12 dez. 2005. Agronegócio. p. B-12.

⁴² KASSAI, L. Arroba do boi caiu 18% desde o primeiro foco. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 12 dez. 2005. Agronegócio. p. B-12.

⁴³ AGUIAR, I. D. de. Mais um capítulo na novela da aftosa no PR. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 06 dez. 2005. Agronegócio. p. B-12.

⁴⁴ QUINTÃO, C.; KASSAI, L. Rússia poderá embargar carne em SC. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 06 dez. 2005. Agronegócio. p. B-12.

⁴⁵ NOGUEIRA FILHO, A. *Doenças que provocam prejuízos à pecuária nordestina*. Fortaleza: Banco do Nordeste/ETENE, 1999. (Circulação interna, 1).

à pecuária. Os prejuízos diretos manifestam-se na produção e produtividade dos rebanhos. As perdas para o produtor podem ser resumidas na queda de até 30% da produção láctea, 25% na produção de carne e alta mortalidade nos animais jovens, principalmente recém-nascidos [...]. Outros prejuízos são a redução da taxa de natalidade, despesas com tratamento e a proibição da venda de leite e de carne”.

O principal prejuízo indireto é a limitação à comercialização dos produtos pecuários no mercado internacional, o que cobra das autoridades sanitárias um grande esforço para controlar e erradicar aquela doença. Países como os Estados Unidos, Canadá, União Européia, Japão e Coréia, que respondem por quase 70% das importações mundiais de carne "in natura" somente compram carne, leite e derivados de áreas reconhecidas pela Organização Internacional de Epizootias (OIE) como livres de aftosa. Para obter o reconhecimento, há uma série de exigências⁴⁶, dentre as quais um mínimo de 24 meses sem nenhum foco na área em reconhecimento⁴⁷.

Um outro prejuízo importante é o prejuízo tecnológico. É proibido o trânsito de animais de uma área livre da doença (ou que a tem sob controle com vacinação) para outra na qual a doença ainda persiste. Assim, as feiras agropecuárias dos Estados com aftosa não recebem

animais dos Estados de pecuária mais avançada, onde a doença está controlada (porque esses animais não podem, depois disso, retornar ao local de origem)⁴⁸.

Na Figura 1, vê-se a evolução da classificação das regiões brasileiras, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no que respeita ao controle da febre aftosa (ressalte-se que a classificação do Ministério pode não corresponder ao status atribuído pela OIE). No Nordeste, apenas parte do Estado da Bahia e o Estado de Sergipe são considerados “zona livre com vacinação”. O Maranhão – que detém grande potencial para a pecuária, ainda integra a zona infectada. Os demais Estados nordestinos, embora tenham potencial menor que o Maranhão e a Bahia, não podem descuidar do combate à doença por dois motivos: primeiro, porque se houver neles alguma área de exceção vocacionada para a pecuária, essa área ficará prejudicada pela classificação geral do Estado; segundo, pelos prejuízos que a vizinhança sofrerá, se persistir a Aftosa. Assim, da mesma forma que ocorre com as doenças contagiosas humanas, o combate à febre Aftosa se converte em um bem público e deve receber de todos os Estados (de pecuária importante ou não) total atenção para que o agronegócio da pecuária de corte nacional não seja prejudicado.

⁴⁶ Realização de um inquérito soropidemiológico (levantamento da situação de todos os rebanhos, por meio de exame laboratorial), fechamento das fronteiras, aprovação de legislação de defesa sanitária animal, contratação de profissionais qualificados e instalação de postos de fronteira.

⁴⁷ NOGUEIRA FILHO, op cit.

⁴⁸ Id.

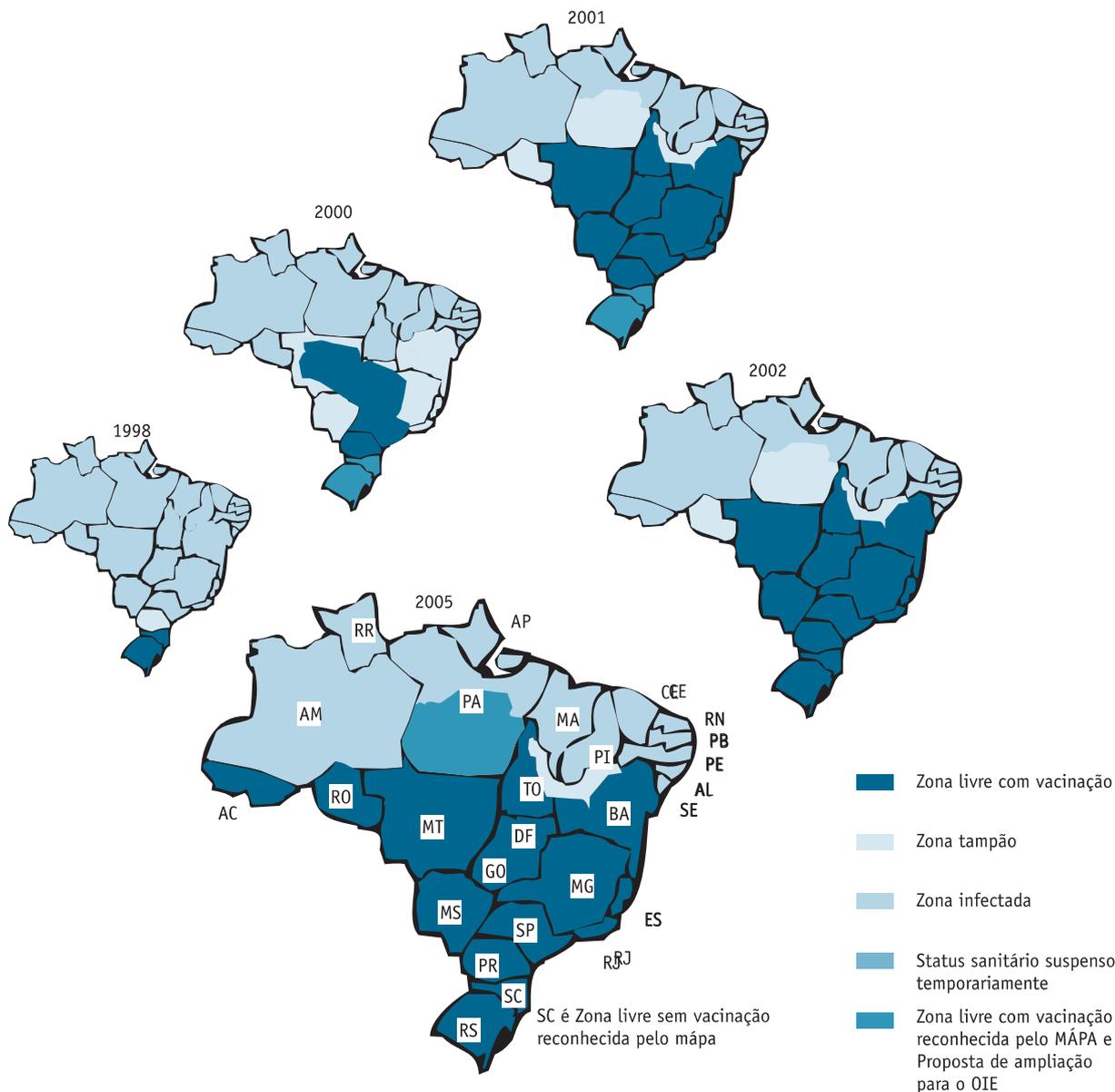


Figura 1 – Repr. Estação esquemática referente ao processo de implantação da Zona livre e de febre aftosa com vacinação, Brasil, 1998-2005

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimenot. Disponível em: www.agricultura.gov.br/Planos. Acesso em: 20 dez. 2005.

7.3 - Agronegócio

Incorporadas as informações referentes a setembro/2005, as projeções do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA, da Escola Superior de Agricultura "Luis de Queiroz" – ESALQ, e da

Confederação Nacional da Agricultura – CNA para o ano de 2005, apresentadas no boletim Indicadores Rurais referente a novembro/dezembro, confirmam a queda do PIB agropecuário (CNA, 2005).⁴⁹

⁴⁹ CNA. Indicadores rurais (nov./dez. 05). Disponível em:

<http://www.cna.org.br/cna/publicacao/down_anexo.wsp?tmp.arquivo=E22_7866IndicadoresRurais65NovDes.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006

No mês de setembro, o PIB das atividades primárias da agropecuária (o “dentro da porteira”) caiu 1,11% relativamente ao mês anterior. A agricultura contribuiu majoritariamente para esse resultado, com uma redução de 1,89% em relação a agosto, enquanto a queda na pecuária foi de somente 0,10%.

O acumulado do segmento básico da agropecuária em 2005 alcançou -8,22%. Nos seus componentes isolados – agricultura e pecuária – os valores acumulados foram de -13,3% e -0,86%, respectivamente. Essa maior redução no PIB da agricultura deve-se tanto à redução na produção dos produtos de origem vegetal quanto à queda de preços no mercado interno. Ressalte-se que as estatísticas da pecuária ainda não estão influenciadas pelas conseqüências da descoberta dos focos de febre aftosa, ocorrida em outubro/2005 (Tabela 19).

Projetados para o ano, os comportamentos setoriais observados até aqui permitem antever uma queda de 10,7% no PIB da agropecuária, determinado (por enquanto), em escala, pela agricultura (-17,3%), conforme a Tabela 20.

O agronegócio global, por incorporar não somente a produção agropecuária mas também as indústrias produtoras de insumos e de transformação dos produtos agropecuários e a atividade de distribuição (o “fora da porteira”), teve um desempenho comparativamente melhor, embora ainda negativo. Em setembro, o PIB do agronegócio foi 0,85% menor que o de agosto. No ano, a queda acumulada alcançou 2,68%. O resultado de setembro foi influenciado principalmente pela queda no produto da atividade de insumos (-1,39%), secundado pela queda das atividades de produção primária (-1,11%). Entretanto, os demais segmentos (indústria e distribuição) também tiveram desempenho negativo.

No acumulado do ano, o PIB da indústria ainda registra um desempenho positivo de 2,34% (demais segmentos: agropecuária, -8,22%; insumos, -7,38% e distribuição, -1,54%) e é por isso que a redução do PIB do agronegócio projetada para o ano de 2005 é de 3,4% (Tabela 6).

Os resultados anteriormente relatados são confirmados pelo comportamento do valor bruto da produção agropecuária de janeiro a outubro/2005, que caiu 10,5% em comparação com o mesmo período do ano anterior – o que significa R\$ 19,7 bilhões a menos (Tabela 06). O faturamento bruto da pecuária caiu somente 0,5% mas o da agricultura reduziu-se em 16,4%⁵⁰ (CNA, 2005) (Tabela 21).

Todas as quantidades produzidas dos itens pecuários aumentaram entre 2004 e 2005 mas os preços médios caíram (com exceção do preço do leite, que ficou estável e da carne suína, que aumentou 4,3%). Em conseqüência, os VBP de todos os produtos pecuários, exceto o da carne bovina, aumentaram.

Dos vinte produtos agrícolas acompanhados pela CNA, nove tiveram aumento no faturamento bruto, com destaque para a mamona (58,7%), a batata-inglesa (18,7%) e o sisal (16,9%). Dentre os onze produtos cujo VBP caiu, destacam-se a uva (-59,0%), a soja (-31,4%) e a cebola (-30,7%). Onze (mais da metade) daqueles produtos agrícolas registraram evolução positiva nas quantidades mas 65% deles (treze produtos) apresentaram queda nos preços médios, enquanto um (banana) ficou estável; ou seja, somente seis produtos – 30% do total acompanhado – tiveram aumento nos preços médios entre 2004 e 2005, o que ajuda a explicar a queda no VBP.

⁵⁰ Id.

Tabela 19 – Brasil: PIB do agronegócio: taxas de crescimento mensal (%)

AGROPECUÁRIA					
2005	Básico (A)	Agronegócio Global (B)	Insumos	Indústria	Distribuição
Janeiro	-0,0321	0,2727	0,1056	0,4895	0,3626
Fevereiro	-0,5797	0,0354	-0,259	0,4715	0,1993
Março	-1,0094	-0,2381	-0,5282	0,294	-0,0534
Abril	-0,9382	-0,0852	-0,6123	0,5855	0,1018
Mai	-1,3559	-0,2597	-1,0602	0,6663	-0,0542
Junho	-1,3756	-0,4727	-1,4754	0,4002	-0,314
Julho	-0,9934	-0,5053	-1,1676	0,0622	-0,4834
Agosto	-1,1351	-0,61	-1,2289	-0,0863	-0,5385
Setembro	-1,1131	-0,8498	-1,3924	-0,5613	-0,7688
Acum. no Ano	-8,2225	-2,685	-7,3767	2,3395	-1,5436
AGRICULTURA					
2005	Básico (C)	Agronegócio Global (D)	Insumos	Indústria	Distribuição
Janeiro	-0,0898	0,3124	0,0614	0,5193	0,4178
Fevereiro	-0,9512	0,0031	-0,481	0,4997	0,2074
Março	-1,7166	-0,3817	-0,9011	0,3006	0,1443
Abril	-1,6022	-18,57	-0,9906	0,6096	0,0404
Mai	-2,1883	0,3428	-1,6557	0,7512	0,0662
Junho	-2,3271	-0,612	-2,23	0,4866	0,3726
Julho	-1,5068	-0,5452	-1,6336	0,1539	0,4811
Agosto	-1,8165	-0,7122	-1,8269	0,0187	0,5625
Setembro	-1,8897	-1,0717	-2,0515	-0,5656	-0,9168
Acum. no Ano	-13,254	-3,4871	-11,1393	2,7635	-1,8721
PECUÁRIA					
2005	Básico (E)	Agronegócio Global (F)	Insumos	Indústria	Distribuição
Janeiro	0,0523	0,1748	0,1823	0,3194	0,2342
Fevereiro	-0,0368	0,1151	0,1252	0,3106	0,1805
Março	0,0147	0,116	0,1134	0,2562	0,1584
Abril	0,0065	0,1613	0,0319	0,4476	0,2442
Mai	0,1907	-0,0565	-0,0564	0,1791	-0,0265
Junho	0,0702	-0,1331	-0,2239	-0,0988	-0,1784
Julho	0,3049	-0,4087	-0,4104	-0,4707	-0,4887
Agosto	0,2323	-0,3623	-0,2689	-0,4816	-0,4829
Setembro	-0,1007	-0,314	-0,3508	-0,5357	-0,4201
Acum. no Ano	-0,8594	-0,7074	-0,8564	-0,0801	-0,7804

Fonte: CNA. Indicadores rurais. n. 65, nov.-dez./2005. Disponível em: <www.cna.org.br/cna/publicacao/down_anexo.wsp?tmp.arquivo=E22_7866IndicadoresRurais65NovDez.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006.

Notas: (A) Somente o setor primário da agropecuária;
 (B) todo o agronegócio da agropecuária;
 (C) somente o setor primário da agricultura;
 (D) todo o agronegócio da agricultura;
 (E) somente o setor primário da pecuária; e,
 (F) todo o agronegócio da pecuária.

Tabela 20 – PIB da agropecuária e do agronegócio em 2004 (R\$ bilhões a preços de 2004)

Atividades	Anos		Variação (%)
	2004	2005	2004/2005
Agricultura	95,43	78,95	-17,3
Pecuária	65,22	64,47	-1,1
Agropecuária	160,65	143,42	-10,7
Agronegócio	533,98	515,92	-3,4

Fonte: CNA. *Indicadores rurais*. n. 65, nov.-dez./2005. Disponível em: <www.cna.org.br/cna/publicacao/down_anexo.wsp?tmp.arquivo=E22_7866IndicadoresRurais65NovDez.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006.

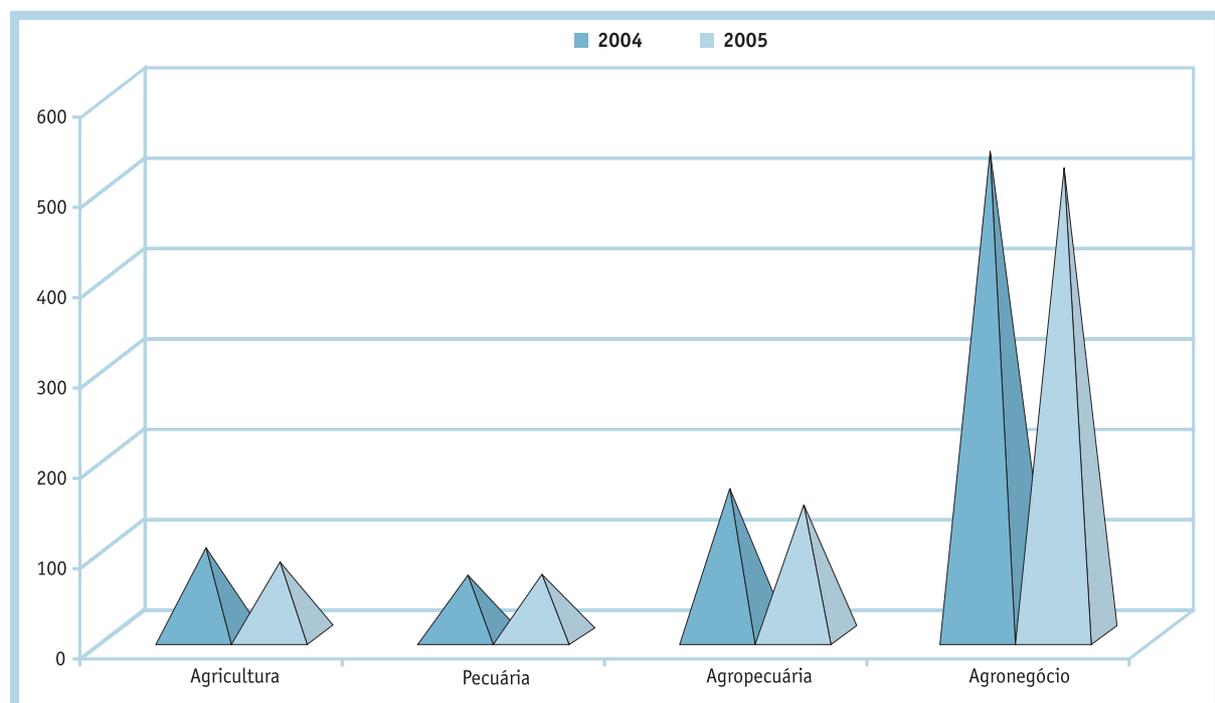


Gráfico 18 – Brasil: PIB da agropecuária e do agronegócio (R\$ bilhões a preços de 2004)

Fonte: CNA. *Indicadores rurais*. n. 65, nov.-dez./2005. Disponível em: <www.cna.org.br/cna/publicacao/down_anexo.wsp?tmp.arquivo=E22_7866IndicadoresRurais65NovDez.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006.

Tabela 21 – Brasil: valor bruto da produção agropecuária (VBP – 2004 e 2005)

Produtos	Produção			Preços Médios Reais			Valor Bruto da Produção (VBP)		
	Unid.	2004	2005	Unid.	2004	2005	2004	2005	Var. %
Agrícolas							117.889,20	98.569,70	-16,4
Algodão em caroço (1)	mil t	3.409	3.396	kg	1,37	1	4.659,70	3.391,10	-27,7
Amendoim (1)	mil t	217	302	kg	1,25	0,97	271,5	292,3	7,6
Arroz (1)	mil t	12.829	13.227	kg	0,69	0,5	8.846,80	6.619,90	-25,2
Banana (2)	milhões de cachos de 10 dúzias	685	688	dúzia	0,63	0,63	4.322,30	4.351,10	0,7
Batata inglesa (2)	mil t	3.046	3.111	kg	0,57	0,66	1.729,80	2.052,50	18,7
Cacau (em amêndoa) (2)	mil t	195	214	15 kg	68,37	55,63	886,8	792,9	-10,6
Café beneficiado (1)	mil sacas de 60kg	39.272	33.328	60 kg	224,4	287,22	8.812,80	9.572,40	8,6
Cana-de-açúcar (2)	mil t	416.256	425.534	t	30,09	31,49	12.525,20	13.401,90	7
Cebola (2)	mil t	1.113	1.061	kg	0,82	0,61	929,4	644,4	-30,7
Feijão (1)	mil t	2.978	3.044	kg	1,23	1,29	3.655,80	3.912,90	7
Fumo (2)	mil t	920	888	kg	4,48	4,43	4.118,00	3.934,10	-4,5
Laranja (6)	milhões de caixas	448	438	cx	6,68	7,15	2.991,10	3.134,70	4,8
Mamona (1)	mil t	107	210	kg	0,84	0,68	89,9	142,7	58,7
Mandioca (2)	mil t	23.781	26.579	t	203,5	170,32	4.839,50	4.526,90	-6,5
Milho (1)	mil t	42.129	34.977	kg	0,33	0,29	13.805,50	10.240,50	-25,8
Sisal (2)	mil t	199	214	kg	0,86	0,93	170,8	199,5	16,9
Soja (1)	mil t	49.793	51.090	kg	0,74	0,49	36.729,20	25.196,10	-31,4
Tomate (2)	mil t	3.489	3.408	kg	0,99	0,92	3.466,90	3.139,90	-9,4
Trigo (1)	mil t	5.851	5.846	kg	0,45	0,35	2.636,80	2.039,20	-22,7
Uva (2)	mil t	1.283	1.243	kg	1,87	0,79	2.401,40	984,4	-59
Pecuários							70.321,40	69.963,30	-0,5
Carne bovina, eq.c (3)	mil t	8.350	8.750	15 kg	57,86	52,51	32.207,70	30.628,00	-4,9
Frango (4)	mil t	8.494	8.950	kg	1,93	1,85	16.403,00	16.533,50	0,8
Leite (3)	milhões de litros	23.478	24.500	litro	0,51	0,51	11.899,90	12.572,30	5,7
Ovos (4)	mil cx de 30 dúzias	66.318	70.297	dúzia	1,72	1,63	3.419,10	3.427,90	0,3
Suínos (5)	mil t	2.679	2.732	15 kg	35,79	37,34	6.391,80	6.801,60	6,4
Total							188.210,60	168.533,00	-10,5

Fonte: CNA. *Indicadores rurais*. n. 65, nov.-dez./2005. Disponível em:

<www.cna.org.br/cna/publicacao/down_anexo.wsp?tmp.arquivo=E22_7866IndicadoresRurais65NovDez.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006.

Notas: (1) Conab;(2) IBGE;(3) CNA;(4) UBA/ ABEF;(5) ABIPECS;(6) IEA-ESALQ/IBGE.

Notas: (a) FGV: preços reais pelo IPG-DI, média de janeiro a setembro, a preços de outubro/05 com base na variação dos preços da CONAB

Notas: de agosto a setembro de 2005; café (média USP/ESALQ). Laranja (produção: IEA-SP e IBGE (demais estados); preços: ESALQ/CEPEA).

7.4 – Estimativa do Valor Bruto da Produção do Nordeste

Francisco Raimundo Evangelista

Engenheiro-Agrônomo, Mestre em Economia Aplicada

Pesquisador do BNB/ETENE

Doutorando em Economia pela UFRJ

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA tem divulgado sistematicamente nos seus boletins Indicadores Rurais, uma estimativa do valor bruto da produção agropecuária brasileira (VBPBR). No boletim de novembro/dezembro de 2005, por exemplo, estimava-se um VBPBR da ordem de R\$ 168,5 bilhões de reais em 2005, o que representaria uma queda de 10,5% em relação a 2004⁵¹.

No contexto desta revista BNB Conjuntura Econômica, pareceu-nos útil desenvolver algum esforço no sentido de estimar também o valor bruto da produção agropecuária da região Nordeste (VBPNE), mesmo cientes da carência de informações detalhadas no âmbito regional. Dispor dessa informação numa periodicidade menor que a anual nos permitiria antever a convergência ou divergência dos

⁵¹ Id.

comportamentos das agropecuárias nacional e regional. Conquanto seja parcialmente possível apurar o VBP regional ao fim de cada ano, o IBGE só consolida e apresenta essa informação nos Censos Agropecuários, dos quais o último foi realizado em 1995/96. Naquele censo, o Nordeste participava com 14,1% do valor bruto da produção nacional, mas essa participação já vinha declinando desde 1970, quando foi de 18,3%⁵².

Uma vez que, na estimativa aqui apresentada, os valores atribuídos ao Brasil para 2004 e 2005 divergem daqueles da CNA, explicamos a seguir os procedimentos adotados:

a) o VBP nacional da CNA consta de vinte (20) produtos agrícolas, dos quais quatorze (14) da lavoura temporária e seis (06) da lavoura permanente. Utilizamos, para calcular os valores brutos nacional e regional de 2004, a pesquisa Produção Agrícola Municipal – PAM⁵³, do IBGE, que traz quantidades produzidas e valor da produção e cobre vinte e nove (29) produtos da lavoura temporária e trinta e três (33) produtos da lavoura permanente, totalizando sessenta e dois (62) produtos agrícolas;

b) para o ano em curso (no caso, 2005), dispõe-se apenas das estimativas de produção (quantidades) do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA⁵⁴, também do IBGE, que apresenta informações somente para vinte e duas (22) culturas temporárias e doze (12) culturas permanentes, perfazendo trinta e quatro (34) produtos agrícolas. Para os produtos que constam na PAM e não constam no LSPA, foram repetidas em 2005 as quantidades de 2004;

c) os preços médios de 2004, obtidos a partir da PAM, foram considerados como sendo de junho/2004 e corrigidos pela variação do IGP-DI até novembro/2005. Para 2005, foram utilizados os preços da CNA, completados com preços da FGV⁵⁵ e preços repetidos

de 2005 (no caso dos produtos para os quais nem a CNA nem a FGV informam preços);

d) para o Nordeste, o LSPA reporta a produção de 16 das 21 culturas temporárias e 11 das 24 culturas permanentes regionais. Para as culturas não reportadas no LSPA, repetiu-se em 2005 a quantidade de 2004;

e) os preços regionais de 2005 dos produtos agrícolas foram obtidos do Sistema de Gerenciamento de Mercados Agropecuários do Nordeste – SIGMAN, utilizado pelo BNB internamente e alimentado por dados básicos da Fundação Getúlio Vargas, repetindo-se os preços de 2004 quando não disponíveis;

f) no caso dos produtos pecuários, o IBGE não informa, nas pesquisas ligadas à atividade, a quantidade de carne produzida e sim número de animais abatidos. Por isso, foi mantida a mesma pauta de produtos da CNA; as quantidades de carne bovina, de frango, de suínos e o leite produzidos no Nordeste nos anos de 2004 e 2005 foram estimadas com base na participação do Nordeste nos abates e na quantidade de leite cru ou resfriado adquirido, conforme a Pesquisa Trimestral de Abate e a Pesquisa Trimestral do Leite⁵⁶ (IBGE). Projetou-se a taxa de participação do Nordeste na produção de ovos com base no comportamento observado entre 2004 e 2005 na Pesquisa Pecuária Municipal – PPM⁵⁷, do IBGE;

g) os preços dos produtos agropecuários utilizados foram os mesmos da CNA.

Como resultado, estima-se que o VBPNE em 2004 tenha alcançado R\$ 20,8 bilhões e representado 10,9% do VBP nacional (R\$ 191,6 bilhões – note-se que o valor calculado pela CNA foi de R\$ 188,2 bilhões). Em 2005, o VBPNE passaria para R\$ 21,3 bilhões, crescendo 2,3%. Já o VBP nacional sofreria uma queda de 8,72% e alcançaria o valor de R\$ 174,9 bilhões. Com isso, o Nordeste representaria 12,2% do valor bruto da produção agropecuária do País (Tabela 21). ●

⁵² BACHA, C. J. C. *Economia e política agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas 2004.

⁵³ IBGE. *Produção agrícola municipal*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/default>. Acesso em: 10 jan. 2006.

⁵⁴ IBGE. *Levantamento sistemático de produção agrícola*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/default>. Acesso em: 28 nov. 2005.

⁵⁵ FGV. Disponível em: <www.fgvdados.fgv.br>. Acesso em: 24 jan. 2006.

⁵⁶ IBGE. *Pesquisa trimestral de abate de animais*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/default>. Acesso em: 10 jan. 2006.

⁵⁷ IBGE. *Pesquisa pecuária municipal*. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/default>. Acesso em: 10 jan. 2006.

Tabela 22 – Valor bruto da produção (VBP) agropecuária brasileira e nordestina – 2004 e 2005 (a preços de novembro/2005)

Produto	Unidade	Quantidade		Preço		Valor da Produção	
		2004	2005	2004	2005	2004	2005
Lavoura Temporária							
Brasil						98.085,30	81.680,80
Nordeste						12.089,20	11.871,80
Cana-de-açúcar	Mil t	65.499	60.447	0,04	0,03	2.590,40	2.074,50
Soja (em grão)	Mil t	3.659	3.958	0,62	0,44	2.274,70	1.741,40
Mandioca	Mil t	8.821	9.597	0,2	0,17	1.748,90	1.619,80
Feijão (em grão)	Mil t	797	949	1,19	1,39	945,1	1.319,00
Milho (em grão)	Mil t	2.899	3.004	0,34	0,41	989,7	1.231,50
Algodão herbáceo (em caroço)	Mil t	788	891	1,48	1,14	1.166,50	1.015,20
Arroz (em casca)	Mil t	1.175	1.203	0,66	0,63	776,3	758
Tomate	Mil t	504	513	0,61	1,09	308	557,8
Abacaxi	Milhões	594	658	0,47	0,7	280,3	460,8
Melão	Mil t	321	321	0,84	0,84	269	269
Cebola	Mil t	206	220	0,7	0,84	143,3	184,4
Melancia	Mil t	517	517	0,26	0,26	132,7	132,7
Mamona (baga)	Mil t	127	157	1,11	0,81	140,3	127,5
Batata-inglesa	Mil t	181	180	0,55	0,67	99,5	120,8
Fumo (em folha)	Mil t	26	31	2,24	2,78	57,3	86,6
Batata-doce	Mil t	189	189	0,36	0,36	68,5	68,5
Sorgo granífero (em grão) (1)	Mil t	168	185	0,31	0,31	51,4	56,8
Fava (em grão)	Mil t	13	13	1,55	1,55	20,3	20,3
Alho	Mil t	7	7	2,04	2,04	14,4	15,3
Amendoim (em casca)	Mil t	16	10	0,67	0,98	10,5	10,2
Trigo (em grão)	Mil t	4	4	0,53	0,35	2	1,3
Lavoura Permanente							
Brasil						23.156,00	23.219,50
Nordeste						4.644,00	5.348,10
Banana	Mil t	2.355	2.320	0,38	0,4	896	925,3
Uva	Mil t	242	238	1,77	3,18	428	755,6
Café (beneficiado)	Mil t	135	135	2,93	4,79	396,2	646,4
Coco-da-baía	Milhões	1.468	1.449	0,31	0,4	447,8	579,5
Cacau (em amêndoa)	Mil t	136	135	5,33	3,77	725,7	508,2
Laranja	Mil t	1.613	1.587	0,16	0,29	252	456,5
Mamão	Mil t	891	891	0,47	0,47	417,4	417,4
Manga	Mil t	610	610	0,47	0,47	283,8	283,8
Castanha de caju	Mil t	186	183	1,29	1,29	240,8	236,1
Sisal ou agave (fibra)	Mil t	199	199	1	0,89	198,8	177,4
Maracujá	Mil t	209	209	0,57	0,57	119,9	119,9
Goiaba	Mil t	216	216	0,45	0,45	97,7	97,7
Borracha (látex coagulado)	Mil t	24	24	1,48	1,48	35,4	35,4
Dendê (coco) (2)	Mil t	171	171	0,18	0,18	30,9	30,9
Limão	Mil t	75	75	0,4	0,4	30,4	30,4
Pimenta-do-reino	Mil t	4	3	3,18	4,75	12,3	16,6
Tangerina	Mil t	41	41	0,28	0,28	11,4	11,4
Urucum (semente)	Mil t	4	4	1,33	1,33	4,8	4,8
Palmito	Mil t	2	2	2,67	2,67	4,5	4,5
Algodão arbóreo (em caroço)	Mil t	3	3	1,28	1,28	3,7	3,7
Abacate	Mil t	9	9	0,35	0,35	3,2	3,2
Guaraná (semente)	Mil t	2	2	1,32	1,32	3,1	3,1
Marmelo	Mil t	0	0	3,49	3,49	0,2	0,2
Caqui	Mil t	0	0	2,42	2,42	0,1	0,1
Agricultura (lavoura temporária + permanente)							
Brasil						121.241,30	104.900,30
Nordeste						16.733,20	17.219,90
Pecuária							
Brasil						70.321,50	69.963,30
Nordeste						4.102,40	4.101,20
Carne bovina eq. c.	Mil t	696	716	3,86	3,5	2.683,60	2.507,50
Frango	Mil t	104	119	1,93	1,85	201,5	219
Leite	Milhões de	1.142	1.443	0,51	0,51	578,6	740,2
Ovos	Mil cx. De	10.355	10.545	1,72	1,63	533,9	514,2
Suínos	Mil t	44	48	2,39	2,49	104,8	120,3
Agropecuária (agricultura + pecuária)							
Brasil						191.562,80	174.863,60
Nordeste						20.835,60	21.321,10
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura							
Temporária						12,33	14,53
Permanente						20,06	23,03
Agricultura						13,8	16,42
Pecuária						5,83	5,86
Agropecuária						10,88	12,19

Fonte: CNA. Indicadores rurais. n. 65, nov.-dez./2005. Disponível em:

<www.cna.org.br/cna/publicacao/down_anexo.wsp?tmp.arquivo=E22_7866IndicadoresRurais65NovDez.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006.

Notas: (1) Sorgo; alho; amendoim; batata-doce; aveia; cevada; mamona; fava; ervilha; malva; linho; centeio, rami e juta.

Notas: (2) Dendê; abacate, palmito, figo, urucum, pêra, guaraná, chá-da-índia, noz, algodão arbóreo, marmelo e tuingue.

8 - EMPREGO E RENDIMENTO

8.1 - Níveis de Desemprego e Ocupação

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego⁵⁸, para o agregado das seis regiões metropolitanas, a taxa de desocupação alcançou 8,3% em dezembro – o patamar mais baixo da nova série da pesquisa. Vale salientar que esse indicador mantinha-se estável nos cinco meses anteriores.

Na comparação com dezembro de 2004, o comportamento da taxa de desocupação se revelou bastante favorável – diminuição de 1,3 ponto percentual. Vale mencionar que a taxa de desocupação se encontrava em 10,5%

em dezembro de 2002, último ano do governo anterior (Gráfico 19).

Na comparação com novembro de 2005, os destaques foram Belo Horizonte (de 8,2% para 7,0%) e São Paulo (de 9,7% para 7,8%). As demais regiões investigadas assinalaram estabilidade, com variação inferior a um ponto percentual. No confronto com igual mês do ano anterior, as reduções mais relevantes ocorreram em São Paulo (de 9,8% para 7,8%), Belo Horizonte (de 8,5% para 7,0%) e no Rio de Ja-

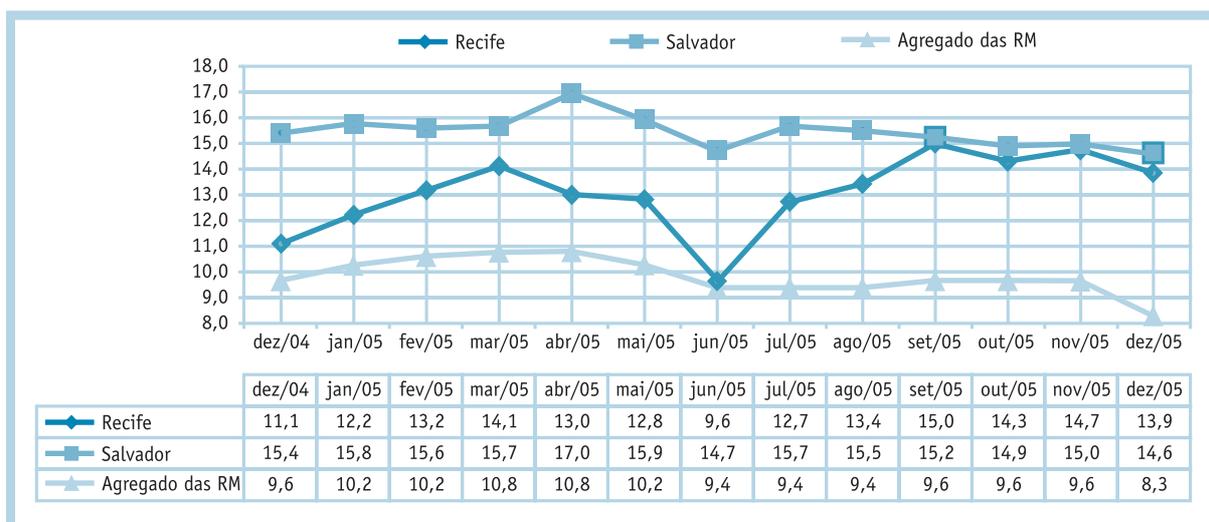


Gráfico 19 – Taxa de desocupação para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador (dez.04/dez.05)

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁵⁸ IBGE. PME (dez. 05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

neiro (de 8,5% para 6,8%). A única região metropolitana a registrar aumento na taxa de desocupação nessa base de comparação foi Recife (de 11,1% para 13,9%).

O número de pessoas exercendo algum trabalho estimado pela PME⁵⁹ manteve-se estável em dezembro de 2005 na comparação com o mês anterior. Entretanto, constatou um incremento de 2,4% em relação a dezembro de 2004, ou seja, 474 mil pessoas a mais no contingente de ocupados.

Comparando dezembro de 2005 com dezembro de 2002 (o último ano do governo anterior), o número de pessoas ocupadas apresentou um incremento expressivo de 10,7% (Gráfico 20).

No que se refere às regiões nordestinas pesquisadas pelo IBGE, o aumento de 2,8 pontos percentuais na taxa de desocupação observado em Recife, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, distanciou a taxa de desocupação de Recife (13,9%) da média nacional (8,3%). Vale salientar que em junho de 2005, a taxa de desocupação nessa região estava em 9,6% – somente 0,2 ponto percentual acima da média nacional.

A região metropolitana de Salvador registra uma ligeira queda de 0,4% de sua taxa de desocupação na comparação com o mês anterior. Apesar do recuo de 0,8 ponto percentual em dezembro, comparativamente a dezembro de 2004, a taxa de desemprego permanece sendo a maior entre as investigadas pelo IBGE.

Salvador e Recife assinalaram estabilidade no contingente de trabalhadores ocupados, tanto na comparação com novembro de 2005 como no confronto com dezembro de 2004. Na comparação com dezembro de 2002, Recife e Salvador exibem variações de, respectivamente, 7,3 % e 10,4%.

No que tange as formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, o ano de 2005 confirma a expansão do contingente com carteira assinada observada no ano anterior. Os “com carteira” registraram um incremento de 6,8% entre janeiro e dezembro. Já os “sem carteira” apresentaram um crescimento de apenas 1,0 % nessa mesma base de comparação.

Apenas os trabalhadores com carteira assinada apresentaram variação no mês de dezembro em re-

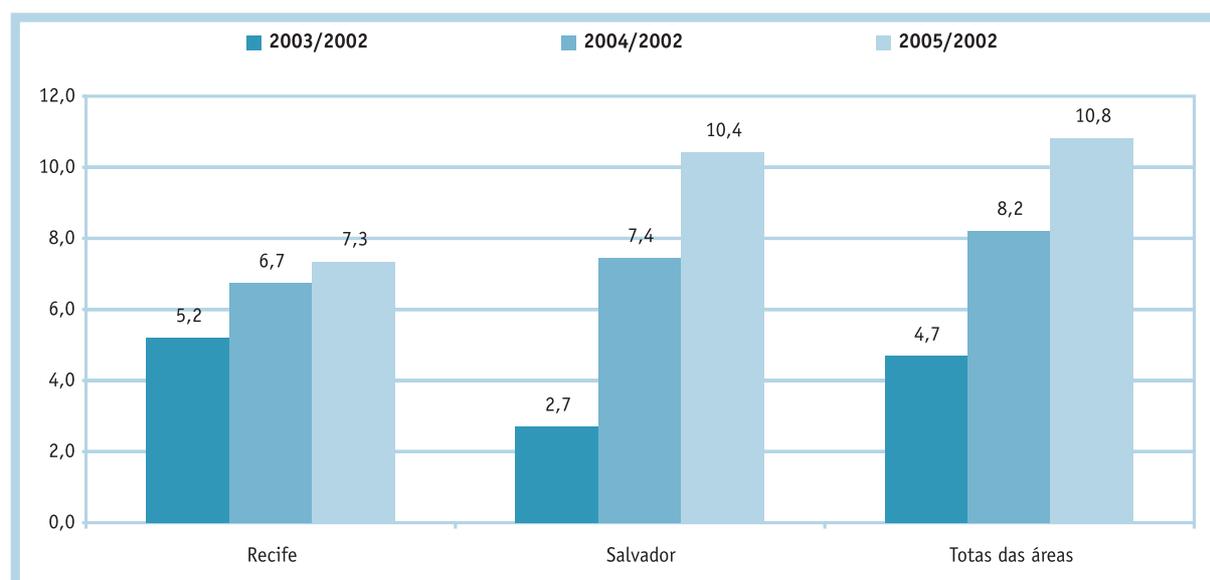


Gráfico 20 – Variação da população ocupada para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador. Percentagem

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁵⁹ Id

lação ao mesmo período do ano anterior – aumento de aproximadamente 561 mil pessoas (6,4%). Já na comparação com dezembro de 2002, o crescimento dos “com carteira” foi de 9,1%, enquanto os “sem carteira” tiveram um incremento de 16,4%.

O ano de 2005 revela, para as capitais do Nordeste que compõem o universo investigado pelo IBGE, uma estabilidade do número de trabalhadores com carteira em relação ao mês anterior e na comparação com dezembro de 2004. Nas duas regiões investigadas pelo IBGE não foram registradas oscilações significativas da categoria dos “com carteira” nesses dois indicadores. Já na comparação com dezembro de 2002, as taxas de crescimento para Recife e Salvador foram de, respectivamente, 10,4% e 8,4% (Gráfico 21).

Considerando as modalidades de inserção informais, Recife apresentou estabilidade dos “sem carteira” e dos “por conta própria”, tanto em relação ao mês anterior como ao mesmo mês de 2004. Já em Salvador, constatou-se um incremento de 12,9% dos trabalhadores sem carteira e um declínio de 7,8% do número de tra-

balhadores por conta própria, comparativamente a dezembro de 2004.

Em novembro, o emprego industrial registrou uma ligeira queda de 0,6% na comparação com o mês anterior, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal⁶⁰ de Emprego e Salário do IBGE.

No confronto com novembro de 2004, observou-se também um recuo de -0,9%, enquanto os indicadores mais abrangentes apresentaram expansão: 1,2% no acumulado do ano e 1,5% nos últimos doze meses.

De uma perspectiva espacial, todas as regiões, com exceção da região Sul, registraram expansão no acumulado do ano, com destaque para as regiões Norte e Centro-Oeste (3,9%) e Sudeste (2,3%).

Entre os Estados nordestinos pesquisados pelo IBGE, todos registraram fechamento de vagas no mês de novembro, em relação ao mesmo período do ano passado. Já no acumulado do ano, os três Estados nordestinos investigados assinalaram taxas de crescimento positivas do pessoal assalariado.

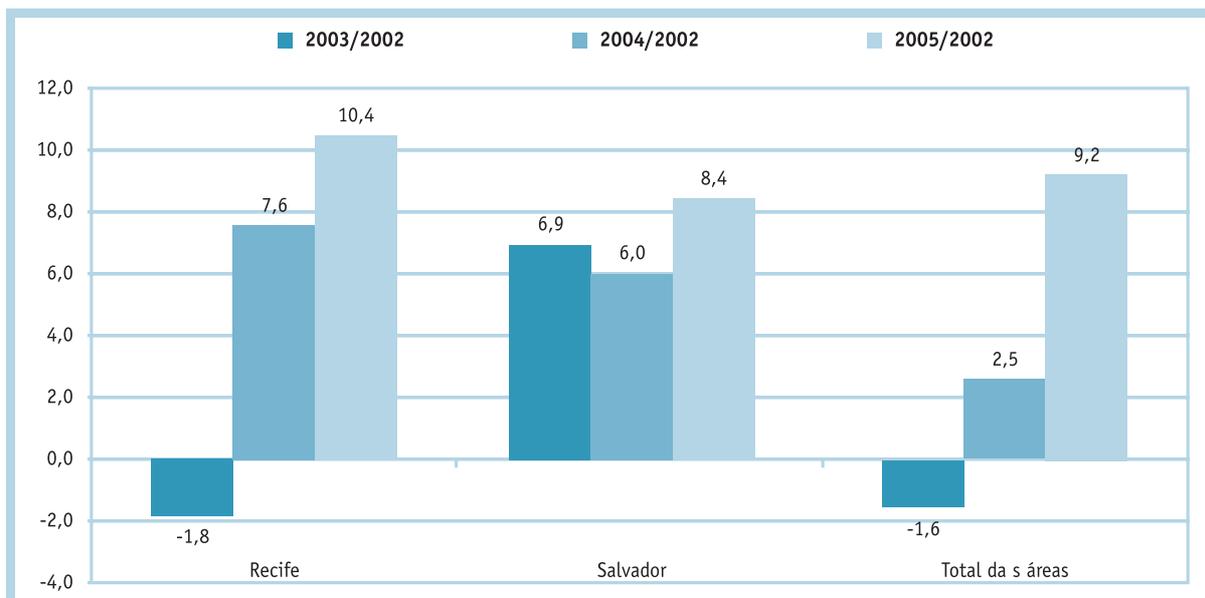


Gráfico 21 – Variação da população ocupada dos trabalhadores com carteira para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador. Percentagem

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

⁶⁰ IBGE. *Pesquisa industrial mensal* (nov. 05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

Em termos setoriais, a indústria nordestina apresentou um crescimento de apenas 0,4% do pessoal ocupado assalariado no acumulado do ano. As atividades que mais contribuíram para o resultado foram coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (15,8%) e máquinas e equipamentos – excluindo elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (17,0%). As perdas principais recaíram sobre fumo (-6,6%) e minerais não-metálicos (-4,1%).

No acumulado do ano, a indústria manufatureira do Ceará assinalou taxa de crescimento do pessoal ocupado assalariado de 1,3%. Os destaques positivos ficaram por conta da fabricação de meios de transporte (23,0%) e alimentos e bebidas (9,3%). Assinalaram as maiores quedas nos níveis de emprego minerais não-metálicos (-10,6%), madeira (-9,3%) e calçados e couro (-6,3%).

O emprego industrial no Estado de Pernambuco, no período janeiro-novembro, na comparação com igual período do ano anterior, manteve-se praticamente inalterado (0,07%). Registraram as maiores taxas de crescimento do pessoal ocupado assalariado as atividades de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (119,6%) e fumo (29,7%). Em contraposição, os subsetores de borracha e plástico (-11,7%) e vestuário (-7,5%) exibiram os maiores saldos líquidos negativos.

A Bahia evidenciou, nos últimos onze meses, crescimento de 1,9% na indústria de transformação. Ostentaram os maiores incrementos do pessoal ocupado assalariado os segmentos de máquinas e equipamentos – excluindo elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (53,2%) e madeira (14,1%). Em sentido contrário, fumo (-11,5%) e minerais não-metálicos (-11,6%) foram as atividades que mais diminuíram o emprego de mão-de-obra assalariada.

8.2 - Rendimento

Em dezembro, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores das seis regiões metropolitanas investigadas registrou um incremento de 1,8% em relação a novembro de 2005 e de 5,8% ante dezembro do ano anterior. Comparativamente a 2004, observa-se uma recuperação dos rendimentos médios dos trabalhadores em 2005 (Gráfico 22).

Essa recuperação, associada ao aumento do número de pessoas ocupadas vem permitindo um crescimento da massa salarial em 2005, principalmente a partir do segundo semestre. O desempenho da massa salarial nos últimos três anos só não foi melhor em função da queda de 12,1% dos rendimentos em 2003.

Quanto aos rendimentos médios, relativos às formas de inserção das pessoas no mercado de trabalho, os dados de dezembro apontam para uma recuperação no rendimento tanto dos trabalhadores formais quanto dos informais.

Após apresentar expansão entre abril e agosto de 2005, quando atingiu o segundo maior valor do período 2003-2005 (R\$ 1.002,24)⁶¹, os rendimentos dos “com carteira” decresceram no período agosto-outubro para em seguida, novamente, registrar uma trajetória ascendente nos dois últimos meses do ano.

Quando a comparação é feita com dezembro de 2004, a PME assinala, para as regiões pesquisadas,

⁶¹ Abaixo somente do rendimento de abril de 2003 (R\$ 1.018,02).

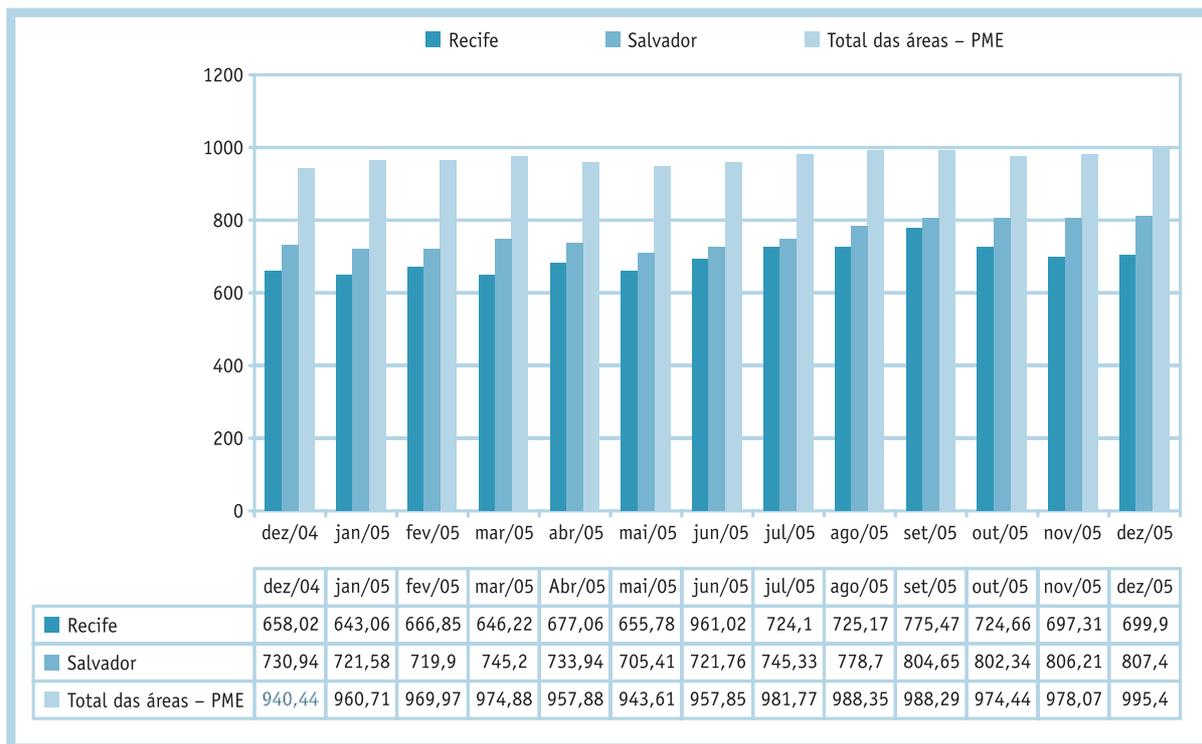


Gráfico 22 – Rendimento médio real habitualmente recebido para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador (dez.04/dez.05)

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de emprego. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

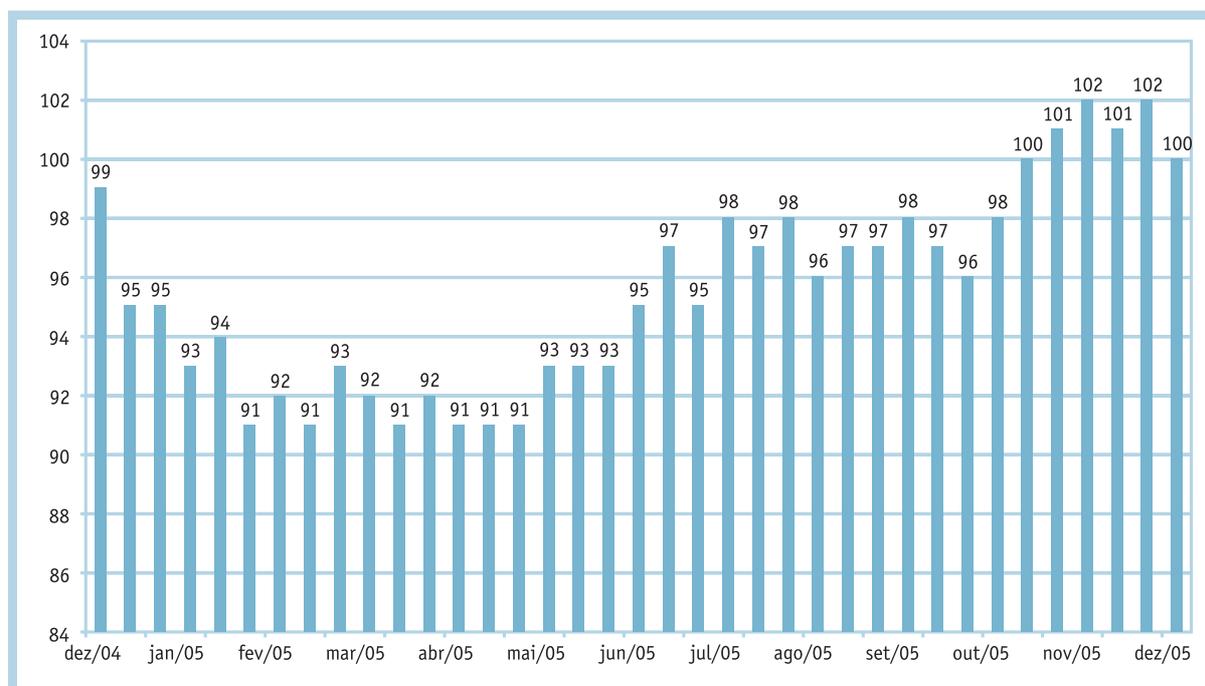


Gráfico 23 – Brasil. Massa real de rendimentos habitualmente recebida pelas pessoas ocupadas (base 100: dez 2002)

Fonte: IEDI. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

um ligeiro aumento dos rendimentos dos trabalhadores com carteira no setor privado (0,7%) e uma expansão de 13,5% do rendimento médio dos trabalhadores sem carteira.

Salvador exhibe estabilidade no rendimento médio real em dezembro, em relação ao mês anterior. Porém, cresceu 10,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em Recife, o rendimento médio de R\$ 699,9 no mês de dezembro significou um incremento de 0,4% em relação a novembro de 2005 e de 6,4% no confronto com o mesmo período do ano anterior.

Os rendimentos dos trabalhadores com carteira registram comportamentos diferenciados em 2005. Salvador exhibe uma tendência predominantemente ascendente entre maio e dezembro 2005. Com relação a Recife, é possível constatar movimentos distintos no decorrer do ano: entre janeiro e março, o rendimento médio assinala um comportamento de-

crescente; de abril a setembro, constata-se uma tendência crescente; entre setembro e novembro, o rendimento médio volta a registrar recuo, atingindo o menor valor do segundo semestre, para em seguida apresentar uma pequena recuperação no mês de dezembro. (Gráfico 24).

Comparando pontualmente dezembro de 2005 com o mesmo período de 2004, observa-se que Salvador e Recife assinalam, respectivamente, incrementos de 4,3% e 4,2% dos rendimentos dos trabalhadores com carteira.

Em 2005, os rendimentos dos trabalhadores sem carteira em Salvador apresentaram um movimento ascendente no período janeiro-abril, para em seguida registrar uma tendência descendente entre abril e julho e novamente registrar expansão de julho a dezembro. Já Recife exhibe um movimento cíclico em 2005 no confronto mês/mês anterior (Gráfico 25).

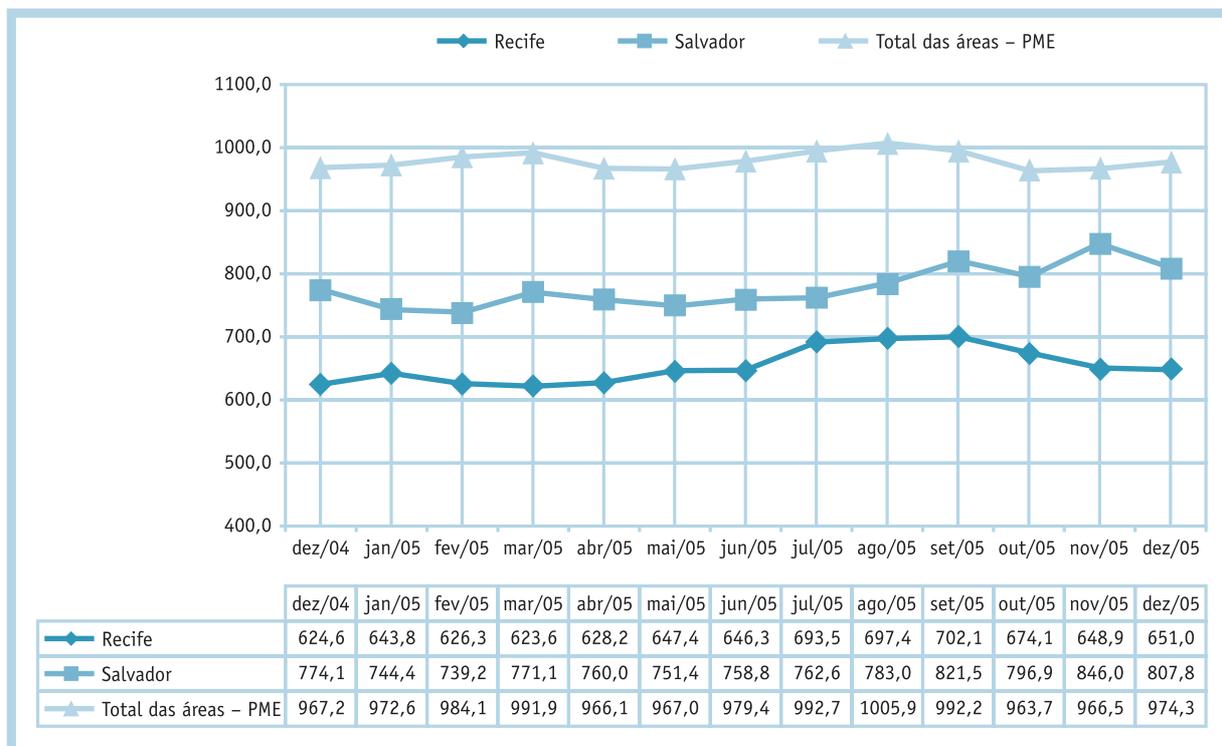


Gráfico 24 – Rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores com carteira assinada para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador (dez.04/ dez.05)

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de emprego. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

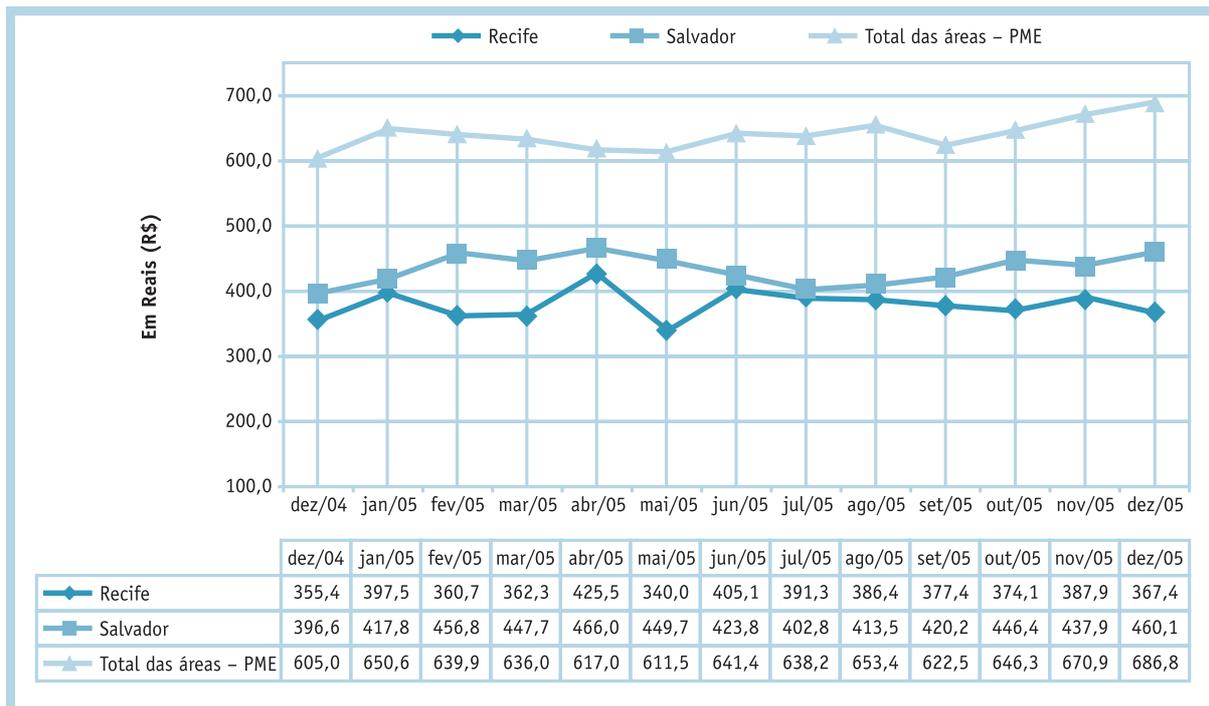


Gráfico 25 – Rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores sem carteira assinada para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador (dez.04/ dez.05)

Fonte: IBGE. Pesquisa mensal de emprego. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

8.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Emprego Formal

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego⁶², para novembro de 2005, registraram saldo líquido de 13,8 mil empregos formais, decorrente de 967,7 mil admissões em contraponto a 953,9 mil desligamentos. O saldo representa um aumento de 0,05 % em relação ao mês anterior. No acumulado do ano (janeiro-novembro/2005), teve um incremento de 6,25% (1,5 milhões de novos postos de trabalho). Esse é o segundo melhor resultado do período, inferior apenas ao acumulado de janeiro-novembro/2004 (1,9 milhões). Nos últimos doze meses (de-

zembro/2004-novembro/2005), observou-se um crescimento do emprego formal de 4,76%, 1,2 milhões de novos vínculos com carteira.

Setorialmente, o Comércio foi responsável pelo maior número de postos de trabalho criados em novembro de 2005, contabilizando 74.505 novos empregos, o melhor desempenho do ano. No entanto, em termos percentuais, ocorreu um ligeiro incremento de 1,3%. Essa performance está relacionada com o consumo de fim de ano e com mudanças institucionais no mercado de crédito, que possibilitaram a com-

⁶² CEGED. Disponível em: <www.caged.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

pra de bens duráveis por uma parcela da população antes marginalizada. Em seguida, vêm Serviços e Administração Pública, correspondendo, respectivamente, 42.360 e 74.505 novos postos de trabalho.

Apenas dois setores apresentam um forte crescimento na geração de empregos formais, no mês em análise, e ambos estão vinculados ao setor público, seja diretamente, a administração pública (0,17% em 2005 contra -0,30% em 2004), seja indiretamente, os serviços industriais de utilidade pública (0,30% em 2005 contra -0,40% em 2004), o que representa um aumento de 176,1% e 129,2% no saldo mensal, respectivamente.

Entretanto, três setores apresentaram saldo negativo no mês em análise: Agropecuária, Indústria de Transformação e Construção Civil. Na Agropecuária, o setor eliminou, pelo 4º mês consecutivo, 57.088 postos de trabalho com carteira assinada devido a fatores conjunturais, como a elevação dos preços mundiais, e a sazonalidade, entressafra no centro-sul do País. A Indústria de Transformação registrou saldo negativo de 44.815, uma retração de 0,72%, em virtude, também, de fatores sazonais. Já a Construção Civil contabilizou uma queda de 0,31% na geração de empregos, com a eliminação de 3.515 postos de trabalho.

No acumulado do ano, todos os setores de atividade econômica apresentaram saldo líquido positivo no balanço entre admissões e desligamentos, onde o setor serviços lidera na geração de empregos com 617.105 postos de trabalhos criados. Em seguida, vêm o Comércio e a

Indústria de Transformação, correspondendo, respectivamente, a 24,4 % e 18,2% de participação do saldo total. Destaque para a Construção Civil que registrou um crescimento de 11,4%, correspondendo a 115.391 novas contratações – o melhor resultado da série histórica. Vale ressaltar que os dados contabilizados para a Construção Civil e para a Indústria de Transformação constituíram o melhor desempenho da série histórica.

Vale salientar que além de todos os setores apresentaram variação positiva no acumulado do ano, quatro setores registraram incrementos superiores aos verificados em 2004, indicando manutenção da trajetória de crescimento do emprego: Serviços Industriais de Utilidade Pública (4,2% em 2005 contra 1,8% em 2004), Construção Civil (11,5% em 2005 contra 9,0% em 2004), Serviços (6,4% em 2005 contra 5,8% em 2004) e Administração Pública (5,6% em 2005 contra 3,2% em 2004).

Nos doze meses, todos os setores analisados assinalaram saldo positivo em termos de geração de emprego, com exceção da agricultura (-2,54%), responsável pela desativação de 35.717 empregos. Os maiores destaques foram os serviços (550.824 vagas), o Comércio (386.854 vagas) e a Indústria de Transformação (169.083 vagas).

Com exceção de Alagoas, todos os Estados da região Nordeste apresentaram saldo líquido positivo no mês em análise. Os dados do

Tabela 23 – Variação absoluta no acumulado do ano do emprego formal, segundo os setores de atividade econômica - Brasil.

Mês/ Ano	Total das Atividades	Extrativa Mineral	Ind. De Transf.	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
Jan. a Nov./02	1.011.928	6.024	226.799	5.600	14.454	277.540	343.248	27.691	110.619
Jan. a Nov./03	945.351	7.072	213.876	2.491	-8.503	225.317	334.815	22.431	147.027
Jan. a Nov./04	1.875.369	10.543	616.347	5.527	5.527	393.029	536.404	22.527	204.798
Jan. a Nov./05	1.540.700	9.821	280.820	12.682	12.682	375.943	617.105	39.044	89.807

Fonte: CAGED. Disponível em: <www.caged.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Caged⁶³ para o Maranhão indicam que, pelo décimo primeiro mês consecutivo o Estado apresentou saldo positivo na geração de emprego formal. No mês de novembro, houve incremento de 1.947 novos postos de trabalho, com variação positiva de 0,83%. No período janeiro-novembro, o saldo de 15.473 novas frentes de trabalho equivale a um aumento de 7,18% em comparação ao mesmo período do ano passado. Analisando setorialmente, constatou-se que os setores que mais se destacaram foram o Comércio, com 1.064 novos postos de trabalho (1,63%), e os Serviços, 781 empregos formais (0,80%).

Pelo décimo mês consecutivo, o Estado do Piauí vem apresentando resultados positivos em termos de geração de novos postos de trabalho. Em novembro de 2005, o incremento no contingente de assalariados com carteira assinada foi de 0,45% (ou 959 novas oportunidades). No acumulado do ano houve aumento de 4,16% no número de postos de trabalho, o que significou 8.607 novas ocupações formais. Nos últimos doze meses, foram geradas 6.618 vagas de emprego celetista, correspondentes ao aumento de 3,17%. Em novembro de 2005, impulsionaram a oferta de emprego formal o Comércio (1,91% ou 837 vagas de trabalho), a Agricultura (4,62% ou 228 vagas de trabalho) e os Serviços (0,35% ou 194 vagas de trabalho). A Indústria de Transformação (-0,99%) e a Construção Civil (-0,87%) foram responsáveis pela desativação de 219 e 104 vagas, respectivamente.

De acordo com os dados do Caged⁶⁴, em novembro, o Estado do Ceará apresentou a melhor performance, em termos absolutos, da região Nordeste. No mês em análise, foram criados 4.975 empregos de carteira assinada, o equivalente a um aumento de 0,75%. Os seto-

res que mais demandaram trabalho formal foram o Comércio (2,03%) e Serviços (0,96%). Por outro lado, Construção Civil, Agropecuária e Serviços Industriais de Utilidade Pública responderam pela redução de 193, 48 e 37 postos de trabalho formal, em novembro respectivamente. No acumulado do ano, o Estado totalizou a criação de 32.831 empregos formais, superior ao mesmo período de 2004 (29.536 novos postos de trabalho).

O Estado do Rio Grande do Norte apresentou, pelo quarto mês consecutivo, uma taxa de crescimento no nível de emprego formal, segundo o Caged⁶⁵. O Estado fechou o mês de novembro com saldo de 2.176 novos postos de trabalho, variação de 0,79%. No acumulado do ano, o montante é de 18.185, crescimento de 7,23% em relação a igual período de 2004. Os setores que elevaram o emprego formal no Estado foram, Comércio, 1.080 postos de trabalho (1,66%) e os Serviços, 1.008 novos empregos formais (1,05%).

Pelo oitavo mês consecutivo, em novembro/2005, a Paraíba assinalou crescimento do emprego celetista, com a geração de 1.956 postos de trabalho nesse mês (elevação de 0,87%). De janeiro a novembro de 2005, a demanda de trabalho formal registrou incremento de 5,48%, significando a geração de 11.761 postos de trabalho. Nos últimos doze meses, o percentual de crescimento do emprego formal foi de 4,70%, equivalente à geração de 10.168 ocupações celetistas. Setorialmente, os principais responsáveis pela geração de novos empregos foram o Comércio (2,32% ou 1.176 vagas), os Serviços (0,38% ou 295 vagas), a Administração Pública (3,25% ou 294 vagas) e a Indústria de Transformação (0,49% ou 265 vagas).

⁶³ Id.

⁶⁴ Id.

⁶⁵ Id.

Pernambuco mantém trajetória de crescimento pelo oitavo mês consecutivo. O nível de emprego formal registrou acréscimo de 2.591 postos de trabalho, (0,34%). Os setores que contribuíram para esse resultado foram Serviços e Comércio, os quais contabilizaram o incremento, respectivamente, de 2.820 e 915 ocupações formais em novembro. Todavia, a Agricultura, Serviço Industrial de Utilidade Pública e Construção Civil assinalaram redução no contingente de emprego formal. Entre janeiro e novembro de 2005, foram criadas 45.869 vagas, uma variação de 6,37% — o segundo melhor desempenho da região Nordeste em termos absolutos. Todos os setores apresentaram saldo líquido positivo no acumulado do ano.

Após dois meses consecutivos da retomada da criação de empregos, Alagoas apresentou uma ligeira queda com uma variação de -0,03% em novembro (-64 postos). No que se refere ao acumulado do ano, a evolução do emprego formal demonstrou melhora ao registrar a criação de 8.629 postos de trabalho formal, comparado ao acumulado de janeiro a agosto. Por outro lado, Comércio e Agropecuária foram responsáveis pela abertura de 918 ocupações formais. Nos últimos doze meses, verifica-se o incremento de 2,59% nos saldos positivos no Estado, o que significa a criação de 6.296 postos de tra-

balho com carteira assinada. Setorialmente, a Construção Civil, a Indústria de Transformação e Serviços eliminaram, respectivamente, 494, 412 e 85 postos de trabalho com carteira assinada em novembro.

O emprego formal no Estado de Sergipe apresentou crescimento pelo oitavo mês consecutivo. Em novembro, o número de novos empregos celetistas elevou-se em 0,53%, o que representa a geração de 903 novos postos de trabalho. No acumulado do ano, o estoque de empregos formais registrou uma elevação de 5,17% em relação a igual período de 2004. Em valores absolutos, isso representa 8.150 novas frentes de trabalho em 2005. Setorialmente, o destaque fica para o Comércio (1,85%), a Indústria de Transformação (+1,29%) e a Construção Civil (1,02%), 707, 357 e 142 novos postos respectivamente.

A Bahia registrou incremento de 0,25% no mês de novembro/ 2005, significando a geração de 2.655 novos empregos celetistas. No acumulado do ano apresentou o terceiro maior incremento dentre os Estados da região Nordeste (6,86%), 69.743 novos postos de trabalho. Nos últimos doze meses o Estado totalizou a criação de 64.556 empregos formais, variação de 6,32%.

Os setores que mais demandaram trabalho formal no mês em análise foram os serviços

Tabela 24 – Evolução do emprego por nível geográfico: Região Nordeste

Nível Geográfico	Variação (%)		
	Nov./05	Acumulado no Ano	Últimos 12 Meses
Nordeste	0,47	6,00	5,22
Maranhão	0,85	7,18	6,10
Piauí	0,45	4,16	3,17
Ceará	0,76	5,24	4,64
Rio Grande do Norte	0,81	7,23	5,37
Paraíba	0,87	5,48	4,70
Pernambuco	0,34	6,37	5,65
Alagoas	-0,03	3,52	2,54
Sergipe	0,55	5,17	4,59
Bahia	0,25	6,86	6,32

Fonte: CAGED. Disponível em: <www.caged.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

(0,55% ou 2.539 vagas) e o Comércio (0,89% ou 2.360 vagas). Em contrapartida, a agricultura (-2,47%) e a Indústria de Transformação (-0,24%) foram responsáveis pela redução de 2.137 e 374 postos de trabalho, respectivamente.

O Nordeste alcançou, no mês de novembro, a segunda maior variação no nível de emprego (0,47%), perdendo apenas para o Sul 0,49%. No acumulado do ano, a região sustenta uma variação de 6,0%, quarta entre as regiões.

No mês de novembro, observou-se no Nordeste um saldo positivo de 18.099 empregos criados. Entretanto, observa-se uma redução de 48,9% do emprego com relação ao mês anterior, atribuída fundamentalmente à Indústria de Transformação (-203 postos de trabalho), à Agropecuária (-212 postos de trabalho) e à Construção Civil (-3.118 vagas).

O Comércio foi o que mais se destacou com 13.421 empregos, variação de 13,5% com relação ao mesmo mês de 2004, consequência de

mudanças nos parâmetros macroeconômicos que favoreceram o crescimento do terciário, tendência já observada desde 2004. A expansão da oferta de emprego nas atividades relacionadas à demanda de consumo de fim de ano corresponde ao componente sazonal que afeta a movimentação do emprego. O setor de Serviços foi o segundo maior ofertante com 8.211 novos empregos celetistas, variação de 68,9%. O mês em análise apresentou uma forte redução nos demais setores, quando foi constatado um saldo negativo. A Agropecuária, que nos meses anteriores vinha apresentando saldo positivo, foi o setor que apresentou maior redução do seu saldo (-3.118), retração de 11,24%, com relação ao mesmo mês do ano anterior. Porém, verifica-se que esse fato é tradicional no setor, nesse período de fim de ano.

No acumulado do ano, a região registra um saldo positivo de 219.204 empregos formais, variação de 2,1%, representando 14,23% do saldo nacional. Os Serviços continuam se destacando com um saldo de 85.529, quase 40% do saldo da região. ●

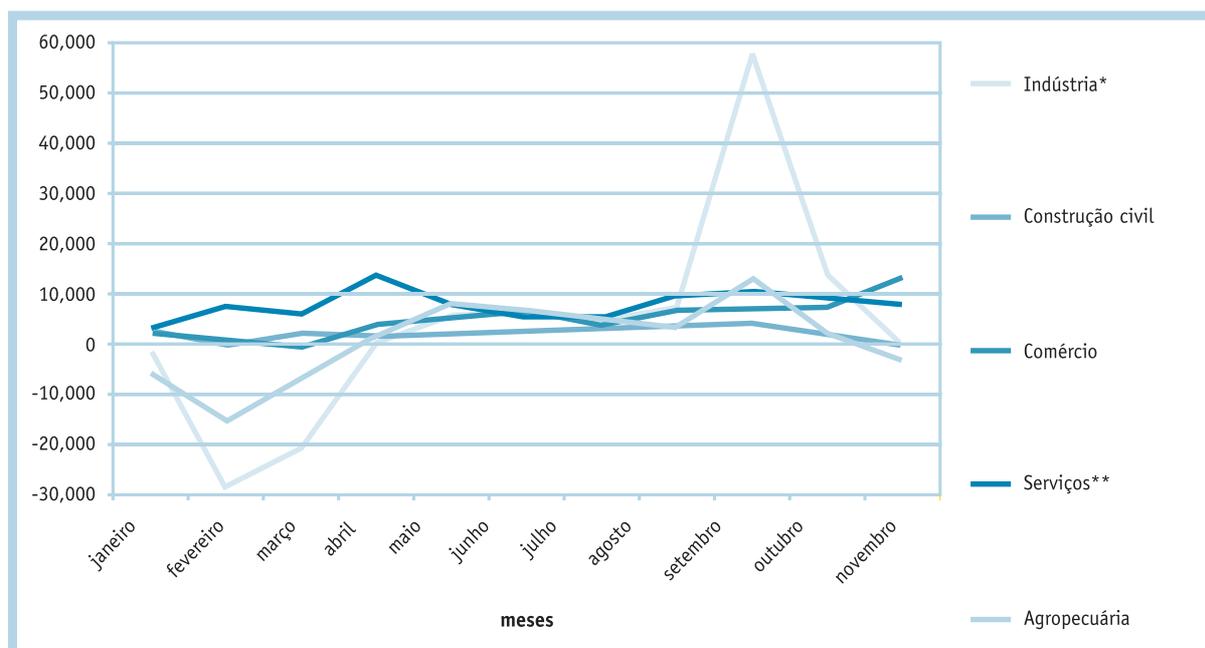


Gráfico 26 – Nordeste: evolução do emprego formal em 2005 (jan./nov.)

Fonte: CAGED. Disponível em: <www.caged.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (*) Inclui: Extrativa Mineral; Ind. Transformação; Serv. Ind. Util. Púb.

(**) Inclui: Serviços e Adm. Pública.

9 - SETOR EXTERNO

2005 destaca-se pelo recorde histórico no resultado da balança comercial

9.1 - Balança Comercial Brasileira

Em 2005, as exportações somaram US\$ 118,308 bilhões, e em comparação com o ano de 2004, cresceram 22,6%. As importações fecharam com US\$ 73,551 bilhões (+ 17,1%), valor igualmente recorde histórico para o período. O saldo comercial alcançou, portanto, US\$ 44,757 bilhões e a corrente de comércio (ex-

portações + importações), US\$ 191,859 bilhões, valores também bastante expressivos, suplantando o saldo comercial e a corrente de comércio registrados em 2004, de US\$ 33,641 bilhões e US\$ 159,310 bilhões, respectivamente. Entre esses dois anos, o saldo comercial cresceu 33,0% e a corrente de comércio, 20,4% (Tabela 25).

Tabela 25 – Balança comercial brasileira: dezembro de 2005 (US\$ milhões FOB)

Período	Dias Úteis	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		CORR. COMÉRCIO		SALDO
		Valor	Média p/dia útil	Valor	Média p/dia útil	Valor	Média p/dia útil	Valor
Acumulado no ano	251	118.308	471,3	73.551	293,0	191.859	764,4	44.757
Janeiro	21	7.444	354,5	5.257	250,3	12.701	604,8	2187
Fevereiro	18	7.756	430,9	4.980	276,7	12.736	707,6	2776
Março	22	9.251	420,5	5.909	268,6	15.160	689,1	3342
Abril	20	9.202	460,1	5.332	266,6	14.534	726,7	3870
Mai	21	9.818	467,5	6.368	303,2	16.186	770,8	3450
Junho	22	10.206	463,9	6.182	281,0	16.388	744,9	4024
Julho	21	11.062	526,8	6.057	288,4	17.119	815,2	5005
Agosto	23	11.346	493,3	7.687	334,2	19.033	827,5	3659
Setembro	21	10.634	506,4	6.308	300,4	16.942	806,8	4326
Outubro	20	9.903	495,2	6.220	311,0	16.123	806,2	3683
Novembro	20	10.790	539,5	6.700	335,0	17.490	874,5	4090
Dezembro	22	10.896	495,3	6.551	297,8	17.447	793,0	4345

Fonte: SECEX/MDIC. Dezembro/2005: 22 dias úteis; Novembro/2005: 20 dias úteis; Dezembro/2004: 23 dias úteis.

9.1.1 - EXPORTAÇÕES

Em valor, as exportações de manufaturados totalizaram US\$ 65,144 bilhões, em 2005, o que representou aumento de 23,5% sobre 2004. As exportações de básicos somaram US\$ 34,721 bilhões e os semimanufaturados, US\$ 15,961 bilhões, com expansão de, respectivamente, 22,2% e 19,3% sobre 2004. Todas essas três categorias de produtos registraram cifras recordes históricas.

O bom desempenho dos produtos manufaturados refletiu-se também na elevação de sua participação na pauta, que passou de 54,9%, em 2004, para 55,1%, em 2005. Além disso, a categoria de produtos manufaturados foi a que mais contribuiu para a elevação das exportações em 2005 sobre 2004, ao gerar acréscimo de divisas de US\$ 12,196 bilhões, representando 55,9% do aumento das exportações, seguido por básicos – US\$ 6,203 bilhões (28,4%) – e semimanufaturados – US\$ 2,530 bilhões (11,6%).

Os manufaturados foram o segmento de produtos cujo aumento das vendas parece ter sido mais influenciado pela ampliação das quantidades embarcadas, uma vez que o *quantum* cresceu 11,0% e o preço 10,9%, elevando, assim, a participação de produtos de maior valor agregado na pauta de exportação e a maior inserção de produtos brasileiros representativos dessa categoria de bens no mercado internacional (Tabela 26).

Considerando as exportações por segmento, o de material de transporte totalizou vendas

externas de US\$ 19,1 bilhões, destacando-se como o principal setor exportador, ao representar 16,2% das exportações de 2005 e aumento de 19,2% sobre 2004.

Ainda em ordem decrescente de valor, destacaram as exportações de produtos metalúrgicos (US\$ 12,6 bilhões, participação de 10,7%), complexo soja (US\$ 9,5 bilhões, 8,0%), petróleo e derivados (US\$ 9,1 bilhões, 7,7%), minérios (US\$ 8,0 bilhões, 6,8%), carnes (US\$ 8,0 bilhões, 6,8%), produtos das indústrias químicas (US\$ 7,5 bilhões, 6,3%), máquinas e equipamentos (US\$ 6,9 bilhões, 5,9%), aparelhos elétricos e eletrônicos (US\$ 5,0 bilhões, 4,2%) e açúcar e álcool (US\$ 4,7 bilhões, 4,0%).

No comparativo janeiro/dezembro de 2005 com o mesmo período de 2004, houve crescimento das vendas brasileiras para todos os principais blocos econômicos.

A Europa Oriental é a região em que as exportações brasileiras apresentaram o maior crescimento. As vendas para essa região cresceram 55,8% e sua participação nas exportações brasileiras passou de 2,6%, em 2004, para 3,3%, no ano passado. O principal mercado de destino no bloco, a Rússia, registrou expansão de 76,0% de suas compras provenientes do Brasil, passando de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 2,9 bilhões. Desta forma, tornou-se o décimo prin-

Tabela 26 – Variação (%) dos índices de preço e *quantum* janeiro/dezembro – 2005/2004

	Preço	Quantum
Exportação Total	12,2	9,3
Básicos	14,2	6,6
Semimanufaturados	11,8	6,3
Manufaturados	10,9	11,0

Fonte: FUNCEX. Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações.

principal destino das exportações brasileiras, superando tradicionais mercados como França, Reino Unido, Bélgica e Espanha. Esse aumento se deveu ao incremento das vendas de carnes suína, bovina e de frango; açúcar; fumo em folhas e preparações alimentícias. Apresentaram bons resultados nessa região, os seguintes mercados: a Bulgária (+26,0%, para US\$ 201,4 milhões) e a Ucrânia (+20,2%, para US\$ 220,5 milhões) (Tabela 27).

O segundo maior crescimento relativo aconteceu nas vendas para a África, com aumento de 41,4%, ao passarem de US\$ 4,2 bilhões para US\$ 6,0 bilhões. O principal mercado de destino na região foi a África do Sul (US\$ 1,4 bilhão, +32,2%), seguida de Nigéria (US\$ 953,1 milhões, +88,7%), Egito (US\$ 868,0 milhões,

+39,2%), Angola (US\$ 520,4 milhões, +45,9%), Marrocos (US\$ 414,1 milhões, +18,7%) e Argélia (US\$ 384,3 milhões, +10,3%). Dentre os mercados que registraram expansão significativa das exportações, embora com pequena participação na pauta, destacam-se: República Centro-Africana (+401,3%, para US\$ 2,0 milhões); Quênia (+277,3%, para US\$ 76,3 milhões); Guiné-Bissau (+267,0%, para US\$ 1,0 milhão); Chade (+262,6%, para US\$ 520 mil); Camarões (+204,4%, para US\$ 87,7 milhões); Burkina Faso (+180,3%, para US\$ 19,3 milhões); e Lesoto (+176,9%, para US\$ 1,3 milhão). A participação relativa da África nas exportações brasileiras cresceu de 4,4%, entre janeiro-dezembro de 2004, para 5,1%, no mesmo período de 2005.

Tabela 27 – Exportação brasileira: principais blocos econômicos. jan./dez.– 2005/2004 (US\$ milhões FOB)

	Janeiro/Dezembro		Var.% 2005/04 p/média diária	Part. %	
	2005	2004		2005	2004
UNIÃO EUROPÉIA	26.493	24.160	10,1	22,4	25,0
ALADI	25.428	19.699	29,6	21,5	20,4
- MERCOSUL	11.726	8.912	32,1	9,9	9,2
- Argentina	9.915	7.373	35,0	8,4	7,6
- DEMAIS DA ALADI	13.702	10.787	27,5	11,6	11,2
EUA (1)	22.741	20.341	12,2	19,2	21,1
ÁSIA	18.552	14.564	27,9	15,7	15,1
- China	6.834	5.440	26,1	5,8	5,6
ÁFRICA	5.977	4.245	41,4	5,1	4,4
ORIENTE MÉDIO	4.286	3.687	16,7	3,6	3,8
EUROPA ORIENTAL	3.861	2.488	55,8	3,3	2,6
DEMAIS	10.970	7.291	51,1	9,3	7,6
TOTAL	118.308	96.475	23,1	100,0	100,0

Fonte: SECEX/MDIC. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006

Nota: (1) inclui Porto Rico.

9.1.2 - Importações

Comparando os anos de 2005 e 2004, houve crescimento das importações em 17,5%. No período, todas as categorias apresentaram ampliação nos gastos: bens de capital (+27,2%), bens de consumo (+24,1%), combustíveis e lubrificantes (+16,0%) e matérias-primas e intermediários (+13,1%).

Na categoria bens de capital, destaca-se o aumento nas aquisições de equipamento móvel de transporte (+58,9%), outros bens e equipamentos para agricultura (+40,2%), equipamento fixo de transporte (+35,0%), maquinaria industrial (+29,6%), máquinas e aparelhos de es-

critério e serviço científico (+25,9%), acessórios de maquinaria industrial (+16,1%), ferramentas (+14,8%) e partes e peças de bens de capital para indústria (+14,8%) (Tabela 28).

Na categoria de bens de consumo, ampliaram-se as vendas de bens não-duráveis (+24,5%) e bens duráveis (+23,6%). Contribuíram para o aumento dos bens não-duráveis os seguintes produtos: vestuário e confecções (+54,6%), produtos alimentícios (+29,8%), produtos de toucador (+16,3%), produtos farmacêuticos (+15,8%) e bebidas e tabacos (+14,6%). No rol dos bens duráveis, os principais acréscimos foram apontados em: automó-

veis de passageiros (+42,0%), máquinas e aparelhos para uso doméstico (+28,4%), objetos de adorno e uso pessoal (+22,1%), utensílios domésticos (+18,5%) e móveis e outros equipamentos para casa (+5,0%).

Comparados os anos fechados de 2005 e 2004, o crescimento das importações brasileiras deveu-se à ampliação das aquisições de produtos de todos os principais blocos econômicos, com exceção apenas da Europa Oriental (-10,6%), destacando-se: Ásia (+38,5%); Aladi, exclusive Mercosul (+16,3%); União Européia (+14,8%); Estados Unidos (+12,3%); Mercosul (+11,2%); Oriente Médio (+9,4%); e África (+8,6%) (Tabela 29).

Tabela 28 – Importação brasileira por categoria de uso (jan./dez.– 2005/2004)

	Janeiro/Dezembro		Var.% 2005/04 p/média diária	Part. %	
	2005	2004		2005	2004
Bens de Capital	15.385	12.144	27,2	20,9	19,3
Matérias-primas e Intermediários	37.761	33.512	13,1	51,3	53,3
Bens de Consumo	8.482	6.863	24,1	11,5	10,9
- Não-duráveis	4.555	3.673	24,5	6,2	5,8
- Duráveis	3.927	3.190	23,6	5,3	5,1
. Automóveis	819	583	41,0	1,1	0,9
Combustíveis e Lubrificantes	11.923	10.315	16,0	16,2	16,4
- Petróleo	7.665	6.771	13,7	10,4	10,8
- Demais	4.258	3.544	20,6	5,8	5,6
Total	73.551	62.835	17,5	100,0	100,0

Fonte: SECEX/MDIC. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

Tabela 29 – Importação brasileira: principais blocos econômicos (jan./dez.-2005/2004)

	Janeiro/Dezembro		Var.% 2005/04 p/média diária	Part. %	
	2005	2004		2005	2004
UNIÃO EUROPÉIA	18.146	15.928	14,84	24,67	25,35
ÁSIA	16.870	12.280	38,48	22,94	19,54
- China	5.353	3.710	45,44	7,28	5,90
EUA (1)	12.851	11.530	12,35	17,47	18,35
ALADI	11.567	10.027	16,28	15,73	15,96
- MERCOSUL	7.052	6.390	11,24	9,59	10,17
- Argentina	6.239	5.570	12,91	8,48	8,86
- DEMAIS DA ALADI	4.515	3.637	25,13	6,14	5,79
ÁFRICA	6.667	6.186	8,64	9,06	9,84
ORIENTE MÉDIO	2.510	2.312	9,43	3,41	3,68
EUROPA ORIENTAL	1.174	1.324	-10,62	1,60	2,11
DEMAIS	3.766	3.248	16,88	5,12	5,17
TOTAL	73.551	62.835	17,99	100,00	100,00

Fonte: SECEX/MDIC. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

Nota: (1) inclui Porto Rico.

9.2 Balança Comercial Nordestina

Nos primeiros dez meses de 2005, o comportamento da balança comercial nordestina apresenta algumas nuances diferentes do desempenho nacional. Enquanto na economia brasileira as taxas de crescimento do saldo da balança comercial, em comparação mensal (mês/mesmo mês ano anterior), sempre são positivas, no Nordeste, verificam-se taxas negativas de incremento nos meses de maio (-2,9%), junho(-43,4%) e agosto (-36,0%) (Tabela 30).

As exportações internacionais do Nordeste em 2005 alcançaram US\$ 10,554 bilhões, 31,3% a mais que o valor obtido no ano passado. Essa expansão, acima daquela atingida pela economia brasileira (22,6%) resultou em aumento da participação das exportações nordestinas no total nacional – de 8,3% para 8,9% – na comparação de 2004 com 2005.

As importações nordestinas, por sua vez, alcançaram US\$ 6,268 bilhões, significando um crescimento de 13,7% sobre o registrado em 2004. Com isso, o saldo da balança comer-

cial alcançou US\$ 4,287 bilhões, 28% superior ao obtido em 2004. Todos os Estados nordestinos, com exceção de Sergipe (US\$ -26,9 milhões) e Pernambuco US\$ -21,0 milhões), obtiveram superávit no saldo das suas balanças comerciais em 2005.

Dos nove Estados, sete apresentaram crescimento em seu comércio internacional, com o Maranhão, Bahia e Alagoas apresentando os maiores incrementos de corrente de comércio: 35,0%, 31,0% e 29,0%, respectivamente. De modo contrário, Rio Grande do Norte (-27,0%) e Piauí (-18,0%) evidenciaram declínio nessa mesma variável.

Quanto à participação nas exportações da região em 2005, destaca-se a liderança da Bahia, com 57,0% do total, enquanto o Maranhão (14,2%), Ceará (8,8%) e Pernambuco (7,4%) responderam, conjuntamente, por 30,4% das exportações regionais do ano.

Uma análise da pauta de exportação da Região mostra que os capítulos da NCM⁶⁶(*) mais

Tabela 30 – Saldo da balança comercial 2005 e 2004 em US\$ 1,00 FOB

Mês	Brasil 2005	Nordeste 2005	Brasil 2004	Nordeste 2004	Brasil Taxa de crescimento 2005/2004	Nordeste Taxa de crescimento 2005/2004
Janeiro	2.186.977.833	250.752.390	1.585.617.958	185.661.058	37,9	35,1
Fevereiro	2.776.100.669	337.501.547	1.964.973.430	199.690.693	41,3	69,0
Março	3.342.320.053	305.499.273	2.582.945.827	177.472.174	29,4	72,1
Abril	3.869.838.532	363.627.867	1.954.475.416	119.192.635	98,0	205,1
Maio	3.450.166.839	144.551.970	3.109.570.409	148.918.536	11,0	-2,9
Junho	4.024.017.795	208.523.461	3.798.223.150	368.162.662	5,9	-43,4
Julho	5.004.610.098	728.719.375	3.463.404.241	434.081.335	44,5	67,9
Agosto	3.659.126.951	164.071.061	3.432.687.795	256.246.086	6,6	-36,0
Setembro	4.326.192.432	315.374.876	3.169.577.194	209.565.372	36,5	50,5
Outubro	3.682.917.563	388.345.372	3.002.978.088	22.265.344	22,6	1644,2
Novembro	4.089.325.827	603.477.653	2.076.484.867	48.770.401	96,9	1137,4
Dezembro	4.345.257.372	476.267.736	3.508.385.244	354.431.743	23,9	34,4
Total	44.756.851.964	4.286.712.581	33.640.540.716	2.524.660.037	33,0	69,8

Fonte MDIC/SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB de Conjuntura Econômica.

⁶⁶ A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma lista de produtos do mercado interno e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. Possui oito dígitos e uma estrutura de classificação que contém até seis níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item e subitem.

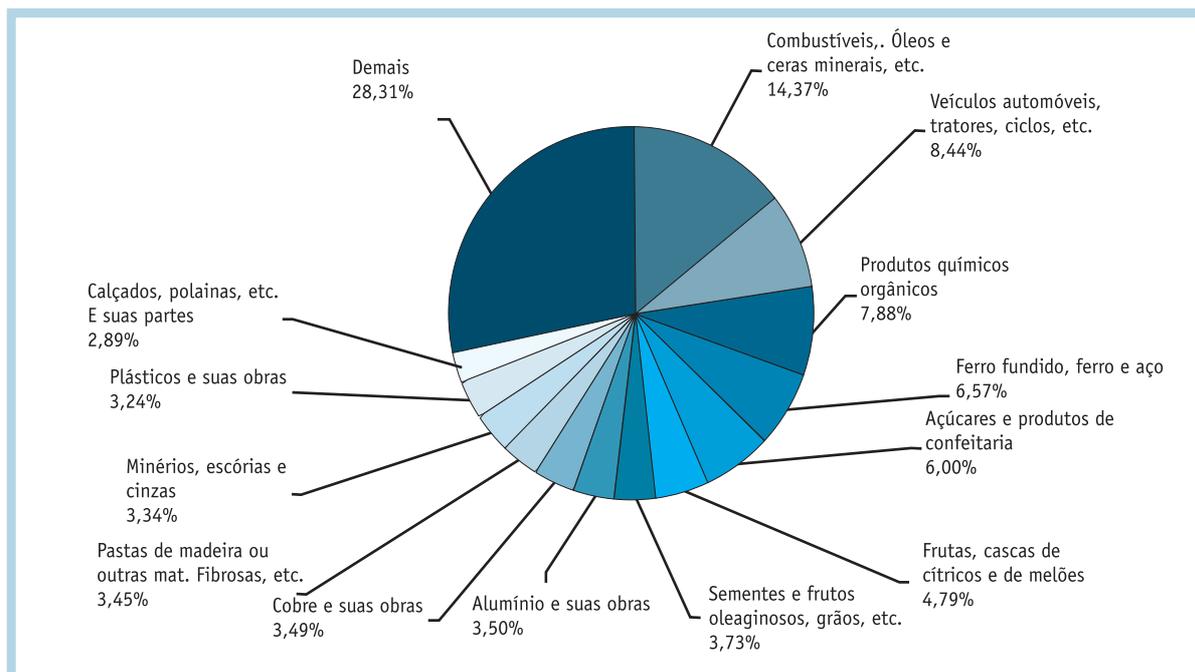


Gráfico 27 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Nordeste em 2005

Fonte: MDIC/SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

expressivos em valor são combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 1,517 bilhão); veículos, automotíveis, tratores e ciclos (US\$ 890,8 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 831,8 milhões); ferro fundido, ferro e aço (US\$ 693,8 milhões); açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 633,5 milhões) (Gráfico 27).

Constata-se, ao observar as exportações da região conforme as categorias de uso, a inserção do Nordeste como produtor e exportador de bens intermediários. Do total da pauta, 0,68% foi de bens de capital; 14,3%, combustíveis e lubrificantes; 23,6%, bens de consumo; 60,2% bens intermediários e demais operações com 1,2%. Cumpre ressaltar que os insumos industriais, subitem de bens intermediários, chegam a 47,8 do total exportado.

Em nível estadual, a Bahia, com US\$ 5.987,7 milhões exportados e expansão de 47,4% relativamente ao ano de 2004, cresceu por vários motivos: ótimo desempenho do setor de deri-

vados de petróleo, com excelentes preços no mercado externo; ampliação do mercado latino-americano, sobretudo para o México (automotíveis), Venezuela e Argentina; altas cotações de algumas *commodities* agrícolas, como o café, o cacau e frutas, e não-agrícolas, como cobre e químicos orgânicos; e a contínua inserção de novos segmentos competitivos na pauta de exportações, como móveis, calçados e material elétrico com acréscimo.

Segundo o secretário da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, José Luiz Pérez Garrido, a corrente de comércio, de US\$ 9,3 bilhões em 2005, permite prever a quebra do recorde histórico baiano, contribuindo decisivamente para o crescimento do PIB estadual e para o superávit comercial do País. (Gráfico 28).

O Maranhão, segundo maior exportador nordestino (US\$ 1,501 bilhão), manteve sua pauta de exportação concentrada em ferro fundido, ferro e aço; alumínio e suas obras; e minérios, escórias e cinzas de ferro.

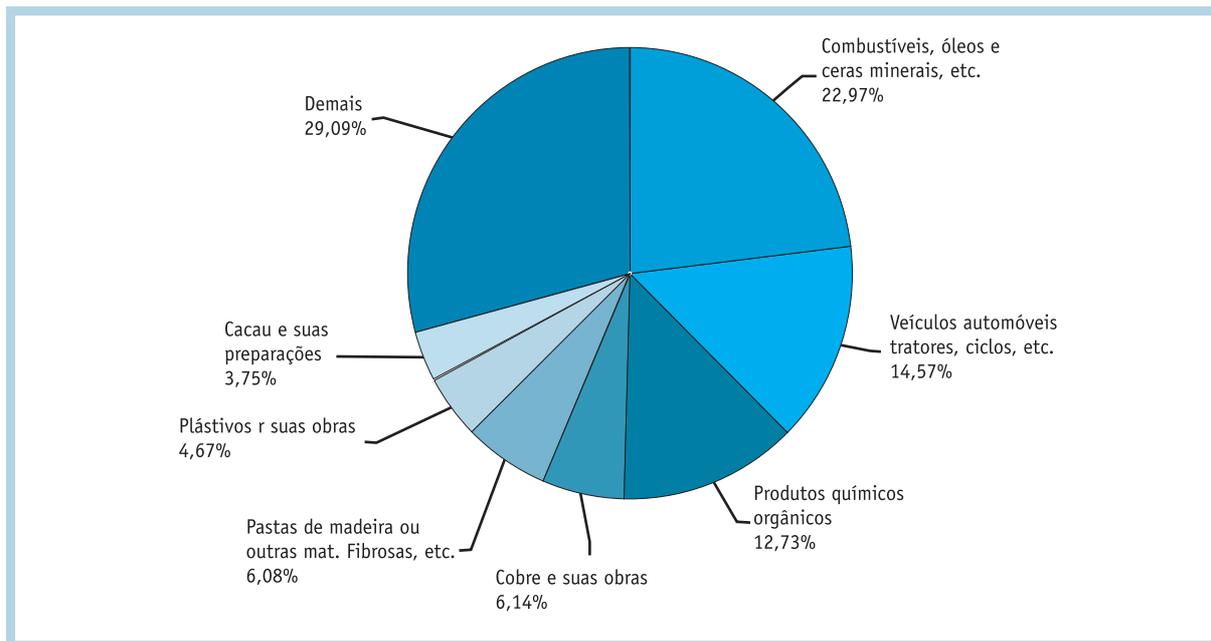


Gráfico 28 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações de Bahia em 2005

Fonte: MDIC/SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

O produto ferro fundido bruto não ligado registrou expressivo crescimento (31,6%, atingindo US\$ 435,5 milhões) e foi particularmente favorecido pelo aquecimento da demanda que vem se expandindo, estimulada pelo crescimento econômico da China. Aquele país representa 26,3% da produção mundial de aço bruto (dados de 2004)⁶⁷ e tem estoques de ferro de baixo teor, o que o obriga a importar minério da Companhia Vale do Rio Doce (Gráfico 29).

Dentre os principais itens de exportação do Maranhão, ferro fundido, ferro e aço (US\$ 435,5 milhões) registraram crescimento de 31,6%, enquanto Alumínio e suas obras (US\$ 337,0 milhões) experimentaram queda de 3,8%, em 2005, relativamente aos valores obtidos em 2004 (Gráfico 29).

No Ceará, as exportações somaram US\$ 930,5 milhões, com um crescimento de 8,3%. A pauta externa esteve concentrada, basicamente, em cinco produtos da NCM, os quais respon-

deram, conjuntamente, por 78% do total exportado: calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes (US\$ 205,2 milhões); frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 181,1 milhões); peles, exceto peleteria e couros (US\$ 117,1); algodão (US\$ 112,2 milhões); peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos (US\$ 108,3 milhões) (Gráfico 30).

Pernambuco, com exportações de US\$ 784,8 milhões experimentou uma expansão das vendas externas de 51,8%, com destaque para o segmento de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, cujo crescimento alcançou (70,0%) (Gráfico 31). De acordo com reportagem publicada no jornal *Gazeta Mercantil*⁶⁸, impresso em 21.10.2005, em Recife, parceria entre a empresa pernambucana Engeman e a companhia argentina Canplast, presente no mercado há 45 anos, especializada na área de gás natural, e que controla 70% do mercado do país vizinho, de reguladores domésticos, irá instalar

⁶⁷ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Informativo Estatístico Setor Metalúrgico*, Brasília, n.122, fev. 2005.

⁶⁸ EXPORTAÇÕES pernambucanas. *Gazeta Mercantil*, Recife, 21 out. 2005.

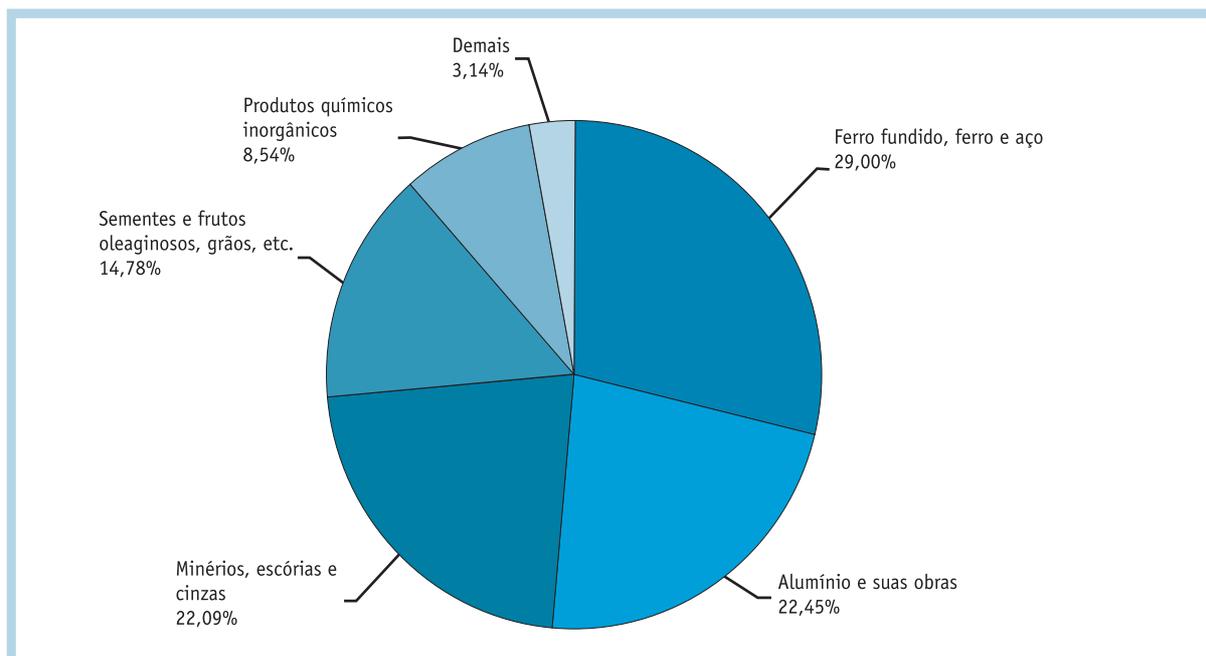


Gráfico 29 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Maranhão em 2005

Fonte: MDIC/SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

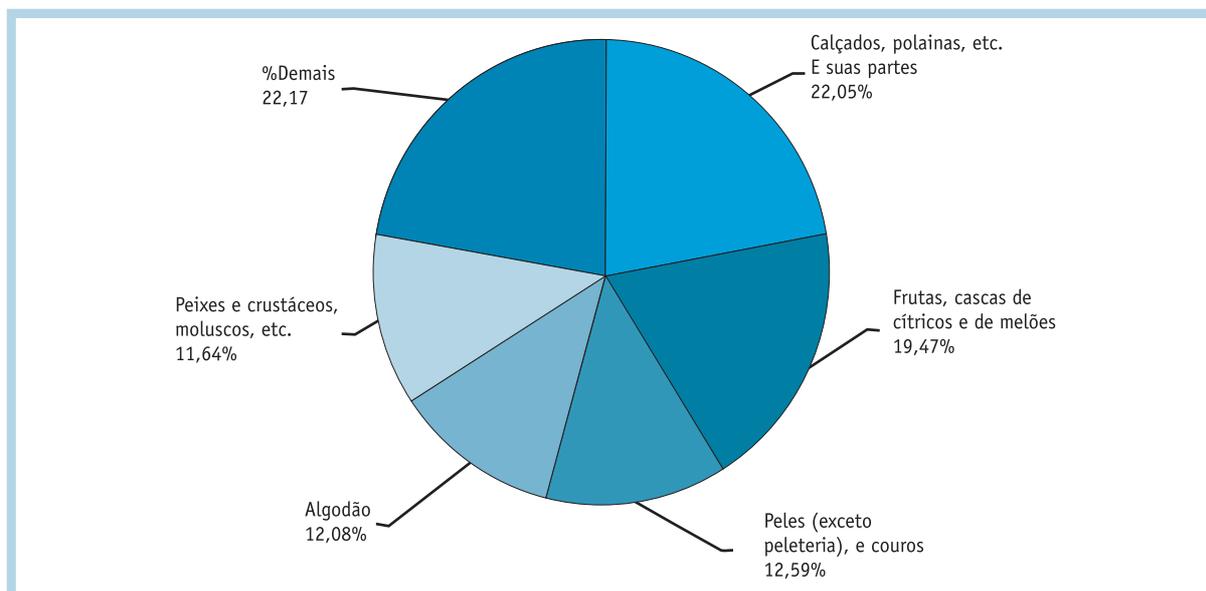


Gráfico 30 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações Ceará em 2005

Fonte: MDIC/SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

uma fábrica pioneira no Brasil, nesse setor. A fábrica será erguida em duas fases, com início previsto para janeiro de 2006. Humberto Costa, articulador da captação do investimento, afirmou que a fábrica de equipamentos para gás natural

representa um grande aporte de recursos para incremento das exportações em Pernambuco.

O item de maior peso na pauta das exportações pernambucanas, açúcares e produtos de confeitaria (com participação de 24% no total), alcançou,

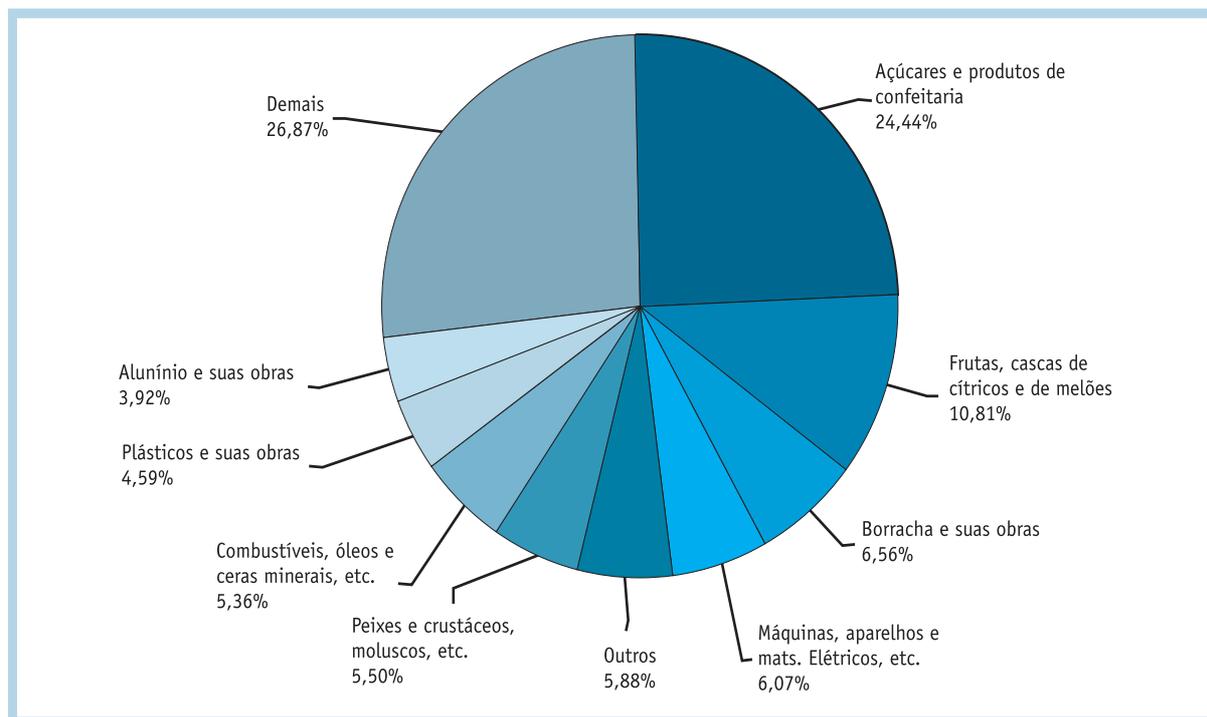


Gráfico 31 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações Pernambuco em 2005

Fonte: MDIC/SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 24 JAN. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

em 2005, US\$ 191,8 milhões com avanço de 10,8% sobre o ano passado (Gráfico 31).

O Rio Grande do Norte exportou em 2005, US\$ 413,3 milhões, representando uma queda de 27,9% (a maior do Nordeste) em relação a 2004. Apesar da queda nas exportações do Rio Grande do Norte, por conta, principalmente do petróleo, os demais produtos da pauta comercial tiveram, em geral, bom desempenho no decorrer do ano. Com essa queda, o petróleo, responsável pela redução nas exportações do Estado, passou a ocupar a segunda posição no *ranking* em vendas para o exterior. Apesar da importância e do peso que o petróleo representa para o comércio exterior potiguar, houve uma redução de 66,0% nas exportações desse produto em 2005, relativamente ao valor exportado em 2004 (de US\$ 284,2 milhões exportados em 2004, caiu para US\$ 96,9 milhões, em 2005).

Entre os produtos da pauta norte-rio-grandense que registraram expansão, merecem destaque: frutas, cascas de cítricos e de melões

(41,7%); e açúcares e produtos de confeitaria (41,8%). Um aspecto positivo desse comércio externo do Estado é que os melões e castanha de caju potiguares já estão disponíveis na maioria dos países europeus, na América do Norte e em alguns países da América Latina (Uruguai e Venezuela) (Gráfico 32).

O Estado da Paraíba (US\$ 228,0 milhões e expansão de 6,6%) teve como destaque em termos de crescimento, em 2005, o capítulo de outros artefatos têxteis confeccionados, etc. (26,1%, ou US\$ 91,2 milhões), seguido de bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (23%, ou US\$ 24,5 milhões). De modo contrário, o capítulo de algodão, com US\$ 14,9 milhões exportados, apresentou redução de 10,4% em 2005 (Gráfico 33).

O Piauí foi o Estado nordestino que apresentou a segunda maior queda nas vendas externas de 2005 em relação ao mesmo período de 2004 (-20,0%), com uma receita de exportação de US\$ 58,7 milhões. Esse montante concentrou-se nos capítulos de resíduos e des-

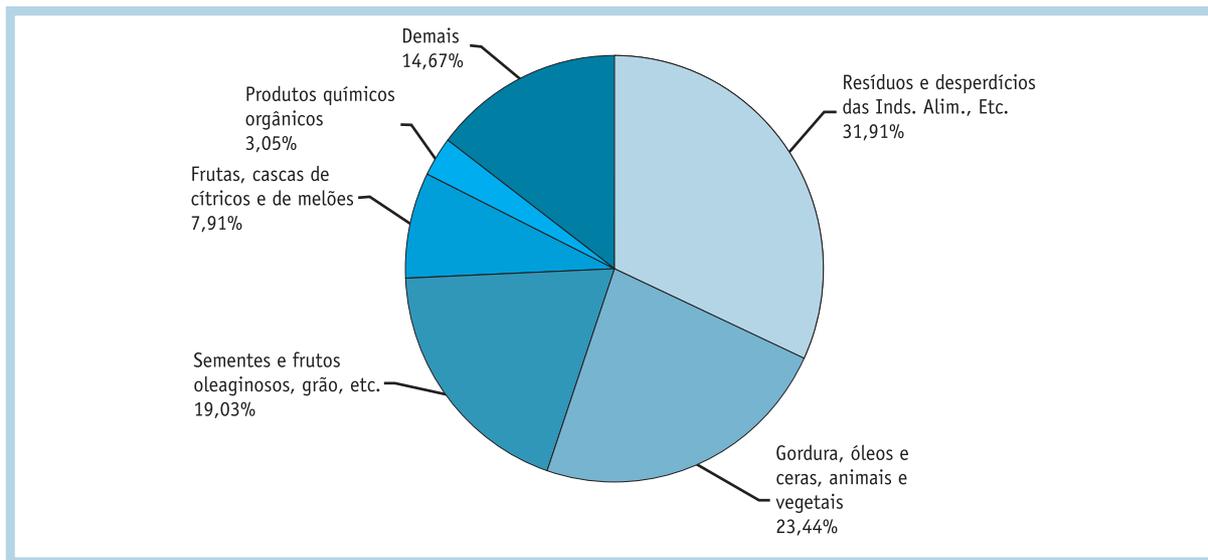


Gráfico 32 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações Rio Grande do Norte em 2005

Fonte: MDIC/SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

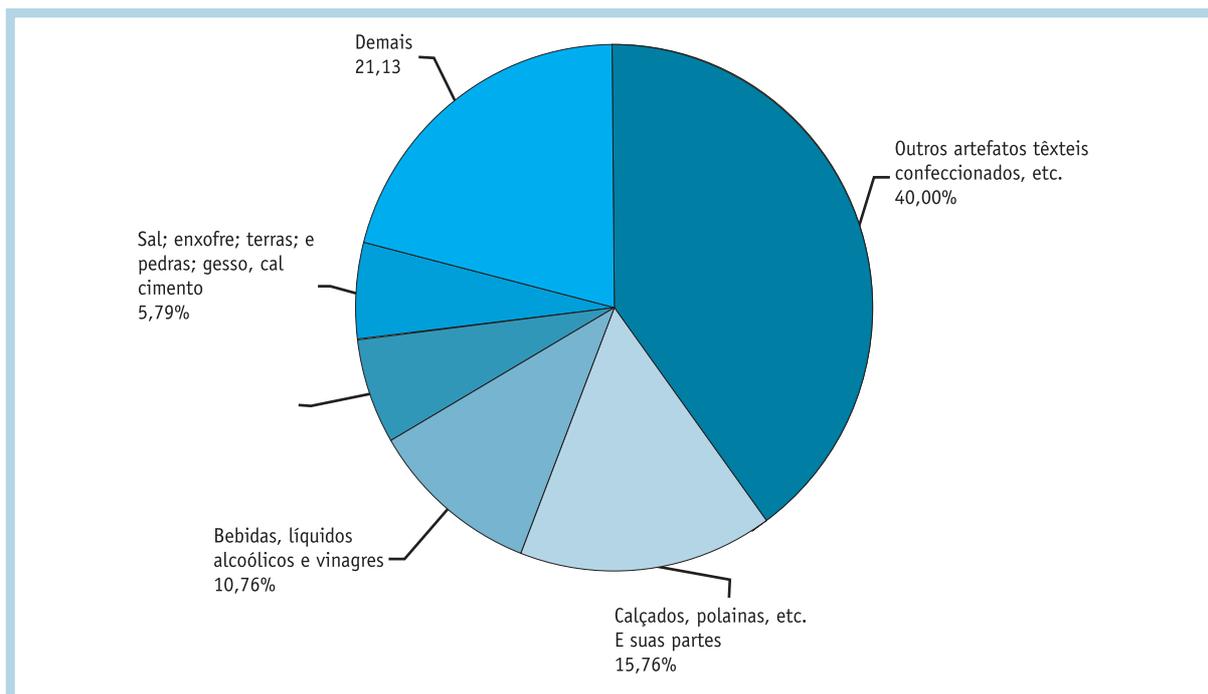


Gráfico 33 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações Paraíba em 2005

Fonte: MDIC/SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

perdícios das indústrias alimentícias etc (US\$ 12,3 milhões); gorduras, óleos e ceras (US\$ 12,1 milhões); sementes e frutos oleaginosas (US\$ 8,3 milhões); e frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 7,4 milhões) (Gráfico 34).

O Estado de Sergipe (US\$ 66,4 milhões exportados e expansão global de 39,0%), apresentou crescimento bastante elevado em três dos seus principais capítulos exportados: algodão (US\$ 8,7 milhões); sal, enxofre, terras e

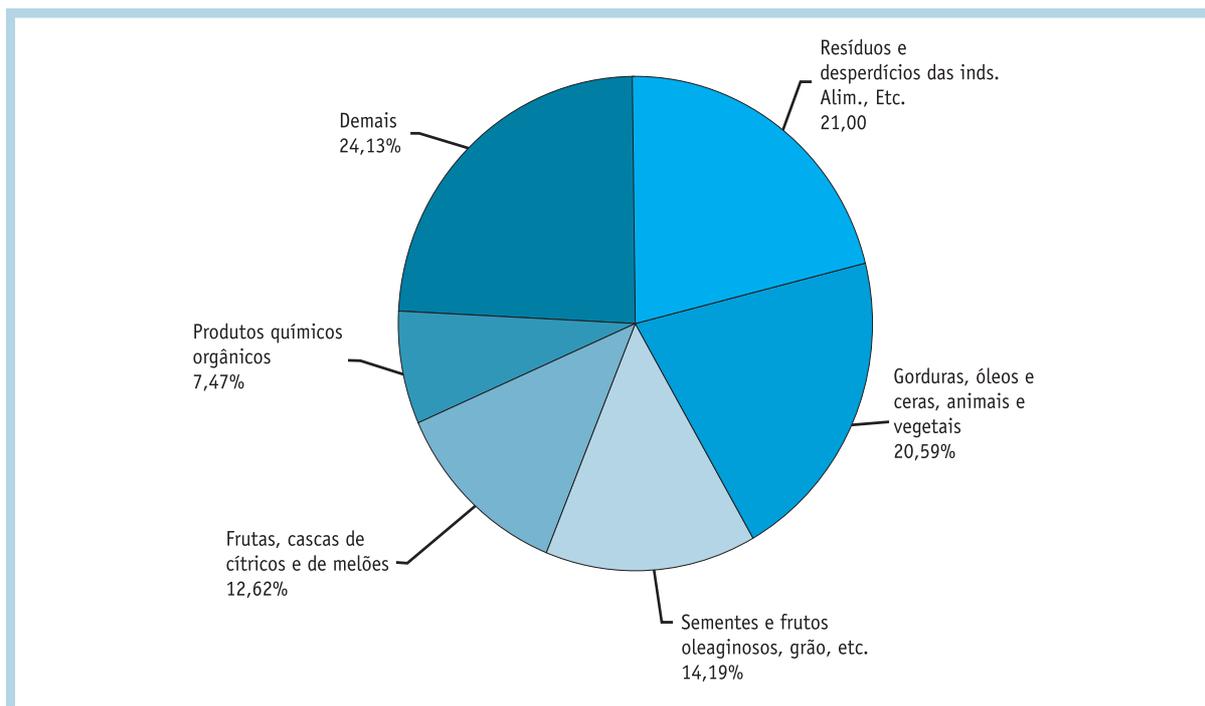


Gráfico 34 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações Piauí em 2005

Fonte: MDIC/SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

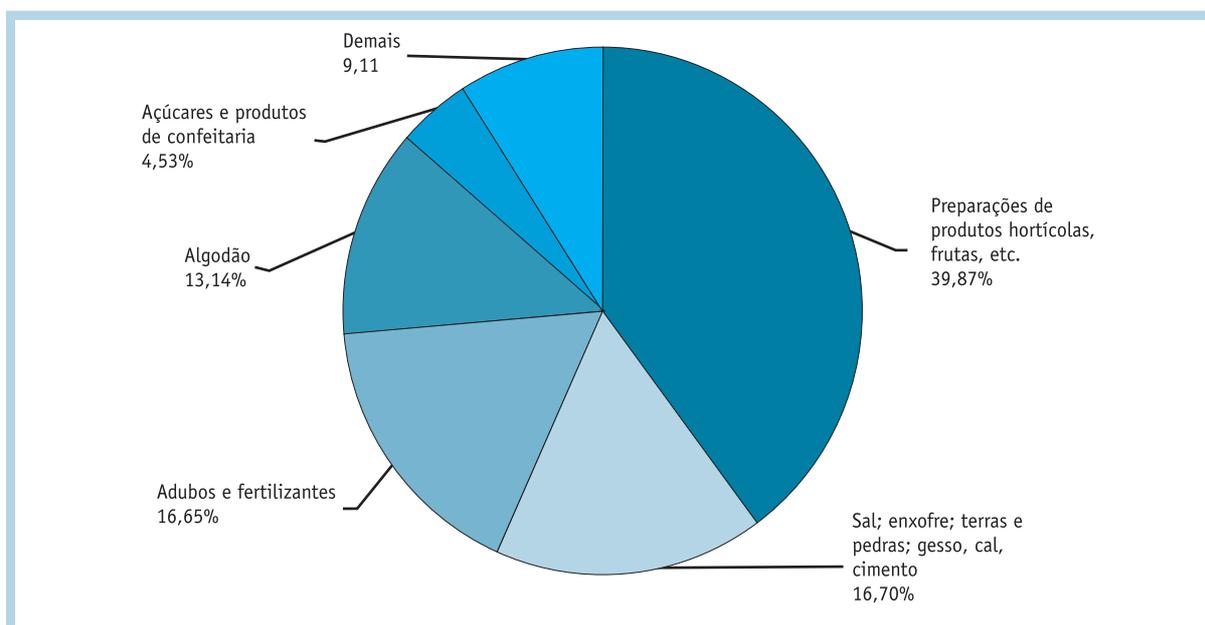


Gráfico 35 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações Sergipe em 2005

Fonte: MDIC/SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

pedras; gesso, cal, cimento (US\$ 11,1 milhões) e adubos e fertilizantes (US\$ 11,1 milhões), cujas taxas alcançaram 128,7%, 64,0% e 37,4% respectivamente. Mencione-se que o capítulo de

maior peso nas exportações sergipanas não experimentou desempenho positivo em 2005, uma vez que as vendas externas de sucos de frutas (especialmente de laranja), alcançaram US\$ 24.5

Tabela 31 – Exportações nordestinas por bloco econômico

PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS	2004	Part%	2005	Part%	2005/2004
	US\$ mil FOB		US\$ mil FOB		Var.%
UNIAO EUROPÉIA - UE	1.936.696,52.161.412.705	24,1	2.623.859,10	24,86	35,48
ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE PORTO RICO)	2.129.646,2877.184.975	26,5	2.398.993,60	22,73	12,65
ALADI (EXCLUSIVE MERCOSUL)	889.344,00	11,07	1.146.469,80	10,86	28,91
ASIA (EXCLUSIVE ORIENTE MEDIO)	770.195,70	9,58	1.072.612,60	10,16	39,26
MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL	832.093,10	10,35	1.027.680,40	9,74	23,51
DEMAIS BLOCOS	1.478.466,50	18,4	2.284.701,00	21,65	54,53

Fonte: MDICSECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB de Conjuntura Econômica.

milhões, representando uma queda de 9,6%, relativamente ao ano anterior (Gráfico 35).

No que se refere ao destino das exportações nordestinas, constata-se que os Estados Unidos (22,60%), Argentina (9,08%) México (6,29%), Países Baixos (6,05%), Bahamas (5,91%), China (4,57%), Espanha (3,36%), Itália (3,14%), França (2,63%), Reino Unido (2,34%), Rússia (2,32%) e Alemanha (2,25%), representaram, conjuntamente, 70,54% das vendas internacionais do Nordeste em 2005. Por bloco econômico, as exportações se distribuem conforme a Tabela 31.

Com relação às principais moedas, conforme a FUNCEX⁶⁹, até novembro o real acumulava uma apreciação em doze meses de 18,0%, face ao dólar; 20,6%, comparativamente ao iene; 17,8% em relação à Aladi. De acordo com essa publicação, também, se comparado a uma cesta

ponderada pela participação média de cada país europeu na corrente de comércio brasileira, o real estava apreciado em 17,1%. As cotações da moeda americana caíram para R\$ 2,21/US\$ ao fim de novembro de 2005.

As importações nordestinas (US\$ 6.267,6 milhões) distribuíram-se em bens de capital (US\$ 1.147,2 milhões), bens intermediários (US\$ 2.467,6 milhões), combustíveis e lubrificantes (US\$ 2.265,5 milhões) e bens de consumo (US\$ 387,4 milhões).

Houve expressivo crescimento do item combustíveis e lubrificantes (38,5%) em relação a 2004, e redução nos bens de consumo intermediários (-3,1%). As compras de insumos industriais (US\$ 2.017,3 milhões), subitem dos bens de consumo intermediários, diminuíram 0,4%, enquanto as compras internacionais relacionadas com bens de capital apresentaram expansão de 22,4%.

⁶⁹ FUNCEX. *Boletim de Comércio Exterior*. dez. 2005. Disponível em: <www.funcex.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

10 – BALANÇO DE PAGAMENTOS

O cenário para as contas externas e as condições de financiamento do balanço de pagamentos brasileiro apontam para uma combinação de superávit na balança de transações correntes e ingressos líquidos de capitais. Em 2005, o saldo em transações correntes alcançou R\$ 14,1 bilhões, superior ao resultado obtido no ano anterior (R\$ 11,7 bilhões). Assim, o superávit em transações correntes em 2005 representou 1,79% do PIB (Gráfico 36).

O resultado favorável da conta de transações correntes acontece apesar do incremento de 26,5% nas remessas líquidas nas contas de serviços e ren-

das. Esse resultado esteve associado, em grande parte, ao crescimento substancial das remessas líquidas de lucros e dividendos das empresas multinacionais que alcançaram US\$ 9,1 bilhões em 2005 – crescimento de 85,1% em relação a 2004. Somente as remessas brutas de lucros e dividendos relacionadas a investimentos diretos atingiram US\$ 9,7 bilhões ante US\$ 5,8 bilhões em 2004. Entre os fatores responsáveis por esse crescimento, destacam-se o forte incremento dos investimentos diretos, além de fatores conjunturais ligados à apreciação cambial e ao maior lucro das empresas.

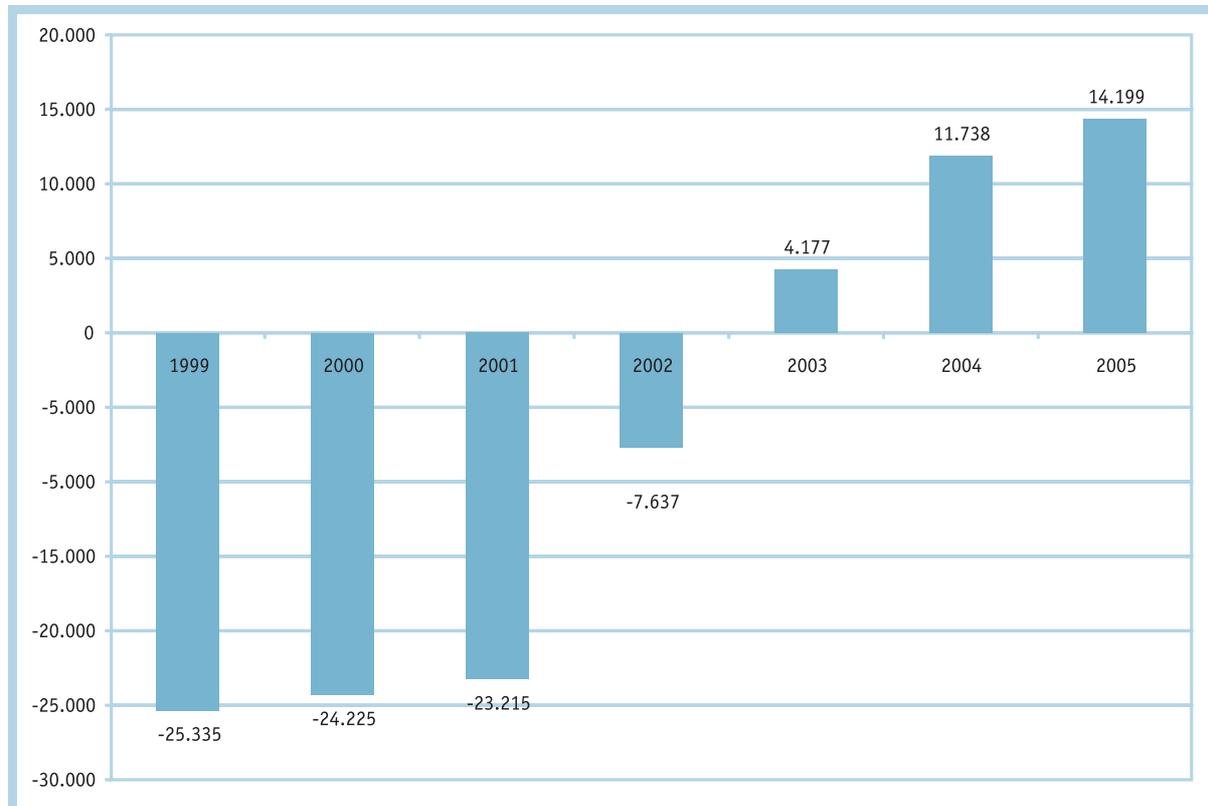


Gráfico 36 – Brasil: saldo em transações correntes. Em US\$ milhões (1999-2005)

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica. Nota: Posição em dezembro de cada ano.

Já as remessas líquidas de renda de investimentos em carteira somaram US\$ 11,8 bilhões. Desse total, 70,0% correspondem a juros de títulos da dívida e 30,0% estão relacionados às remessas líquidas de lucro e dividendos relativas a investimentos em carteira.

Em 2005, as remessas totais de lucros e dividendos (investimento direto e investimento em carteira) corresponderam a 45,7% do valor das remessas de rendas brutas. (Tabela 32).

Adicionalmente, vale destacar o forte incremento das despesas líquidas de aluguel que registrou um déficit de US\$ 4,1 bilhões, expansão de 90,7% em relação ao resultado de 2004. Esse resultado reflete o maior consumo de bens de capital de propriedade de não residentes.

As remessas líquidas de viagens internacionais alcançaram US\$ 858 milhões, ante um ingresso líquido de US\$ 351 milhões em 2004, apesar do crescimento de 19,8% de suas receitas nessa base de comparação. O crescimento das remessas em ritmo superior ao dos ingressos reflete principalmente o processo de valorização da moeda nacional em 2005.

No que se refere às contas capital e financeira, o ano de 2005 registrou ingressos líquidos de US\$ 8,8 bilhões, resultado 20,1% superior aos US\$ 7,3 bilhões de 2004. Os investimentos diretos estrangeiros apresentaram ingressos líquidos de US\$ 15,1 bilhões, compreendendo US\$ 15,0 bilhões em investimentos na forma de participação e US\$ 148 milhões em empréstimos intercompanhias.

No que diz respeito aos investimentos estrangeiros em carteira, constataram-se captações líquidas de US\$ 4,8 bilhões em 2005, ante remessas líquidas de US\$ 4,7 bilhões no ano anterior. O destaque ficou por conta dos investimentos em ações que totalizaram ingressos de US\$ 6,4 bilhões. Já os investimentos líquidos em títulos de renda fixa registraram saldo positivo de 204 milhões.

Entre as operações do Banco Central realizadas no mês de dezembro, é importante salientar a liquidação antecipada do Programa de Assistência Financeira junto ao FMI, no valor de US\$ 15,5 bilhões, o que acarretará uma economia de US\$ 900 milhões em juros (Gráfico 37).

Dessa forma, o resultado global do balanço de pagamentos foi de US\$ 4,3 bilhões, e as reservas internacionais atingiram US\$ 53,7 bilhões em dezembro, assinalando uma redução de 19,4% em relação à posição de novembro e um crescimento de 1,6% na comparação com dezembro de 2004. Essa posição das reservas internacionais em 2005 equivale, na média, a nove meses de importações.

O pagamento antecipado abre caminho para a valorização da moeda estrangeira, já que a tendência é o governo comprar dólares para recompor as reservas que foram destinadas à quitação. A compra de dólares fará a moeda subir no mercado, beneficiando principalmente os exportadores que estão sendo prejudicados com o real valorizado. O pagamento antecipado ao FMI repercute favoravelmente nos indicadores de endividamento externo da economia brasileira, possibilitando a redução das vulnerabilidades externas e do risco de crédito da dívida pública externa e interna e da dívida privada. Além disso, essa decisão contribuiu para uma melhor avaliação tanto das instituições de classificação de risco quanto dos mercados, em que o prêmio da dívida externa brasileira continua diminuindo.

Outro dado⁷⁰ positivo é a queda substancial da dívida externa total, cuja estimativa para outubro de 2005 alcançou US\$ 181 bilhões, queda de US\$ 1,7 bilhão em relação à posição do mês anterior. Esse resultado decorre principalmente da redução de US\$ 2,1 bilhões do endividamento externo de médio e longo prazos, já que o de curto prazo somou US\$ 16,8 bilhões, incremento de US\$ 397 milhões. O crescimento do PIB nominal em dólares e a redução do estoque da dívida externa têm acarretado uma melhoria dos indicadores que relacionam o estoque da dívida externa e o PIB (Gráfico 38). ●

⁷⁰ BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Balanço de pagamentos (dez. 05)*. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 26 dez. 2005.

Tabela 32 – Remessas brutas de lucros e dividendos (L&D)

Período	Remessas de L&D			Remessas de Rendas Brutas ^a (IV)	Participação Percentual (V=III/IVx 100)
	IED (I)	Invest.Carteira (II)	Total (III= I+II)		
1998	5.093	2.070	7.163	22.787	31,4
1999	4.221	1.294	5.515	22.783	24,2
2000	3.105	1.148	4.253	21.507	19,8
2001	3.702	1.524	5.226	23.023	22,7
2002	4.891	1.129	6.020	21.486	28,0
2003	4.836	1.568	6.403	21.891	29,3
2004	5.853	2.404	8.257	23.719	34,8
2005 ^b	9.783	3.554	13.337	29.161	45,7

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Inflação (dez. 05)*. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

Nota: a) Pagamentos de juros, lucros e dividendos e salários.

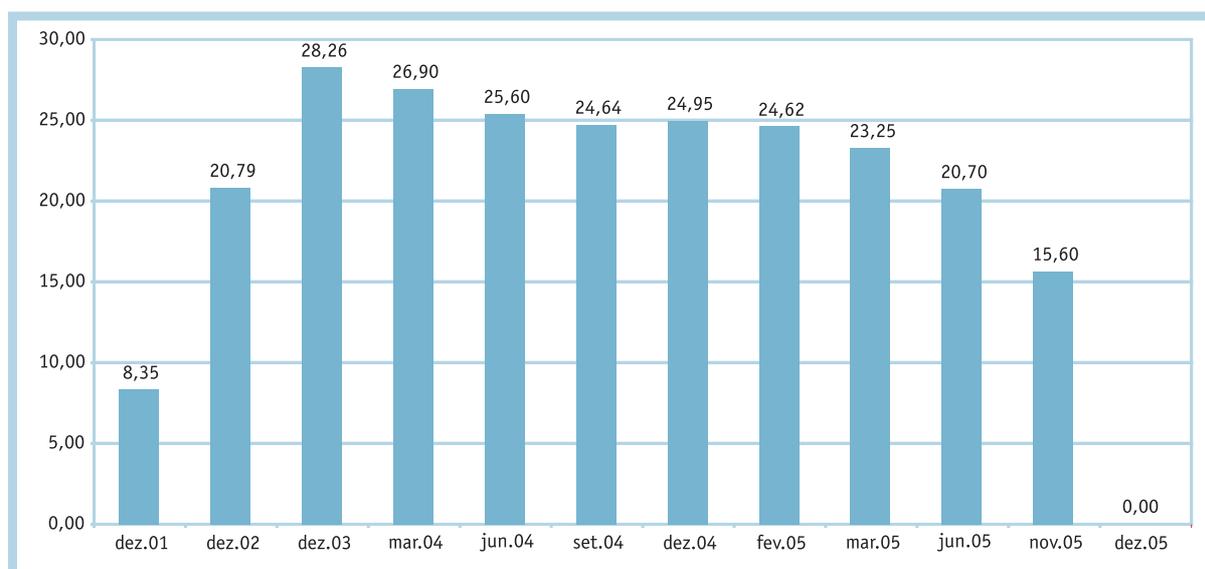


Gráfico 37 – Brasil: dívidas com o Fundo Monetário Internacional (saldo em US\$ bilhões)

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

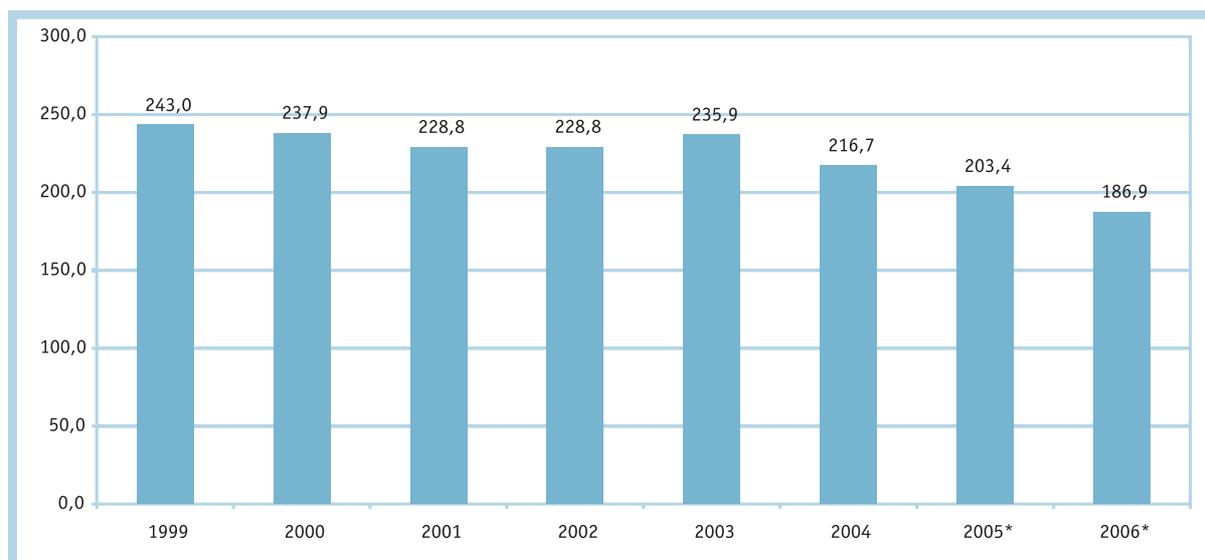


Gráfico 38 – Brasil: dívida externa total. Em US\$ bilhões (1999-2006)

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: Estimativa/Previsão.

11 - FINANÇAS PÚBLICAS

11.1 - Governo Federal

O esforço fiscal realizado pelo Setor Público consolidado, União, Estados e Municípios, até o mês de novembro de 2005, ultrapassou em R\$ 12,305 bilhões, a meta estabelecida para o ano, de 4,25% do PIB

Refletindo a estratégia de controle fiscal que há vários anos vem sendo seguida, a União (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit primário de R\$ 1,4 bilhão em novembro, acumulando no ano um excedente de R\$ 57,0 bilhões (3,22% do PIB), valor superior ao obtido no mesmo período do ano passado (R\$ 52,1 bilhões), embora proporcionalmente menor (3,25%). Considerando os resultados mensais, observa-se que a maior contribuição para o superávit primário da União no mês de outubro foi proveniente do Tesouro Nacional, com um saldo líquido positivo de R\$ 4,4 bilhões, enquanto a Previdência (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 3,0 bilhões e R\$ 11,1 milhões, respectivamente.

Do lado das receitas do Tesouro, destaca-se em 2005 o crescimento da arrecadação dos impostos vinculados à lucratividade das empresas (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica – IRPJ) e aqueles vinculados à exploração dos recursos minerais, especialmente petróleo, com o efeito adicional da elevação do preço do petróleo no mercado internacional. Esses três

tributos respondem, conjuntamente, por cerca de 60% do aumento da arrecadação deste ano, uma vez que parcela significativa dos tributos tem apresentado arrecadação praticamente estável como proporção do PIB. Por outro lado, em termos mensais, a arrecadação bruta do Tesouro Nacional registrada em novembro de 2005 alcançou R\$ 31,7 bilhões, sendo R\$ 2,7 bilhões (7,7%) inferior ao montante obtido em outubro do mesmo ano. Esse comportamento se explica pelas reduções verificadas nas arrecadações da cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e os decréscimos na arrecadação da CSLL e do Imposto de Renda.

No que diz respeito às despesas, observa-se que os gastos do Tesouro Nacional apresentaram crescimento razoável até novembro de 2005, quando comparados ao mesmo período do ano anterior. De fato, de janeiro a novembro deste ano, as despesas somaram R\$ 175,7 bilhões, equivalentes a 9,95% do PIB, sendo 15,9% superior ao valor observado em idêntico período do ano anterior. Considerando apenas o mês de novembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 18,0 bilhões, com um acréscimo de R\$ 670,2 milhões (3,9%) sobre outubro, motivado, principalmente, pelo aumento nos gastos com pessoal e encargos sociais. Esse aumento dos gastos com pessoal

e encargos sociais decorreu do pagamento da Gratificação Natalina (13º Salário) dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, recolhimento total dos encargos incidentes sobre a gratificação dos servidores públicos federais, pagamento da primeira parcela do abono dos militares das Forças Armadas e pagamento de passivos administrativos a servidores públicos federais.

A Previdência, por sua vez, apresentou um déficit de R\$ 30,7 bilhões, até novembro deste ano (1,73% do PIB do período), em razão do descompasso entre a evolução das receitas de contribuições, que cresceram 15,5%, com aumento de R\$ 12,5 bilhões em relação a 2004, e as despesas com benefícios previdenciários, que apresentaram um ritmo de crescimento superior, na faixa dos 17%, com um aumento de 17,8 bilhões. Dentre os fatores que contribuíram para essa elevação das despesas com benefícios previdenciários em ritmo superior às receitas destaca-se o aumento dos

gastos com precatórios de benefícios (que atingiu R\$ 411,4 milhões em novembro, acima, portanto, do volume registrado no mês anterior, R\$ 258,3 milhões) (Tabela 33).

Considerando o setor público consolidado (União, Estados, municípios e estadais), observava-se um superávit primário de R\$ 3,6 bilhões em novembro de 2005, menor do que o obtido no mês anterior (R\$ 8,6 bilhões). No acumulado do ano, o superávit atingiu R\$ 98,605 bilhões, o equivalente a 5,6% do Produto Interno Bruto (PIB), ultrapassando, desse modo, a meta estabelecida pelo governo para 2005, que é de 4,25%. Esse esforço fiscal tem contribuído para a estabilidade e redução da dívida em relação ao PIB, uma vez que a dívida líquida do setor público representou 50,9% do PIB em novembro, abaixo do percentual de 51,1%, de outubro. De acordo com estimativa do Banco Central⁷¹, a dívida líquida do setor público deverá situar-se no patamar de 51,5% do PIB.

Tabela 33 – Resultado primário do Governo Central(*) Brasil, 2004 - 2005 (R\$ milhões)

Discriminação do Resultado	Janeiro - Outubro	
	2004	2005
I. RECEITA TOTAL	338.711,9	392.749,5
I.1. Receitas do Tesouro	264.979,4	307.658,3
I.2. Receitas da Previdência Social	72.765,9	83.903,4
I.3. Receitas do Banco Central	966,5	1.187,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	54.994,1	66.453,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	283.717,7	326.296,1
IV. DESPESA TOTAL	233.343,1	267.924,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	65.867,5	70.119,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	95.686,7	111.538,2
IV.3. Custeio e Capital	70.156,3	84.327,6
IV.4. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	494,8	502,5
IV.5. Despesas do Banco Central	1.137,8	1.437,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	50.374,6	58.371,4
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	3,49%	3,67%

Fonte: BRASIL. Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Disponível em <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

⁷¹ BANCO CENTRAL. Disponível em: <www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acesso em: 15 jan. 2006.

Esses resultados nas contas públicas estimularam ao longo de 2005 um amplo debate sobre uma nova agenda para a política fiscal, com metas estabelecidas para os próximos 10 anos, de modo a assegurar a redução mais rápida da dívida pública/PIB, dos juros, da carga tributária e que confira um pouco mais de qualidade ao atual ajuste fiscal, caracterizado, sobretudo, pelo incremento constante das receitas tributárias. Dentre as medidas sugeridas, a mais polêmica se refere à elevação da meta de superávit primário para 5% do PIB até 2008, dada a sua implicação para contração adicional dos atuais

níveis de investimentos públicos. Além disso, são sugeridas outras ações como a prorrogação da CPMF, com redução gradativa, a partir de 2008, da atual alíquota de 0,38% para 0,08% em 10 anos; renovação e elevação gradativa da Desvinculação das Receitas da União na base de 2,5 pontos percentuais ao ano, de forma que a desvinculação passe de 20%, em 2007, para 35% ao fim de 6 anos, a partir de 2008; prorrogação por prazo indeterminado, da CPMF como da DRU que, em princípio, expiram em 2007; compromisso do governo de reduzir gradualmente as alíquotas de alguns tributos; dentre outras.

11.1.1 - Necessidades de financiamento do setor público

As necessidades de financiamento do setor público (receitas menos despesas mais o pagamento de juros) alcançaram R\$ 63,150 bilhões em novembro (3,28% do PIB), considerando os fluxos acumulados em 12 meses, tendo o resultado primário gerado um saldo líquido positivo de R\$ 94,889 bilhões (4,90% do PIB), valor bem abaixo das obrigações relativas ao pagamento dos juros, que alcançaram o montante de R\$ 158,039 bilhões (8,18% do PIB). A maior contribuição para o superávit primário foi proveniente do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS) que gerou um superávit primário de R\$ 57,022 bilhões (2,94% do PIB), superando a meta de R\$ 46,3 bilhões (2,38% do PIB) fixada para 2005. As demais esferas de Governo (Estados, municípios e empresas estatais) geraram um superávit de R\$ 37,863 bilhões (1,96% do PIB),

com uma contribuição de 40% do excedente observado no período (Tabela 34).

Essa disciplina fiscal que vem sendo mantida há alguns anos, aliada a outras variáveis que vêm criando condições favoráveis ao ambiente macroeconômico (contas externas e inflação sob controle), tem permitido alterar o perfil do endividamento público, como, por exemplo, a redução significativa da dívida indexada ao câmbio, bem como o aumento da dívida pré-fixada. Considerando a totalidade da dívida pública líquida (inclusive a dívida externa), a participação do endividamento cambial caiu de 51,9% em dezembro de 2002, para 10,6% em outubro deste ano. Por outro lado, a dívida indexada à Selic passou de 41,9%, em dezembro de 2002, para 52,7% em outubro de 2005.

Tabela 34 – Necessidade de financiamento do setor público: fluxo em 12 meses

Discriminação	R\$ Milhões			% do PIB		
	Jan./Dez.03	Jan./Dez.04	Dez.04/Nov.05	Jan./Dez.03	Jan./Dez.04	Dez.04/Nov.05
Nominal	79.032	47.144	63.150	8,00	2,67	3,28
Juros Nominais	145.205	128.256	158.039	9,59	7,25	8,18
Primário	-66.173	-81.385	-94.889	-4,27	-4,63	-4,90
Governo Central (Governo Federal, BC e INSS)	-38.744	-52.385	-57.022	-2,51	-3,02	-2,94
Empresas Estatais	-13.607	-11.247	-15.544	-0,87	-0,61	-0,80
Governos Regionais (Estados e Municípios)	-13.821	-17.482	-22.319	-0,89	-1,00	-1,16

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim do Banco Central* (nov. 05). Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

11.2 - Estados e Municípios

11.2.1 - Arrecadação de ICMS

Ao lado das transferências da União (constitucionais e voluntárias), a arrecadação de ICMS se constitui na principal fonte de arrecadação dos Estados brasileiros, refletindo, de certo modo, os desempenhos da demanda agregada e da produção. No caso do Nordeste, a arrecadação desse tributo apresentou variação de 14,3%, de janeiro a outubro de 2005, relativamente ao ano anterior, enquanto a média nacional foi de 13,0%, fato que revela o maior dinamismo da economia regional em comparação com o restante do País. Por outro lado, a participação relativa do total de ICMS arrecadado no Nordeste frente

ao nacional registrou ligeiro crescimento nos meses de setembro e outubro de 2005, como se observa no Gráfico 39.

Todos os Estados do Nordeste apresentaram desempenho satisfatório no recolhimento de ICMS no período, sendo os maiores aumentos de arrecadação observados no Maranhão (26,7%), Piauí (21,4%), Paraíba (18,8%) e Alagoas (18,8%). Os demais Estados registraram variação positiva, mas bem inferior, como foi o caso do Ceará e Bahia, os quais, por apresentarem estratégia de desenvolvimento mais

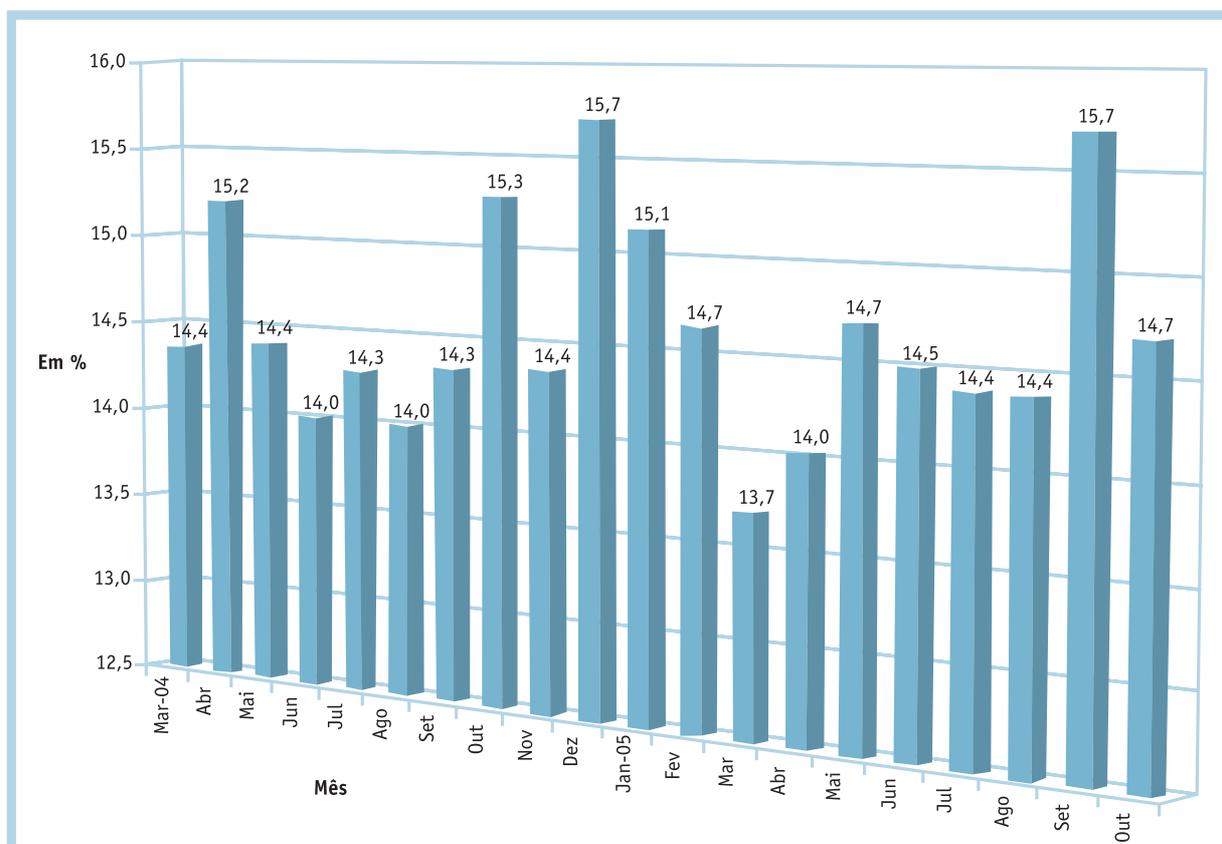


Gráfico 39 – Participação do Nordeste na arrecadação de ICMS no Brasil

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim do Banco Central. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

fortemente assentada em incentivos fiscais, principalmente do ICMS, terminam por abdicar de um crescimento mais expressivo desse tipo de receita. De qualquer forma, os desempenhos estaduais contribuíram para que a arrecadação de ICMS na região, no decorrer dos meses de janeiro a outubro de 2005, alcançasse R\$ 18.562,1 milhões, 14,3% acima do montante verificado no mesmo período de 2004 (16.239,2 milhões) (Tabela 35).

Apenas dez Estados da Federação responderam por cerca de 82% do total de ICMS recolhido no País, sendo o Nordeste representado pela Bahia e Pernambuco, cujas arrecadações, no período de

janeiro a setembro de 2005, chegaram a R\$ 5.691,0 milhões e R\$ 3.078,0 milhões, respectivamente, contribuindo com 7,7% da arrecadação nacional desse período. O Estado de São Paulo, isoladamente, gerou 33% (R\$ 37.187,0 milhões) do total de ICMS recolhido no País (R\$ 112.790,0 milhões). Dentre os Estados do Nordeste, como as maiores arrecadações sempre estão associadas às maiores economias, é natural que Bahia, Pernambuco e Ceará despontem com os maiores montantes recolhidos, contribuindo com 67% do ICMS regional. Os Estados de Alagoas e Maranhão, que apresentaram as maiores variações de crescimento desse tributo, responderam por apenas 11,5% da arrecadação regional (Gráfico 40).

Tabela 35 – Nordeste: arrecadação do ICMS (valores em R\$ mil)

Discriminação	Jan.- Out.		Jan.- Out.		Var. (%) 2005/2004
	2004	%	2005	%	
Maranhão	954.859	0,85	1.209.632	0,95	26,68
Piauí	606.881	0,54	736.956	0,58	21,43
Ceará	2.318.023	2,06	2.573.347	2,02	11,01
Rio Grande do Norte	1.121.851	1,00	1.320.752	1,04	17,73
Paraíba	921.984	0,82	1.095.584	0,86	18,83
Pernambuco	3.000.967	2,66	3.470.518	2,72	15,65
Alagoas	755.938	0,67	897.744	0,70	18,76
Sergipe	714.556	0,63	824.704	0,65	15,41
Bahia	5.844.097	5,19	6.432.855	5,05	10,07
Nordeste	16.239.156	14,42	18.562.092	14,57	14,30
Brasil	112.654.440	100,00	127.364.982	100,00	13,06

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim do Banco Central. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

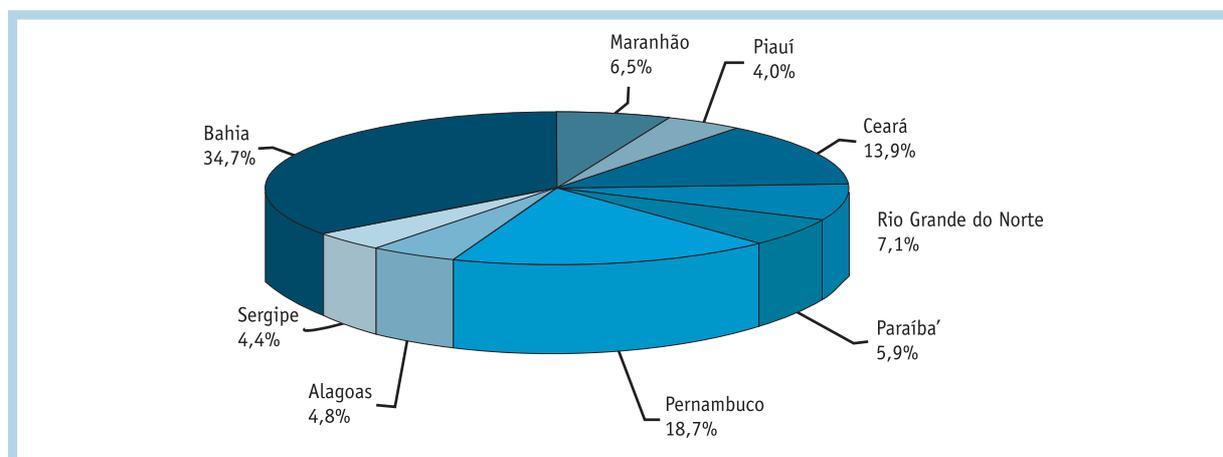


Gráfico 40 – Participação na arrecadação de ICMS dos Estados Nordestinos (jan.-out./05)

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim do Banco Central. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Convém ressaltar os desdobramentos que a desoneração da Lei Kandir, somando exportações e bens do ativo, vem tendo sobre as finanças dos Estados, os quais deixaram de arrecadar no período de julho de 2004 a julho de 2005 cerca de R\$ 21 bilhões, sendo o problema decorrente das dificuldades que os Estados têm em receber da União os créditos relativos à Lei. Por conta disso, os Estados, através do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, pretendem alterar a sistemática de crédito de ICMS na

conta corrente das empresas, o qual passaria de mensal para anual. Isso significa que um crédito de janeiro seria lançado apenas em janeiro do ano seguinte, ao invés de fevereiro do mesmo ano, gerando maior disponibilidade de receitas para os governos, uma vez que os mesmos não fariam qualquer ressarcimento dessa Lei. Logicamente que essa medida para ser implementada, deverá provocar discussões mais acirradas entre o Governo Federal e os Estados.

11.2.2 - Transferências voluntárias

As transferências voluntárias são os recursos financeiros repassados pela União às demais unidades da Federação, cuja finalidade básica é a realização de obras e/ou serviços de interesse público. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, transferência voluntária significa “a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

Considerando essa tipologia de transferência, as informações disponíveis no Sistema SIAFI do Governo Federal⁷² revelam que a União repassou para os Estados e municípios do país, até novembro de 2005, o equivalente a R\$ 4.273,6 milhões, correspondentes a cerca de 74% do que foi repassado ao longo de 2004 (R\$ 5.744,7 milhões). Em termos regionais, o Nordeste foi contemplado com a maior parcela desses recursos, recebendo R\$ 1.751,2 milhões, ou 40,9% do total, seguido das regiões Sudeste, R\$ 1.208,0 milhões (28,3%), Norte, R\$ 554,8 milhões (13,0%), Sul, R\$ 477,6 milhões

(11,2%) e Centro-Oeste, R\$ 282,0 milhões (6,6%). A distribuição *per capita*, no entanto, mostra-se mais favorável à região Norte, que teve um montante de transferência por habitante equivalente a R\$ 42,97, enquanto os residentes na região Nordeste foram contemplados com R\$ 36,65, ambas bem superiores ao total repassado para as regiões Sul e Sudeste, cujas participações *per capita* alcançaram, respectivamente, R\$ 19,02 e R\$ 16,68, reforçando a natureza redistributiva das transferências, operando para atenuar as disparidades regionais que ainda persistem no País (Tabela 36).

No âmbito regional, o maior volume de transferências voluntárias da União para Estados e municípios foi destinado à Bahia, que absorveu 20,0% do total das dotações. A menor parcela coube ao Estado de Alagoas, com uma participação de apenas 6,0% no total, equivalente a R\$ 109,1 milhões no período janeiro-novembro de 2005. Chama a atenção o elevado volume de recursos transferidos para o Piauí no período, que recebeu R\$ 133,7 milhões (7,6%), superando Sergipe, Rio Grande do Norte e Alagoas (Gráfico 41).

⁷² BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006.

Tabela 36 – Regiões contempladas com transferências voluntárias (valores correntes em R\$ mil)

Regiões Brasileiras	2005		Part. %	Tranf. Por Hab. (R\$1,00)
	Jan.-	Out.		
Norte	554.829		13,0	43,0
Nordeste	1.751.158		41,0	36,7
Sudeste	1.207.953		28,3	16,7
Sul	477.622		11,2	19,0
Centro-Oeste	282.008		6,6	24,2
Total	4.273.570		100,0	25,2

Fonte: SIAFI GERENCIAL. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

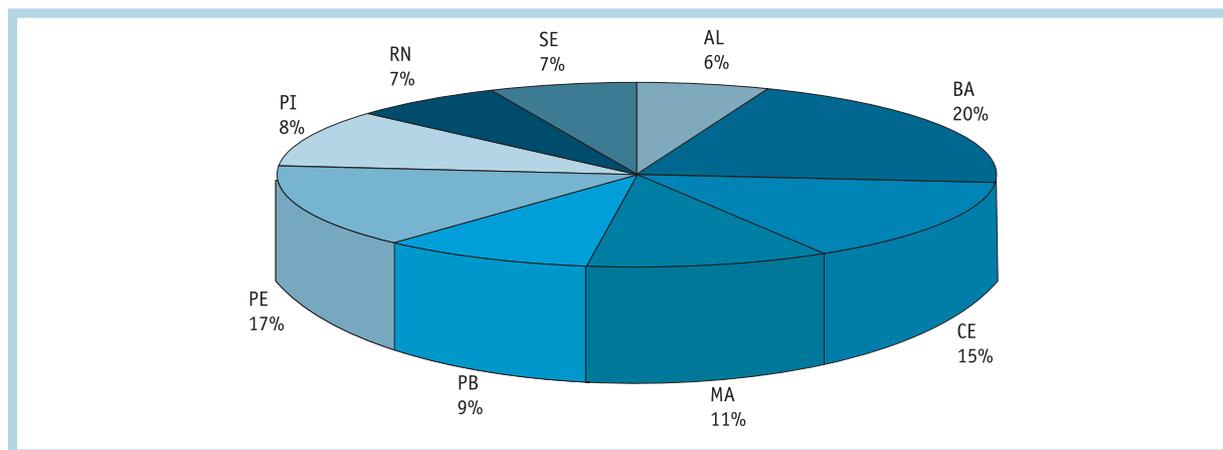


Gráfico 41 – Transferências voluntárias da União para o Nordeste

Fonte: SIAFI GERENCIAL. Disponível em: <www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Fazendo-se a análise desagregada das transferências voluntárias para os Estados e municípios nordestinos, constata-se que os municípios foram os maiores beneficiários dessas dotações em 2005, recebendo R\$ 1.121,8 milhões, ou 64% do total de R\$ 1.751,2 milhões. Os Estados nordestinos receberam R\$ 629,3 milhões de transferências federais até novembro de 2005, o que corresponde a 61% do valor repassado ao longo do ano passado. Pernambuco e Piauí foram os maiores contemplados com os recursos, recebendo, respectivamente, R\$ 108,4 milhões (17,2%) e R\$ 103,9 milhões (16,5%). O Ceará vem em seguida, com R\$ 89,6 milhões, 14,2% do total, enquanto a menor parcela foi destinada ao Estado de Sergipe, cuja participação significou apenas 4,7% do total das transferências voluntárias federais para os Estados do Nordeste (Tabela 37).

A maior parte das transferências voluntárias federais para os Estados foi relativa a projetos e ações associadas à área do Ministério da Educação, que repassou aos Estados nordestinos R\$ 940,3 milhões (56% do total) durante o período de janeiro a novembro deste ano. As demais dotações foram provenientes, principalmente, dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Transportes, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Integração Nacional e do Trabalho e Emprego, os quais repassaram o equivalente a R\$ 596,9 milhões, ou, aproximadamente, 36% do total.

Com relação às transferências voluntárias para os municípios nordestinos, observa-se que eles receberam 43% das dotações federais repassadas para o país como um todo, superando o que foi remetido, conjuntamente, para as regiões Sul e Su-

Tabela 37 – Transferências voluntárias para Estados (valores correntes em R\$ mil)

	2004	2005		DISTRIBUIÇÃO VERTICAL (%)	% REALIZADO (2005/2004)
	ACUMULADO	NOVEMBRO	ACUMULADO		
Região Nordeste	2.296.228	337.259	1.751.158	40,98	76,26
Alagoas	159.587	18.800	109.058	2,55	68,34
Bahia	413.285	65.644	355.344	8,31	85,98
Ceará	342.235	67.091	261.775	6,13	76,49
Maranhão	292.935	32.581	185.979	4,35	63,49
Paraíba	204.436	33.600	165.334	3,87	80,87
Pernambuco	331.799	56.907	299.098	7,00	90,14
Piauí	240.415	24.850	133.681	3,13	55,60
Rio Grande do Norte	184.357	22.207	123.624	2,89	67,06
Sergipe	127.178	15.579	117.266	2,74	92,21
Brasil	5.744.671	747.514	4.273.570	100,00	74,39

Fonte: SIAFI GERENCIAL. Disponível em: <www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

deste (40%). A Bahia foi contemplada com a maior parcela, recebendo R\$ 267,3 milhões, ou 24% do total regional. Os municípios de Pernambuco, Ceará e Maranhão receberam, agregadamente, R\$ 513,7 milhões, correspondentes a 45,8% das dotações federais para a região (Tabela 38).

Praticamente todos os repasses de recursos federais para os municípios do Nordeste foram originários dos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os quais geraram um influxo de transferências para os municípios equivalente a R\$ 2.393,1 milhões, representando pouco mais de 92% do total recebido.

Tabela 38 – Transferências voluntárias para Municípios (valores correntes em R\$ mil)

	2004	2005		ANÁLISE VERTICAL (%)	(%)REALIZADO (2005/2004)
	ACUMULADO	NOVEMBRO	ACUMULADO		
Região Nordeste	1.260.492	202.735	1.121.841	42,99	89,00
Alagoas	94.701	9.393	65.189	2,50	68,84
Bahia	265.337	46.616	267.345	10,25	100,76
Ceará	205.888	25.094	172.211	6,60	83,64
Maranhão	174.134	26.910	150.774	5,78	86,58
Paraíba	91.658	16.225	83.424	3,20	91,02
Pernambuco	198.883	44.582	190.671	7,31	95,87
Piauí	80.163	13.278	29.788	1,14	37,16
Rio Grande do Norte	94.912	13.219	74.613	2,86	78,61
Sergipe	54.815	7.419	87.826	3,37	160,22
Brasil	3.010.241	421.659	2.609.447	100,00	86,69

Fonte: SIAFI GERENCIAL. Disponível em: <www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

11.2.3 - Transferências constitucionais

As transferências de recursos da União para os Estados e municípios representam o principal instrumento de redistribuição da renda nacional, cuja utilização se destina a atenuar a tendência natural de formação de aglomerações produtivas em determinados espaços naci-

onais, contribuindo para gerar desequilíbrios em termos de distribuição da riqueza nacional. Por isso é que os recursos, particularmente os do Fundo de Participação dos Estados-FPE e do Fundo de Participação dos Municípios-FPM, são distribuídos de modo a compensar mais signifi-

cativamente aquelas regiões desprovidas de recursos próprios para impulsionar o desenvolvimento. Se considerarmos, no entanto, todas as transferências obrigatórias, não percebemos o seu papel equalizador da renda nacional, uma vez que Estados ricos, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sobressaem-se dentre os principais receptores dessas dotações. Na região Nordeste, apenas os Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Maranhão despontam na relação dos maiores receptores de transferências constitucionais do País, sendo o maior volume destinado ao Estado da Bahia, que registrou um influxo de transferências obrigatórias da União, no período de janeiro a novembro de 2005, no valor de R\$ 5.188,0 milhões.

Quando consideramos apenas as transferências via FPE e FPM, observa-se que as regiões menos desenvolvidas são melhor contempladas com essa categoria de recursos federais, sendo que, para a grande maioria dos municípios do País, o FPM constitui a principal fonte de receita. Praticamente todos os municípios nordestinos, à exceção das capitais e alguns centros urbanos industrializa-

dos, sobrevivem apenas com os recursos do FPM para financiar as atividades governamentais.

Na distribuição espacial do FPM, a região Nordeste absorveu 35% dos recursos (R\$ 7.426,5 milhões), cabendo às regiões Sul e Sudeste, conjuntamente, metade dessas transferências (R\$ 10.235,0 milhões) (Gráfico 42).

Dentre os Estados nordestinos, as maiores dotações de FPM foram enviadas para municípios localizados nos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, os quais receberam R\$ 4.040,3 milhões, de janeiro a novembro de 2005, correspondentes a 54% do total regional. Durante esse período, todos os Estados registraram crescimento dessas transferências no período, com uma variação média em torno de 20,5% (Tabela 39).

As transferências constitucionais através do FPE apresentaram desempenho semelhante ao FPM, de janeiro a novembro deste ano, registrando um crescimento médio de 20%, o que representou um montante repassado de R\$ 10.535,2 milhões (contra R\$ 8.751,6 milhões

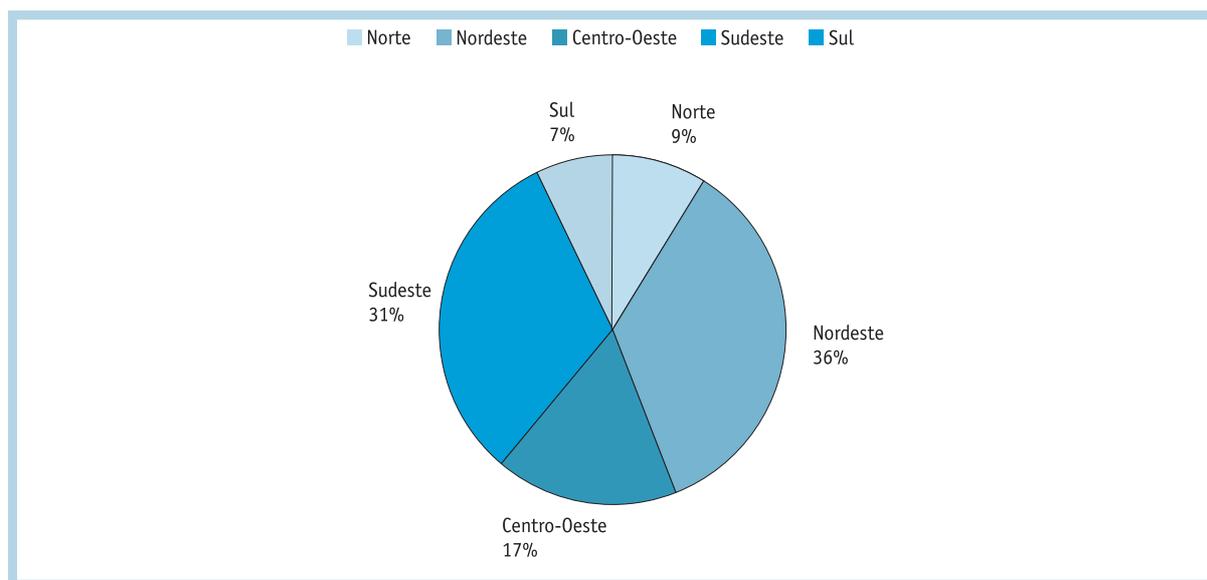


Gráfico 42 – Fundo de participação dos Municípios, distribuição: participação (%) regional (jan.- Dez.05)

Fonte: BRASIL. Tesouro Nacional. Disponível em <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 39 – Nordeste: fundo de Participação dos Municípios - FPM (R\$ mil)

UF	FPM			
	Jan.- Dez.2004		Jan.- Dez.2005	
	Valor	% Nordeste	Valor	% Nordeste
Alagoas	504.094.208	6,70	634.523.573	6,74
Bahia	1.922.829.556	25,55	2.381.009.200	25,30
Ceará	1.108.521.408	14,73	1.394.517.317	14,82
Maranhão	855.140.014	11,36	1.083.580.013	11,51
Paraíba	686.046.587	9,12	861.511.362	9,15
Pernambuco	1.075.695.038	14,30	1.342.231.070	14,26
Piauí	527.747.437	7,01	663.442.705	7,05
Rio Grande do Norte	536.195.553	7,13	662.073.678	7,04
Sergipe	308.440.831	4,10	387.938.224	4,12
Nordeste	7.524.710.632	100,00	9.410.827.141	100,00
Brasil	21.321.985.260		26.675.875.945	

Fonte: BRASIL. Tesouro Nacional. Disponível em <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

obtidos no mesmo período do ano anterior). A Bahia recebeu R\$ 1.887,1 milhões de FPE no período, representando 18% do total regional. Em seguida, vêm os Estados do Ceará, com R\$ 1.473,6 milhões (14%), Maranhão R\$ 1.449,7

milhões (14%) e Pernambuco R\$ 1.385,8 milhões (13%). As transferências federais, via FPE, para esses quatro Estados, conjuntamente, representaram quase 60% do total remetido para o Nordeste (Tabela 40). ●

Tabela 40 – Nordeste: Fundo de Participação dos Estados - FPE (R\$ mil)

UF	FPE			
	2004		2005	
	Valor	% Nordeste	Valor	% Nordeste
Alagoas	846.395.326	7,93	1.059.307.143	7,93
Bahia	1.911.708.796	17,91	2.392.601.567	17,91
Ceará	1.492.732.835	13,99	1.868.231.672	13,99
Maranhão	1.468.582.665	13,76	1.838.006.495	13,76
Paraíba	974.328.160	9,13	1.219.421.643	9,13
Pernambuco	1.403.883.808	13,15	1.757.032.559	13,15
Piauí	879.212.702	8,24	1.100.379.772	8,24
Rio Grande do Norte	850.016.835	7,96	1.063.839.647	7,96
Sergipe	845.418.740	7,92	1.058.084.895	7,92
Nordeste	10.672.279.867	100,00	13.356.905.394	100,00
Brasil	20.345.552.423	-	25.463.501.920	-

Fonte: BRASIL. Tesouro Nacional. Disponível em <www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2006. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

